

PROJETO  
Rede urbana do Brasil  
e da América do Sul

PESQUISA  
Dinâmica urbana  
dos estados

## RELATÓRIO I

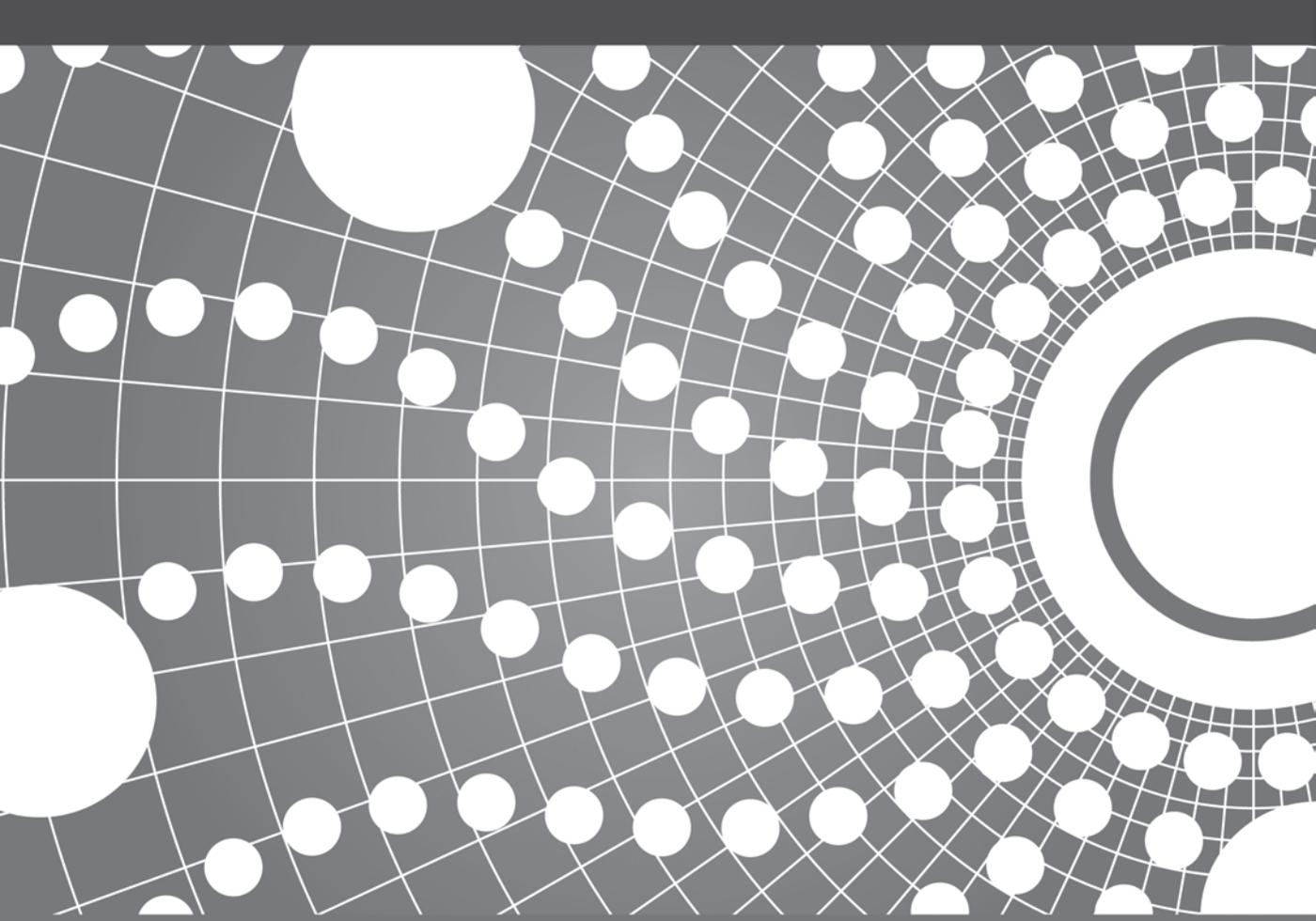
# Revisão de literatura dos estudos urbanos e regionais recentes



SALVADOR  
Dezembro, 2010

publicações  
**SEI**





PROJETO  
Rede urbana do Brasil  
e da América do Sul

PESQUISA  
Dinâmica urbana  
dos estados

## RELATÓRIO I

# Revisão de literatura dos estudos urbanos e regionais recentes



SALVADOR  
Dezembro, 2010

publicações  
**SEI**

**SEI**  
15 anos

**SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

Marcio Pochmann

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE  
PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICAS**

Felícia Reicher Madeira

**DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS REGIONAIS,  
URBANAS E AMBIENTAIS**

Liana Maria da Frota Carleial (diretora)

Bruno de Oliveira Cruz (diretor-adjunto)

**COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Bolívar Pêgo (coordenador geral da Pesquisa Dinâmica  
Urbana dos Estados)

Rafael Henrique Moraes Pereira (coordenador técnico)

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Jaques Wagner

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**

Antônio Alberto Valença

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

José Geraldo dos Reis Santos

**DIRETORIA DE PESQUISAS**

Thaiz Braga

**DIRETORIA DE ESTUDOS**

Edgard Porto

**COORDENAÇÃO DA PESQUISA DINÂMICA  
URBANA DOS ESTADOS – BAHIA**

Patricia Chame Dias

Ilce Carvalho

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Alcides dos Santos Caldas (bolsista Proredes/IPEA)

Fábio Antônio Moura Costa de Souza (bolsista Proredes/IPEA)

Ilce Carvalho

Jacileda Cerqueira Santos (bolsista Proredes/IPEA)

Mayara Mychella Sena Araújo

Patricia Chame Dias

**REDAÇÃO FINAL**

Patricia Chame Dias

Francisco Baqueiro Vidal

Mayara Mychella Sena Araújo

**COLABORAÇÃO**

Flávia Santana Rodrigues

Laumar Neves de Souza

**CARTOGRAMAS**

Diretoria de Informações Geoambientais

Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento

**NORMALIZAÇÃO**

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Raimundo Pereira Santos

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES**

Márcia Santos

**PADRONIZAÇÃO E ESTILO / EDITORIA DE ARTE**

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Aline Santana

**REVISÃO DE LINGUAGEM**

Luis Fernando Sarno

**CAPA / EDITORAÇÃO**

Agapê Design



## Sumário

<b>Lista de siglas</b> .....	7
<b>Apresentação</b> .....	9
<b>Introdução</b> .....	11
<b>1 Resumos informativos</b> .....	17
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. <i>Configuração atual e tendências da rede urbana</i> . Brasília: IPEA, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 1) .....	18
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. <i>Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste</i> . Brasília: IPEA, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 4). .....	29
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <i>Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro, 2008</i> .....	35
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <i>Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro, 2008</i> .....	41
BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. <i>Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008</i> . [Brasília], 2008.....	45

OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (PE). <i>Sistema nacional de informações das cidades. Classificação (tipologia) das cidades brasileiras. Bases conceituais e teóricas. Recife, 2005. (Relatório da atividade 5.1; Produto 6.1a).....</i>	54
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). <i>Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007 .....</i>	60
LOPES, Diva Maria Ferlin. <i>O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005 .....</i>	63
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. <i>Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador, 2003. 2 v. (Série Estudos e Pesquisas, 60) .....</i>	66
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. <i>Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000. Salvador, 2007. (Série Estudos e Pesquisas, 77).....</i>	74
SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara Christine Nentwig. <i>Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica. Salvador: UFBA, 1989.....</i>	83
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. <i>Cidades da Bahia. Salvador, 1997. (Série Estudos e Pesquisas, 35).....</i>	88
PORTO, Edgard. <i>Desenvolvimento e território na Bahia. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61).....</i>	97
SPINOLA, Dantaslé Noelio. <i>Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador: Unifacs, 2003 ....</i>	108

<b>2</b>	<b>Relação de estudos .....</b>	<b>111</b>
	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). <i>Política de desenvolvimento regional para o oeste da Bahia</i> . Salvador, 1993. (Cadernos CAR, 1).....	112
	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). <i>Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia</i> . Salvador, 1994. (Cadernos CAR, 3) .....	112
	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). <i>Política de desenvolvimento sustentável para o nordeste semiárido</i> . Salvador, 1994 .....	112
	SANTOS, Fabiana Karine Pacheco dos. Uma análise da política de atração de investimentos na Bahia na década de 90. <i>Bahia Análise &amp; Dados</i> , Salvador, v. 16, n. 4, p. 635-643, jan./mar. 2007 .....	113
	SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. <i>Bahia Análise &amp; Dados</i> , Salvador, v. 18, n. 2, p. 211-222, jul./set. 2008 .....	113
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Extremo Sul</i> . Salvador, 1991. v. 1.....	114
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Oeste</i> . Salvador, 1992. v. 2.....	114
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Baixo Médio São Francisco</i> . Salvador, 1993. v. 3 .....	114
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Médio São Francisco</i> . Salvador, 1993. v. 4... ..	114
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Litoral Sul</i> . Salvador, 1993. v. 5. t. 2 .....	114
	CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Litoral Norte</i> . Salvador, 1994. v. 6.....	114

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Metropolitana de Salvador.</i> Salvador, 1994. v. 7 ....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Irecê.</i> Salvador, 1994. v. 9 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Serra Geral.</i> Salvador, 1994. v. 10 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste.</i> Salvador, 1994. v. 11. t. 1 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Piemonte da Diamantina.</i> Salvador, 1994. v. 12 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Chapada da Diamantina.</i> Salvador, 1994. v. 13 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu.</i> Salvador, 1994. v. 14 .....	114
CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). <i>Informações básicas dos municípios baianos: Região Sudoeste.</i> Salvador, 1994. v. 15 .....	114
<b>Referências adicionais</b> .....	116



## Lista de siglas

AMS – Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari
Anipes – Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística	CPE – Comissão de Planejamento Econômico
BIM – Base de Informações Municipais	Degeo – Departamento de Geografia
BNB – Banco do Nordeste do Brasil	Dirur – Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
CAR – Companhia de Ação Regional	EPUCS – Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
CDNU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano	Finor – Fundo de Investimentos do Nordeste
Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional	Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco
Cempre – Cadastro Central de Empresas	GLA – Guia de Informação e Apuração
CGEE – Centro de Gestão de Estudos Estratégicos	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Cgpur – Coordenação Geral de Política Urbana	ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco	IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico
CIA – Centro Industrial de Aratu	Idea – Índice de Equidade Ambiental
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas	IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDS – Índice de Desenvolvimento Social  
IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico  
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPM – Índice do Produto Municipal  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
Nesur – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal  
PAS – Plano da Amazônia Sustentável  
PEA – População Economicamente Ativa  
Petrobras – Petróleo Brasileiro S. A.  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIMES – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário  
Plandeb – Plano de Desenvolvimento da Bahia  
Plandurb – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual  
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

Proredes – Programa de Apoio a Redes de Pesquisa  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
Regic – Regiões de Influência das Cidades  
RMS – Região Metropolitana de Salvador  
Sefaz – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SEP – Série Estudos e Pesquisas  
Seplan – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia  
Seplantec – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia  
SIC – Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia  
SM – Salário Mínimo  
SRF – Secretaria da Receita Federal  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUS – Sistema Único de Saúde  
Telebahia – Telecomunicações da Bahia S. A.  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TRF – Tribunal Regional Federal  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas  
Unifacs – Universidade Salvador



## Apresentação

Informações e estudos sobre dinâmica urbana têm sido extremamente demandados. Instituições públicas e privadas e, sobretudo, gestores estaduais e municipais preocupam-se em compreender como os processos mais gerais influenciam e alteram a realidade local, especialmente no que diz respeito à economia e às questões sociais. Buscando realizar análises que contribuam para aprofundar o conhecimento de tais processos, a Superintendência de Estudos Econômicas e Sociais da Bahia (SEI) apresenta este relatório, uma das etapas da pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados, atividade financiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por meio do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes) e coordenada nacionalmente por sua Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur). O trabalho foi desenvolvido por um grupo de onze instituições, de dez unidades da federação, vinculadas à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes), no período de maio de 2009 a março de 2010.

O presente relatório, cuja elaboração ocorreu entre junho e agosto de 2009, é o primeiro produto dessa pesquisa. Sua finalidade é apresentar o levantamento bibliográfico que servirá de referência básica para a realização da mesma. Por isso, neste documento revelam-se os critérios que nortearam a escolha desse material e a forma como ele foi tratado pela equipe responsável por, de acordo com o que consta no termo de referência proposto pelo IPEA, analisar aspectos do sistema urbano da Bahia, entre 2000 e 2008, dando destaque às transformações evidenciadas no perfil demográfico, produtivo e funcional das cidades.

Para tanto optou-se por estruturá-lo em três partes. Na primeira, há uma introdução na qual descrevem-se, de forma breve, os objetivos e critérios

que orientaram a escolha da bibliografia e a forma como esta foi avaliada. Na segunda parte encontram-se os resumos dos textos selecionados. Na terceira, são feitas considerações sobre textos que, mesmo importantes, não foram selecionados para essa etapa inicial, por não atenderem ao objetivo do próprio relatório. Esclarece-se que, possivelmente, parte desses trabalhos será consultada em momentos posteriores da pesquisa.



## Introdução

A equipe da SEI responsável por elaborar, na Bahia, a pesquisa *Dinâmica urbana dos estados*, composta pelas técnicas da Instituição Patricia Chame Dias (coordenadora), Ilce Carvalho (coordenadora adjunta) e Mayara Mychella Sena Araújo, e pelos bolsistas Proredes/IPEA Alcides dos Santos Caldas, Fábio Antônio Moura Costa de Souza e Jacileda Cerqueira Santos, estabeleceu critérios para a seleção da literatura a ser consultada na primeira fase do trabalho, considerando seus objetivos gerais e específicos<sup>1</sup>. Ademais, pôde contar com a contribuição dos técnicos Laumar Neves de Souza e Flávia Santana Rodrigues na discussão de questões referentes à dinâmica econômica e ao mercado de trabalho no estado. E considerou, ainda, para a realização de tal seleção, a necessidade de estabelecer uma metodologia para as fases posteriores da pesquisa e a aquisição de um patamar de conhecimentos que favorecesse o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre a dinâmica e a rede urbana baianas, destinadas a contribuir com os agentes responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas.

Inicialmente, considerou-se que a bibliografia selecionada deveria alcançar o objetivo de oferecer elementos que contribuíssem para conhecer os principais processos em curso nas áreas urbanas da Bahia, o histórico

---

<sup>1</sup> Conforme termo de referência da pesquisa *Dinâmica urbana dos estados*, seu objetivo central é “analisar aspectos do sistema urbano dos estados integrantes da pesquisa, no período de 2000 a 2008, enfocando as transformações ocorridas no perfil demográfico, produtivo e funcional das cidades, bem como na sua distribuição espacial, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana em diferentes escalas”. Dois são os seus objetivos específicos: (i) identificar movimentos recentes relacionados às configurações espaciais – aspectos demográficos, econômicos, funcionais e de gestão dos estados; e (ii) fortalecer a base analítica para os estudos de rede urbana.

e as tendências de urbanização do estado, os mais relevantes fluxos de pessoas e as movimentações da economia, ocorridos na década de 2000. Do mesmo modo, houve preocupação em observar as transformações que aconteceram no estado em relação às evidenciadas no país. Assim, foi elaborada uma lista de títulos que versassem sobre temas vinculados à demografia, à economia baiana e às novas técnicas de distribuição de investimentos públicos e privados na economia. Igualmente, buscaram-se estudos que possibilitassem analisar os eventos que concorreram para alteração ou manutenção do perfil e do papel das distintas cidades do estado na rede urbana.

Entre os títulos, a prioridade recaiu sobre aqueles que, atendendo aos temas acima mencionados, apresentassem informações por municípios e que tivessem sido produzidos por pessoas e instituições de notório conhecimento sobre o tema em pauta, ou que apresentassem uma bibliografia com autores de referência. Tal procedimento teve como meta, dado o tempo, relativamente reduzido, previsto para a realização das leituras e concretização deste relatório, escolher trabalhos consistentes, que permitissem obter informações relevantes tratadas de forma tanto teórica quanto empírica.

Outro objetivo do grupo foi o de aprofundar a discussão de conceitos e metodologias necessários para o entendimento das cidades. Para alcançá-lo, além dos estudos indicados pelo IPEA como de fundamental importância, recorreu-se a outros que trouxessem reflexões conceituais e metodológicas sobre cidade, urbano, rede de cidade e hierarquia urbana.

Em relação à revisão da bibliografia básica – composta pelos trabalhos *Configuração atual e tendências da rede urbana* e *Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*, ambos da Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, publicados em 2001 e assinados pelo IPEA, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008*, estudo coordenado pelo professor Clélio Campolina Diniz, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por solicitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), lançado no mesmo ano; e o estudo do IBGE denominado *Regiões de influência das cidades: 2007*, mais conhecido como Regic 2007, publicado também em 2008 –, importante para alcançar esse último objetivo, utilizou-se como estratégia para apreensão de conhecimentos a realização de debates em forma de seminários. Para tanto, cada um dos integrantes da equipe responsabilizou-se por elaborar um resumo expandido dos trabalhos acima citados e apresentá-lo para discussão. Em alguns casos, tal como se verifica na segunda parte deste relatório, além de um resumo geral, destacaram-se determinados aspectos para maior detalhamento. Isso ocorreu especialmente em relação aos trabalhos da Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, particularmente no que se refere à abordagem

da dinâmica econômica presente no volume que trata das redes urbanas regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e ao estudo *Regiões de influência das cidades: 2007*, para o qual fizeram-se duas leituras: uma que dava ênfase à metodologia adotada, e outra com foco na hierarquia proposta para as cidades.

Ressalte-se que, nas análises empreendidas sobre a bibliografia básica, priorizou-se a questão metodológica. Melhor dizendo, tratou-se de dar maior atenção aos pressupostos metodológicos selecionados para a categorização e hierarquização dos núcleos urbanos, bem como para a definição do papel e da importância das cidades na rede.

Com relação aos estudos específicos, estabeleceu-se que seriam igualmente trabalhados por meio da elaboração de resumos expandidos, adotando-se uma postura crítica. Do mesmo modo, fez parte do processo de apropriação desses conteúdos a leitura (com caráter analítico) de tais resumos por todos os membros da equipe. Observe-se que a fonte mais recorrentemente usada para captar esses estudos foi a própria SEI, órgão governamental responsável por produzir estudos e pesquisas com o objetivo de subsidiar as ações de planejamento. Escolheram-se, ademais, trabalhos de origem acadêmica, publicações de outras instituições de pesquisa e livros editados por universidades.

Para compreender o histórico do processo de urbanização do estado, trabalhou-se com um estudo publicado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1989, intitulado *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*, de autoria dos então professores da mesma universidade Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Sônia de Oliveira Leão e Barbara-Christine Nentwig Silva. Tendo como principal base teórico-metodológica as propostas de Christaller, os autores estabeleceram uma periodização para o estudo da evolução do sistema urbano estadual, que parte de 1930 e chega a 1980. Esse trabalho, mesmo sem contemplar o recorte temporal da presente pesquisa, constituiu-se numa referência importante para verificar como avançou o adensamento populacional da Bahia e as históricas tendências de concentração demográfica no estado.

Tratando ainda de temas ligados aos movimentos populacionais, para responder a questões referentes ao avanço do processo de urbanização no estado, às tendências dos componentes demográficos e aos movimentos de população no seu interior, dois estudos elaborados por técnicos da SEI foram consultados: *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*, de 2003; e *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*, de 2007. Vale pontuar que tais trabalhos agregam às informações demográficas breves análises sobre a localização de equipamentos, as mudanças econômicas e os processos socioespaciais, especialmente ocorridos entre 1991 e 2000, anos de censos demográficos.

Mais dois trabalhos da SEI foram selecionados como subsídios para a pesquisa sobre o fenômeno urbano do estado. O primeiro, *Cidades da*

*Bahia*, publicado em 1997, apresenta informações relacionando a dinâmica urbana aos movimentos econômicos, e disponibiliza um conjunto de dados e reflexões que viabilizam a compreensão das alterações funcionais e estruturais de diversas cidades baianas. Nele há, ainda, o estabelecimento de uma proposta de rede de cidades para o estado. No segundo trabalho, *Desenvolvimento e território da Bahia*, publicado em 2003, de autoria de Edgard Porto, observou-se o desenrolar das dinâmicas evidenciadas na publicação anterior, com o autor tratando mais apropriadamente das cidades por sua função na rede.

Com relação à questão econômica, além dos elementos agregados pelas publicações anteriormente citadas, trabalhou-se com o livro de Noelio Dantaslé Spinola, intitulado *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*, também de 2003, que versa sobre o impacto da localização das atividades industriais no desenvolvimento regional e urbano estadual, no período de 1967 a 1999.

Retornando ao propósito de aprofundar o conhecimento teórico e metodológico sobre a temática, selecionaram-se mais três estudos. O primeiro deles foi a dissertação de Diva Maria Ferlin Lopes, defendida, em 2005, na UFBA, cujo título é *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto*, e que se constituiu em importante elemento para reflexão. Com base em levantamentos bibliográficos e empíricos, a autora elaborou um conceito para investigar se cidades de pequeno porte podem ser consideradas áreas urbanas. No segundo, o livro *Cidades médias: espaços em transição*, organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, o foco recaiu sobre as cidades médias, com discussões de cunho teórico, conceitual e metodológico sobre essa categoria. Além disso, esse trabalho trouxe estudos de casos sobre realidades brasileiras e de outros países da América do Sul.

A importância desses dois volumes associa-se ao perfil das cidades e do urbano na Bahia. Mesmo tendo em vista as tendências de concentração da população nas áreas urbanas do estado, cujo avanço acentuou-se após 1991, ainda em 2000, para 74,6% das suas áreas urbanas o contingente era igual ou inferior a 20 mil pessoas. Ao mesmo tempo, apenas 11 dos 415 municípios de então tinham um contingente urbano superior a 100 mil habitantes.

Já com o terceiro estudo, pretendeu-se avançar nas reflexões sobre metodologia. Para tanto, consultou-se uma pesquisa elaborada pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-ambientais, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), intitulada *Sistema nacional de informações das cidades. Classificação (tipologia) das cidades brasileiras*. Utilizando uma ampla base de dados, os pesquisadores dessas instituições realizaram uma classificação e uma hierarquização dos centros urbanos,

agrupando-os em regiões por dados de renda familiar e Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Note-se que, do total desses estudos, quatro deles revelaram-se básicos para esta pesquisa: os dois realizados pelo IPEA, IBGE e Unicamp; o da UFMG, a pedido do MPOG; e o do IBGE.

Todos os trabalhos efetivamente analisados pela equipe proporcionaram uma visão geral do processo de urbanização e das áreas onde, historicamente, a população baiana tendeu a se concentrar. Igualmente, foi possível verificar os reflexos dos novos processos de distribuição dos equipamentos industriais e das demais atividades econômicas na estruturação do espaço urbano dos municípios e nas especificidades do perfil de sua população.

Acrescente-se que, como resultado dessas leituras e com o propósito de consolidar a apreensão dos conteúdos estudados, integrantes dessa equipe da SEI concluíram um artigo, no qual analisou-se a rede urbana da Bahia conforme apresentada pelo estudo Regic 2007.





# 1

## Resumos informativos

Nesta parte do relatório estão os resumos dos trabalhos que integram a bibliografia básica da pesquisa, bem como os daqueles selecionados por sua relevância para o alcance dos objetivos propostos.

Os títulos aqui apresentados estão distribuídos em três grupos. O primeiro se refere aos estudos de caráter nacional: Configuração atual e tendências da rede urbana e Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste; Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008; Sistema nacional de informações das cidades. Classificação (tipologia) das cidades brasileiras; e o Regiões de influência das cidades: 2007. Seguem-se dois trabalhos cujo foco foram questões conceituais e metodológicas: Cidades médias: espaços em transição; e O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. O terceiro conjunto abarca publicações sobre a realidade estadual: Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000; Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000; Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica; Cidades da Bahia; Desenvolvimento e território na Bahia; e Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 1).

O estudo *Configuração atual e tendências da rede urbana* foi realizado por técnicos de instituições públicas e consultores sob a coordenação do IPEA, no âmbito de sua Coordenação Geral de Política Urbana (Cgpur), e teve como parceiros o IBGE, representado pelo Departamento de Geografia (Degeo), e a Unicamp, especificamente seu Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur). Desenvolvido ao longo de 30 meses, esse estudo foi publicado em seis volumes que compõem uma série. Todos eles possuem dados e informações baseados em vasto referencial bibliográfico, constituído de documentos e estudos governamentais, elaborados por autores bem conceituados na área e publicados no Brasil e no exterior.

O objetivo do trabalho foi o de caracterizar a rede urbana brasileira no final dos anos 1990. Para tanto, tratou-se das transformações ocorridas, nas décadas de 1980 e 1990, nas estruturas social e econômica e, conseqüentemente, espacial das regiões do país. De forma geral, contemplaram-se três vertentes de análise: os processos econômicos estruturadores da rede urbana do Brasil; os processos econômicos regionais e seus impactos na constituição da rede de cidades em cada região brasileira; e os processos característicos por tipologia da rede urbana (tamanho, forma e função) no país e por macrorregião. Como resultado dessa investigação, obtiveram-se quatro produtos: a estrutura das redes urbanas das regiões brasileiras; a hierarquia das cidades nas redes urbanas; os sistemas urbano-regionais; e o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Em relação ao conteúdo dos volumes, no primeiro apresentaram-se discussões a respeito das transformações recentes na rede urbana brasileira nas décadas de 1980 e 1990, pelas óticas da economia e da urbanização; e a classificação da rede urbana no Brasil. Encontram-se nesse volume, ainda, a identificação das aglomerações urbanas, a configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbanos regionais e questionamentos sobre o papel "global" dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. Destacam-se, nas reflexões postas no primeiro volume da série, as tendências para o desenvolvimento das regiões e suas implicações para a formulação de políticas públicas.

O segundo volume contemplou as regiões de influência das cidades; as aglomerações urbanas; as tipologias dos municípios; e a configuração, no final da década de 1990, da rede urbana brasileira. O terceiro volume apresentou o referencial conceitual e metodológico que possibilitou a formulação de hipóteses sobre as tendências e suas implicações na estruturação espacial da rede.

Os três últimos volumes tratam da caracterização da economia regional e da rede urbana, bem como dos impactos das transformações ocorridas nos últimos anos sobre a rede urbana brasileira. O quarto volume está voltado para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o quinto para a Região Sudeste; e o sexto para a Região Sul.

O objeto central deste resumo é o primeiro volume, que se inicia com uma síntese da situação econômica e da urbanização diagnosticada das regiões brasileiras. Para carac-

terizar a rede urbana do Brasil, considerando as alterações ocorridas no desempenho das atividades produtivas nas décadas de 1980 e 1990, procurou se demonstrar uma articulação entre o desenvolvimento econômico e o processo de urbanização, sem a produção de “determinismos” acerca das tendências da transformação do sistema urbano.

Para tanto, enfocaram-se as mudanças ocorridas nos setores industrial e agropecuário, entre os anos de 1980 e 1990, e o modo como tais mudanças qualificaram o processo de urbanização brasileira. Feito isso, descreveram-se os novos arranjos espaciais surgidos desde então.

Partindo dessas análises, os técnicos responsáveis pela pesquisa formularam a hipótese de que “o desempenho regional do período recente caracterizou-se por um aumento da heterogeneidade econômica e social inter e intrarregional, com o surgimento de áreas e polos dinâmicos, as chamadas *ilhas de produtividade*, independentemente do desempenho agregado da economia regional e do grau de articulação das áreas dinâmicas com a economia do resto do país” (p. 34).

Da hipótese central decorreram as quatro teses que nortearam o estudo:

- Surgimento de novos padrões de localização de atividades produtivas, resultantes, em parte, do comércio exterior (importação e exportação, principalmente nos anos 1990) ou de novos condicionantes da atividade produtiva;
- Necessidade de adoção de novos modos de apreensão dos fenômenos de homogeneidade, hierarquia e polarização, reestruturados em consequência dos processos econômicos recentes que criaram novos espaços e novas configurações territoriais;
- Aparecimento de novas espacialidades da economia brasileira, que exigem categorias de análise diferenciadas para o território brasileiro (aglomerações de fronteira territorial, fronteiras econômicas internas, polos dinâmicos, áreas estagnadas, novos espaços rurais, novas

centralidades, cidades globais, entre outras);

- Alteração significativa na mobilidade espacial no país, com aparecimento de novos padrões migratórios como: migração intrarregional e de curta distância; redução dos fluxos em direção às fronteiras econômicas e áreas metropolitanas; baixo dinamismo dos mercados de trabalho urbanos, com surgimento de novas formas de marginalidade urbana.

Observou-se, assim, que a crise dos anos 1980 e o subsequente maior grau de abertura da economia brasileira balizaram novas articulações regionais, sobretudo nos setores industrial, agropecuário e comercial. Nesse contexto, identificou-se o surgimento de ilhas de produtividade, em grande parte voltadas para o comércio exterior, setor que se desenvolveu bastante no período pós-1980, estimulando a heterogeneidade da estrutura produtiva nacional. Contudo, essa situação contribuiu para o aprofundamento das desigualdades inter e intrarregionais no Brasil.

Muito embora o comércio exterior tenha criado um novo dinamismo econômico em âmbito nacional, o que foi de suma importância para algumas regiões, não gerou um novo padrão de crescimento para o conjunto da sua economia. Houve destaque para as exportações originadas nas regiões Norte (produtos básicos e semimanufaturados) e Centro-Oeste (produtos básicos); no Maranhão (semimanufaturados), na Bahia (petroquímica); e em Minas Gerais (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados), passando a declinar na segunda metade da década de 1980 (com exceção dos estados do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão, que apresentaram taxas acima da média nacional).

Os pesquisadores avaliaram como negativos, para o setor industrial, os impactos da trajetória econômica da década de 1980, sobretudo nas metrópoles mais industrializadas. Houve descentralização, o que foi bom por possibilitar a diversificação das atividades

econômicas de outros estados, além de São Paulo. Entretanto, não ocorreu desconcentração da economia, o que significa dizer que não foram produzidas melhorias significativas na estrutura econômica dos estados do Norte e Nordeste do país.

Nos setores da agricultura, mineração, celulose e papel foi identificado o melhor desempenho econômico, principalmente nas áreas de fronteira e nas cidades de pequeno e médio portes. Ainda que não tenha havido incorporação significativa de novas terras (em relação à década de 1970) para essas atividades, o desenvolvimento tecnológico da agroindústria possibilitou a melhoria no rendimento das mesmas. Esse fenômeno teve implicações na intensificação da migração de curta distância e intrarregional e, ao mesmo tempo, na manutenção da população nos municípios de pequeno porte, especialmente do Sudeste. Também houve, em consequência dessa nova dinâmica, a redução na migração em direção às metrópoles do Sudeste e, por outro lado, crescimento populacional nas aglomerações metropolitanas e capitais estaduais nordestinas.

Nesse contexto, definiu-se uma nova configuração regional da indústria no Brasil: perda de importância industrial das regiões metropolitanas de São Paulo<sup>2</sup>, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; e desaceleração na taxa de crescimento demográfico de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Baixada Santista.

Por outro lado, houve crescimento do setor industrial no interior de São Paulo, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e em estados como Bahia, Paraná e Minas Gerais. Estruturou-se, assim, como processo resultante dessa desconcentração relativa das atividades

econômicas, uma rede dispersa de cidades, que teve como principal impacto o fortalecimento das cidades médias brasileiras e das aglomerações urbanas dotadas de boa infraestrutura a elas vinculadas, principalmente na Região Sudeste, em especial no interior de São Paulo. Tal situação permitiu a constatação de uma nova rede, a qual foi foco de estudos para a identificação das áreas urbanas dinâmicas ou estagnadas nas distintas regiões geográficas brasileiras, o que foi feito buscando-se as causas das alterações de sua estrutura econômica e de sua base produtiva. Foi possível, dessa maneira, definir as transformações na rede urbana com suas novas espacialidades e as novas conformações territoriais surgidas.

No segundo quinquênio da década de 1980, já após o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a Bahia obteve incrementos nas indústrias de bens intermediários, sobretudo nos setores que receberam maiores investimentos no período anterior. Desse modo, juntamente com outros estados, passou a responder por boa parte da exportação do país nos setores de celulose, papel, plásticos, couros, química, siderurgia e transformação mineral, o que ocorreu de acordo com as especializações regionais.

Houve, também, o aumento da participação das culturas mais dinâmicas do Centro-Oeste e dos cerrados baianos e mineiros na produção nacional, o que contou, inclusive, com modernização tecnológica da agroindústria, alteração evidenciada, principalmente, no cultivo da soja. Essa lavoura experimentou intenso processo de reestruturação produtiva entre 1980 e 1990, desde o plantio à comercialização, passando pela capacidade de armazenamento.

Foi também em meados da década de 1980 que começaram os avanços na produção e exportação de carnes, observados sobremaneira no Centro-Oeste, algo que foi

<sup>2</sup> O rearranjo das atividades econômicas no estado de São Paulo, entre as décadas de 1980 e 1990, manteve as linhas de produção de maior conteúdo tecnológico ou que demandam mão de obra mais qualificada na região metropolitana da sua capital, e relocação de centros administrativos ou de atividades de pesquisa e controle de qualidade para seu entorno.

iniciado por um processo de descentralização da produção avícola – tendo em vista que 70% da produção nacional concentravam-se nos estados do Sul, enquanto a região dos cerrados orientava-se para o mercado local e para as regiões Norte e Nordeste, eventualmente. Em São Paulo, o incremento do setor agropecuário deu-se nas produções voltadas para a indústria de sucos (principalmente de cítricos) e de açúcar e álcool, o que garantiu aumento das exportações nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente.

Nesse contexto, com as mudanças nos programas de investimentos financiados pelo governo federal, o Nordeste passou a ser uma região cada vez menos beneficiada pelo que foi chamado de “desconcentração econômica seletiva”, que privilegiou o Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Nos anos 1990, foram criados novos padrões locacionais não-uniformes para o setor industrial, não sendo possível identificar uma tendência geral de reaglomeração, a não ser para o Nordeste, onde houve incremento de indústrias intensivas em mão de obra, especialmente a têxtil, a calçadista e a de vestuário.

As mudanças na agricultura constituíram-se em outro fator a favorecer alguma desconcentração econômica, sobretudo pelo crescimento superior ao do setor industrial, no que tange à participação no PIB nacional. O estudo aponta como causa para isso o programa de ampliação das lavouras de exportação e, principalmente, o programa do álcool. Exemplo dessa ampliação foi observado no Centro-Oeste, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia e São Paulo – neste caso, exclusivamente por causa do Pro-álcool e do cultivo da laranja.

Observe-se que a comparação de censos agropecuários indicou o crescimento significativo da área cultivada entre 1970 e 1985, com destaque para a Bahia, na Região Nordeste. Em relação aos indicadores de mecanização, contudo, no referido período, houve cres-

cimento no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto que no Norte e Nordeste, exceto na Bahia, houve redução. Na pecuária evidenciou-se o crescimento concentrado do efetivo bovino no Norte e Centro-Oeste, e de áreas de pastagem no Norte. No Nordeste, as alterações mais significativas no setor deram-se na Bahia e no Maranhão.

Conforme os autores, as transformações econômicas abordadas ao longo do estudo acarretaram as seguintes alterações espaciais nas cidades brasileiras:

- Crescimento populacional mais elevado nas “antigas periferias econômicas nacionais”, formando novas aglomerações urbanas;
- Criação de padrões de crescimento mais baixos para as regiões metropolitanas, sobretudo suas sedes, com exceção do Nordeste;
- Maior peso, no tocante à participação na economia nacional, das cidades médias.

Tais alterações engendraram, no início dos anos 1990, uma fase em que a redução do crescimento econômico e a deterioração das relações de trabalho (salários, vínculos jurídico-institucionais etc.) favoreceram a “migração de retorno” e as migrações de curta distância, com destaque para as intrarregionais.

Foram então identificados pela pesquisa os seguintes impactos na nova conformação da rede urbana brasileira:

- Crescente peso das 12 aglomerações urbanas metropolitanas (que reúnem 201 municípios e apresentam concentração de 32,3%, 33,0% e 33,6% da população brasileira nos anos de 1980, 1991 e 1996, respectivamente) e centros urbanos de médio porte, e espraiamento das aglomerações urbanas não-metropolitanas;
- As aglomerações urbanas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte perderam população para outras aglomerações urbanas, como Campinas e Vitória;
- Na Região Norte, Belém perde sua primazia para Manaus;

- As 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas, que concentram 178 municípios, vinham aumentando sua participação no percentual da população nacional (11,1%, 12,7% e 13,1%, respectivamente, em 1980, 1991 e 1996);
- As aglomerações urbanas concentravam 47,0% da população nacional conforme contagem de 1996;
- Entre 1991 e 1996, os 62 centros urbanos com mais de 100 mil habitantes, cada, aumentaram sua participação no total da população nacional: de 7,2%, em 1980, para 8,5%, em 1996;
- Aglomerações urbanas como Brasília, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Belém, Campinas, Cabo Frio, Itajaí, Petrolina/Juazeiro, Joinville, São Luís, São José do Rio Preto e Aracaju, e os centros urbanos com mais de 100 mil habitantes, cada, que não constituem aglomerações urbanas (Macapá, Rio Branco, Barreiras e Foz do Iguaçu) apresentaram, entre 1991 e 1996, taxas de crescimento chegando a ser quatro vezes superiores à média nacional;
- “Em praticamente todas as regiões brasileiras, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios negativos, retratados pelo crescimento abaixo da média nacional, muito próximo ao crescimento vegetativo do país” (p. 43).

Para a definição de critérios de classificação das aglomerações urbanas, utilizou-se como base o estudo *Aglomerações urbanas para fins estatísticos*, do IBGE, que as considerou como espaços urbanizados contínuos e as classificou em três categorias, por meio dos seguintes critérios de identificação:

- Decorrentes de expansão de um núcleo urbano central (tamanho populacional mínimo de 200 mil habitantes em 1991 – aproximadamente 2% da população do país);
- Decorrentes de expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente (tamanho populacional mínimo de 150 mil habitantes em 1991);

- Decorrentes da integração resultante do sítio geográfico<sup>3</sup>.

Para a delimitação do entorno das aglomerações, utilizou-se como indicador de concentração populacional a densidade mínima de 60 hab/km<sup>2</sup>, e como indicador de predominância de atividades urbanas um mínimo de 65% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nos setores secundário e terciário.

Ao quadro definitivo, agregaram-se os seguintes critérios:

- “Municípios situados no entorno de algumas aglomerações, os quais, embora não preencham os critérios estabelecidos acima, podem ser incorporados ao conjunto da aglomeração, considerando o critério da integração [...]”;
- “Junção de aglomerações urbanas vizinhas, resultando num conjunto maior, a exemplo da aglomeração de Campinas que incorporou a de Santa Bárbara d’Oeste/Americana” (p. 48).

Para classificar as aglomerações urbanas foram utilizados critérios variados: centralidade; existência de processo de conurbação e/ou intensa inter-relação; integração de atividades e funções. Somaram-se a estas informações quantitativas sobre densidade, PEA ocupada em atividades urbanas, tamanho populacional e grau de urbanização.

Para a classificação das redes urbanas brasileiras, levaram-se em consideração os seguintes aspectos:

- Impactos espaciais das transformações econômicas regionais;
- Evolução do perfil da rede urbana do Brasil;
- Tipologia de cidades;
- Caracterização das funções urbanas dos principais centros e aglomerações urbanas, nos respectivos subsistemas regionais e para o

<sup>3</sup> Para fins metodológicos, consideraram-se núcleos metropolitanos, ou núcleos urbanos centrais, aqueles com tamanho populacional mínimo de 800 mil habitantes em 1991.

conjunto do sistema de cidades do país (por exemplo, centros de serviços financeiros e administrativos, cidades-dormitório, industriais etc.).

Buscou-se evidenciar elementos que indicassem as funções e sinalizassem as transformações socioeconômicas e na urbanização, nas décadas de 1980 e 1990, utilizando a agregação de variáveis do censo capazes de explicitar o peso do emprego urbano na PEA (gestão no setor financeiro, atividades públicas, percentual de ocupações relacionadas a serviços médicos e educacionais). Em alguns casos foram usados dados sobre migração, a fim de construir indicadores acerca dos fluxos migratórios entre regiões e municípios brasileiros.

A caracterização da rede urbana brasileira levou em consideração, principalmente, dois pontos: a intensidade dos cinco aspectos que qualificam a posição dos centros urbanos, e; as formas espaciais que configuram a rede urbana (aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas).

Foram os seguintes critérios considerados para a **classificação das redes**:

- Centralidade – dimensão com que o centro urbano estrutura uma área de influência no contexto de uma rede de cidades (abrangência regional de fluxos de bens e serviços; utiliza o Regic 1987);
- Centros decisórios/relações internacionais – presença de centros decisórios (centros financeiros, sedes de grandes corporações, redes de serviços modernos, movimentação nos aeroportos) e “[...] a intensidade do intercâmbio de informações entre esses centros urbanos e o conjunto da rede urbana brasileira, bem como suas relações com uma rede mundial de cidades” (p. 49);
- Escala da urbanização – “[...] dimensão do processo de urbanização tanto em relação ao conjunto da rede urbana brasileira, como no que se refere aos diversos níveis regio-

nais, sendo identificada pelo tamanho populacional dos centros urbanos” (p. 49); vale dizer, população, percentual de população urbana, índice de infraestrutura urbana e de consumo de bens;

- Complexidade e diversificação da economia urbana – presença de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intrasetorial (percentual da PEA urbana em relação à PEA total) nos centros urbanos;
- Diversificação do terciário/funcionalidade – “[...] grau de diversificação das atividades de serviços dos centros urbanos e a presença de atividades terciárias complexas e sofisticadas, bem como salienta funções urbanas específicas (centro administrativo, educacional, hospitalar, comercial etc.) por meio do perfil ocupacional da população ocupada no terciário” (p. 49).

Para a identificação das diferentes espacialidades foram utilizados os seguintes elementos:

- “Dados de população total, urbana e rural;
- Taxas de crescimento populacional dos períodos 1980 1991 e 1991 1996;
- Densidade demográfica de 1996 (dados de população compatibilizados com a divisão territorial básica de 1991);
- Percentual da PEA em atividades urbanas (Censo de 1991);
- Renda média familiar per capita (Censo de 1991);
- Estrutura ocupacional (Censo de 1991);
- Índice de condições de domicílio (Censo de 1991);
- Posição no estudo Regic 1987;
- Outros indicadores de especificidade regional” (p. 49).

Os pesquisadores consideraram que a estrutura da rede urbana brasileira identificada apresentava especificidades e diferenças de renda e produtividade regionais, desarticulação intra e inter-regional, centros urbanos modernos com periferias pobres no âmbito da infraestrutura e

serviços, e desequilíbrio do processo de urbanização, tendo em vista a concentração de pobreza nas aglomerações.

Na definição de aglomerações urbanas de caráter internacional, foi identificada a necessidade de integração das cidades de fronteira com os países do Mercosul, visto que o crescimento urbano das cidades e dos países vizinhos, em alguns casos, chega a constituir conurbações.

Desse modo, a rede urbana brasileira foi classificada considerando os seguintes aspectos:

- “Tipologia e tamanho dos centros urbanos;
- Tipologia ocupacional e dependência funcional dos centros urbanos;
- Tipologia da forma urbana assumida pelos centros urbanos que constituem aglomerações urbanas” (p. 54).

Na composição do “quadro de classificação da rede urbana do Brasil”, ao qual os pesquisadores chegaram, consideraram-se as redes urbanas nos âmbitos nacional e das regiões geográficas. Realizada em quatro etapas, tal análise observou aspectos variados, a seguir descritos.

**Classificação dos centros urbanos das regiões (Fase I):**

- “Posição dos centros urbanos no Regic 1987;
- Porcentagem da PEA urbana;
- Total populacional em 1980, 1991 e 1996 (neste último ano, contagem com muitos erros);
- Taxa de crescimento da população 1991-1996;
- Percentual de acréscimo populacional nos períodos 1980-1991 e 1991-1996;
- Densidade demográfica dos centros urbanos em 1996;
- Análise de agrupamento dos centros urbanos das regiões brasileiras” (p. 55).

**Quadro de classificação da rede urbana brasileira (Fase II), classificando**

centros urbanos nas regiões geográficas de acordo com:

- “Posição dos centros urbanos no Regic 1987;
- Localização das sedes das 500 maiores empresas do país;
- Número de passagens domésticas e internacionais e volume de carga dos aeroportos;
- Localização de agências e valor total de depósitos bancários;
- Taxa de urbanização em 1996;
- Taxa de crescimento da população 1991-1996;
- PEA urbana;
- Estrutura ocupacional” (p. 55).

**Estrutura urbana e sistemas urbano-regionais (Fase III), com a caracterização e análise da dinâmica espacial da rede urbana segundo:**

- “Identificação dos espaços territoriais submetidos à influência dos centros urbanos, conforme classificação do IBGE;
- Identificação dos sistemas urbano-regionais definidos com base em critérios de contiguidade espacial e dependência funcional;
- Diferenciação das estruturas urbanas, de acordo com as seguintes características espaciais: ritmo da urbanização; nível de adensamento da rede de cidades; grau de complementaridade entre núcleos urbanos componentes” (p. 55).

**Tipologia da forma urbana (Fase IV), com quadros de conformação das tipologias:**

- “Identificação da presença de processos de conurbação entre centros urbanos;
- Identificação de espaços urbanos descontínuos com presença de centros urbanos com articulação econômica e urbana;
- Porte populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996;
- Densidade populacional de 1991;
- Taxa de crescimento do núcleo nos períodos 1980-1991 e 1991-1996;

- Taxa de crescimento da periferia nos períodos 1980-1991 e 1991-1996.
- Indicadores de peculiaridades regionais caracterizadoras de articulação entre os centros urbanos” (p. 55).

Ao final do cruzamento dos critérios até aqui observados, apresenta-se, no estudo, a composição de quadros que contêm a classificação da rede urbana brasileira, composta por seis categorias espaciais, a saber:

- Metrópoles globais, nacionais e regionais – 13 centros urbanos, sendo 12 localizados em aglomerações urbanas (Manaus é a exceção), a maioria dos quais desenvolveu-se com base em um núcleo (capital de estado, exceto Campinas); apresentam complementaridade funcional entre os centros e as periferias, com funções polarizadas; as aglomerações articulam-se espacialmente, com algum grau de contiguidade, em geral ao longo de eixos viários;
- Centros regionais – 16 centros urbanos, dos quais 13 constituem aglomerações urbanas não-metropolitanas e 3 não formam aglomeração urbana; em alguns casos, as aglomerações urbanas são centros que dividem “[...] funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contiguidade espacial originando conjuntos de cidades articuladas” (p. 56).
- Centros sub-regionais 1 e 2 – 82 centros urbanos, sendo 31 “sub-regionais 1” e 51 “sub regionais 2”, que polarizam apenas municípios de seu entorno (pequeno alcance), desempenhando papel de centros locais.

Essa classificação refere-se aos pontos centrais da rede urbana brasileira; vale dizer, municípios que, por suas características, são capazes de polarizar uma série de outros devido às suas funções. Os pesquisadores consideraram que o cruzamento dos critérios quantitativos e qualitativos foi de

suma importância para evitar distorções na classificação.

Em seguida foram identificadas 49 aglomerações urbanas, distribuídas em 12 aglomerações metropolitanas, 12 centros regionais, 15 centros sub-regionais 1 e 10 centros sub regionais 2. Nelas concentram-se cerca de 60% da população urbana e 47% da população total do país. O estudo indica que a maior concentração populacional está nas aglomerações de nível metropolitano.

Foram então categorizados quatro tipos de aglomerações urbanas, de acordo com o tamanho do núcleo e da periferia:

- Aglomerações urbanas cuja população do núcleo é maior que a da periferia (eram 31);
- Aglomerações urbanas cuja população do núcleo é próxima à da periferia (oito);
- Aglomerações urbanas cuja população da periferia é maior que a do núcleo (seis);
- Aglomerações urbanas constituídas por dois ou mais núcleos e sem periferia (quatro);

Para classificar as categorias analíticas fundamentais do estudo em cada região geográfica brasileira, os pesquisadores observaram a distribuição do conjunto de aglomerações urbanas de acordo com sua relação com o processo de ocupação territorial do país, desde a década de 1960, o que determinou processos econômicos que conduziram à urbanização de cada região. Tais categorias são as seguintes:

- Regiões de influência das cidades – “[...] porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo” (p. 87). Foram identificadas 33, sendo duas na Região Norte; nove no Nordeste; 12 no Sudeste; oito no Sul; duas no Centro-Oeste;
- Sistemas urbano-regionais – “[...] definidos com base na agregação das regiões de influência das cidades, que foram agrupadas segundo

os critérios de contiguidade espacial e dependência funcional. Compreendem sistemas territoriais organizados” (p. 87) baseados em metrópoles e centros regionais que possuem encadeamento funcional, seja recíproco ou hierárquico. Foram identificados 12, nomeados com base nas cidades que os encabeçam ou nos territórios polarizados por cada sistema;

- Estruturas urbanas – “[...] procuram expressar a coexistência de tempos diferenciados em um mesmo espaço territorial integrado. [...] diferenciam-se segundo três categorias espaciais básicas: a) o ritmo da urbanização; b) o nível de adensamento da rede de cidades; c) o grau de complementaridade entre centros urbanos que as compõem” (p. 87), além do nível de desenvolvimento humano atingido pelos habitantes das cidades que as integram, conforme indicadores de renda, alfabetização e acesso a serviços urbanos básicos;
- Rede urbana nacional – “[...] compreende o conjunto das cidades que polarizam o território nacional e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas e com as respectivas áreas rurais. [...] é formada por centros urbanos com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si, como campos de forças de diferentes magnitudes que interagem no decorrer do tempo. São essas interações que não respondem apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento” (p. 87-88).

Foram identificadas, na rede urbana brasileira, as seguintes estruturas:

- Centro-Sul – compreende os sistemas urbano-regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, que se caracterizam por alta concentração populacional e graus de urbanização e metropolização. É o espaço que corresponde ao “cinturão urbano-industrial” do país, onde

localizam-se metrópoles globais e grandes metrópoles consolidadas, além de outras em processo de consolidação (Florianópolis, Londrina, Maringá, Baixada Santista, Campinas e Vitória);

- Nordeste – formada pelos sistemas urbano-regionais de Salvador, Recife, Fortaleza e Meio-Norte (São Luís e Teresina), que se encontram num sistema urbano industrial em fase de consolidação. Possuem, em geral, elevadas taxas de incremento populacional urbano, com características, porém, que as distinguem: a rede de Recife é mais densa e consolidada; Salvador tem sua rede mais direcionada para o litoral; a rede de Fortaleza apresenta primazia urbana, não obstante sua urbanização ainda estar incompleta; e o Meio-Norte tem uma rede ainda instável, pois sofre alterações bruscas por causa de suas relações com as demais redes do Nordeste e do Centro-Norte;
- Centro-Norte – compreende os sistemas urbano-regionais de Brasília-Goiânia, Cuiabá e Norte, áreas nas quais o processo de urbanização acelerou-se nas últimas décadas, e as cidades são fundamentais para a abertura de novas áreas à exploração econômica. É uma estrutura que possui centros em diversos níveis hierárquicos urbanos. As redes de Manaus e Belém podem ser classificadas como emergentes e ainda não consolidadas, enquanto Goiânia e Brasília têm níveis de polarização alto e médio, respectivamente.

Quanto ao questionamento acerca do alcance global das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro na hierarquia brasileira de cidades, o mesmo obteve uma resposta afirmativa, considerando-se que essas duas aglomerações atendem a critérios definidos por John Friedmann em seu trabalho *The world city hypothesis*, de 1986, que pretendeu estabelecer um ordenamento para centros que fazem parte de uma hierarquia mundial de cidades, com base nos seguintes aspectos:

- Sedar importantes empresas multinacionais, transnacionais ou grandes empresas nacionais;
- Ser um centro financeiro moderno e de grande porte, dotado de atividades terciárias e quaternárias de ponta;
- Dispor de um parque manufatureiro inovador e com escala internacional.

O autor citado conclui que São Paulo é a única cidade brasileira que pode ser classificada como cidade mundial de primeira ordem (e, juntamente com Cingapura, a única em países fora do então “primeiro mundo”), e o Rio de Janeiro é a única que está entre as cidades mundiais de segunda ordem (juntamente com Buenos Aires, Cidade do México, Johannesburg, Hong Kong, Taipé, Manila, Bangcoc e Seul).

Tais cidades podem assim ser consideradas por constituírem metrópoles que se destacam no cenário nacional, por possuírem em suas sedes estruturas que delineiam decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas no país, além de articularem fluxos nacionais e internacionais de comércio, informação e conhecimento<sup>4</sup>.

Para justificar tal compreensão do estudo, é destacada a participação, nas últimas décadas, das duas metrópoles nos setores de produção de bens de consumo duráveis e de capital, sua estrutura ocupacional, qualificação da mão de obra, níveis de pobreza e desigualdades sociais, infraestrutura instalada, entre outros aspectos, em relação às demais cidades brasileiras, e suas condições de competitividade relativamente à economia e ao sistema urbano mundial.

Os pesquisadores consideram que o estágio atual da urbanização no Brasil reflete um processo de interiorização da rede urbana,

disseminação de aglomerações e existência de três grandes estruturas urbanas (Centro-Sul, Nordeste e Centro-Norte) que, por sua vez, são constituídas por 12 subsistemas regionais comandados por 13 metrópoles.

Para a caracterização dos sistemas regionais, são considerados três aspectos fundamentais: densidade (relação entre número de centros e territórios), topologia (número de ligações que representam fluxos de bens e serviços entre as cidades) e configuração hierárquica da rede de cidades (ordenamento espacial das funções urbanas).

O sistema urbano Nordeste é organizado com base em Salvador, que tem região de influência sobre Feira de Santana, chegando até ao estado de Sergipe, concentrando se na área costeira, mas com algum espraiamento até as áreas do além-São Francisco. Os núcleos urbanos que fazem parte de sua rede, em média, têm população inferior a 20 mil habitantes, cada, e taxa de urbanização de cerca de 64,0% (inferior à média nacional, que é de 78,5%). Possui dinâmica de um processo de urbanização incompleto, apresenta alta taxa de incremento populacional e indicadores sociais abaixo da média nacional (taxa de analfabetismo em torno de 35,0%, chefes de domicílios com renda inferior a dois salários mínimos em torno de 67,0%, bem como 69,0%, 40,0% e 67,0%, respectivamente, de domicílios ligados às redes de água, de esgoto e com coleta de lixo).

A fim de subsidiar a formulação de políticas públicas, esse capítulo é finalizado com uma síntese da situação da estrutura urbana brasileira no início dos anos 2000, que apresenta um padrão de urbanização que, por um lado, busca a ampliação de articulações entre os centros metropolitanos, economicamente falando, o que traz rebatimentos no desenvolvimento territorial – que incorpora cada vez mais áreas e implanta empreendimentos que tornam as cidades mais “modernas”

<sup>4</sup> O estudo Regic 2007 considera apenas São Paulo como metrópole global e Rio de Janeiro e Brasília como metrópoles nacionais. Isso ocorre devido à metodologia utilizada dar maior peso, no segundo caso, às cidades que sediam órgãos federais.

e capazes de atender às novas demandas impostas pela nova estrutura produtiva. Por outro lado, verifica-se a deterioração das relações de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais que, por sua vez, trazem rebatimentos na questão da segurança pública – cada vez menos confiável – e contribuem para padrões de urbanização socialmente excludentes.

Foi identificada, ainda, uma tendência à conformação espacial em eixos para os quais devem-se pensar estratégias de desenvolvimento. Além disso, sugere-se que sejam estudadas as áreas de baixo dinamismo influenciadas pelos centros mais dinâmicos, de modo a criar estratégias de desenvolvimento que revertam o processo de concentração populacional em tais centros.

Desse modo, seguem-se recomendações com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas:

- Definir e implementar planos, programas e projetos baseados em planejamento regional, aproveitando as estratégias e vantagens comparativas que possam beneficiar centros urbanos articulados em uma sub-região;
- Estabelecer e institucionalizar políticas de desenvolvimento dirigidas, prioritariamente, à gestão das aglomerações urbanas metropolitanas e centros urbanos de grande e médio porte, que levem em consideração a integração das competências dos três níveis de governo e de todos os segmentos sociais locais;
- Criar e fortalecer mecanismos de gestão compartilhada entre os setores público e privado, com participação da sociedade, visando a convergência de ações e atuação de longo prazo;

- Aumentar a eficiência dos centros urbanos por meio de políticas que os tornem mais competitivos, pelo incentivo à estruturação de novas atividades e aumento da capacidade de atrair investimentos, regulamentando, contudo, políticas que não comprometam a coesão regional ou nacional;
- Criar políticas públicas que considerem peculiaridades espaciais e funcionais dos sistemas urbano-regionais e seus integrantes nos diversos níveis;
- Aumentar a competitividade das metrópoles brasileiras mediante investimentos em infraestrutura e na produção de bens e serviços;
- Adotar políticas compensatórias voltadas para os *municípios periféricos*, devido à fragilidade de sua capacidade financeira e crescente demanda populacional;
- Implementar um processo de planejamento que defina prioridades setoriais e locais articuladas com políticas territoriais;
- Definir políticas de incorporação das áreas de baixo dinamismo ou estagnadas ao processo de desenvolvimento regional, buscando reverter indicadores sociais negativos.

Trata-se de um estudo denso em suas informações, e esclarecedor no que concerne às causas das mudanças nas configurações da urbanização brasileira nas duas décadas estudadas. Apresenta uma proposta válida para a criação de políticas públicas que integrem os centros urbanos às suas regiões de influência, demonstrando que a preocupação com o desenvolvimento regional é fundamental para a redução das pressões sofridas pelos centros metropolitanos, além de ser o caminho para o desenvolvimento das cidades médias e melhorias sociais das cidades de menor porte.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

*Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.* Brasília: IPEA, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 4).

A série de estudos sobre a caracterização e as tendências da rede urbana brasileira foi lançada, em 2001, pelo IPEA, que a elaborou em parceria com uma rede nacional de instituições, notadamente o IBGE e a Unicamp. Em cada um dos seis volumes que a compõem, há análises sobre a configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país nos anos 1980 e 1990. Abordou-se, adicionalmente, o processo de mudança da base produtiva, com a identificação, em âmbito regional, das áreas dinâmicas e estagnadas.

O propósito deste resumo é abordar mais detidamente o quarto volume dessa série, no qual foram discutidos as urbanizações e os sistemas urbanos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com destaque para o Nordeste e os efeitos de sua evolução econômica recente em sua rede de cidades.

O princípio básico da investigação realizada nessa pesquisa foi o de que as transformações espaciais e econômicas influenciaram as tendências da urbanização brasileira e, por conseguinte, modificaram a estruturação da rede urbana nacional. De acordo com essa visão, as dinâmicas econômicas regionais recentes são fundamentais para compreender as transformações da rede urbana nacional, e seu entendimento pode auxiliar na formulação de políticas urbanas. Assim, o processo de urbanização do Nordeste é observado a partir das origens, da natureza e organização espacial das atividades econômicas e da sociedade.

O período considerado na análise compreende as décadas de 1980 e 1990. Contudo, para incorporar o conhecimento da base econô-

mica constituída em período anterior, os anos 1970 são também discutidos. A metodologia da pesquisa reuniu contribuições de diferentes trabalhos, destacando-se, entre outros: *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira; *Introdução à formação econômica do Nordeste*, de Leonardo Guimarães Neto; *Planejamento regional e relações intergovernamentais*, de Tania Bacelar de Araújo; *Uma estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste*, de Gustavo Maia Gomes; *Limites e possibilidades de expansão do emprego num contexto de integração regional: o caso do Nordeste*, de Aldemir do Vale Souza; e a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), realizada pelo IBGE e publicada em 1989.

Estabeleceram-se algumas definições relevantes para a elaboração do estudo. A primeira delas refere-se à *rede urbana*, entendida como o conjunto total de fluxos existentes entre os pontos do território. Já *metrópole* seria uma aglomeração que oferece uma gama mais completa de produtos e serviços não só para seus habitantes, como também para uma região de influência mais ou menos abrangente. Além disso, a grande metrópole ainda teria capacidade de atrair novos e modernos investimentos. Pelo exposto, verifica-se que a essa pesquisa adaptaram-se alguns conceitos da teoria dos lugares centrais, de Walter Cristaller, o que foi feito com o intuito de estabelecer definições que pudessem ser aplicadas à evolução das redes urbanas no espaço e no tempo. Portanto, a classificação das cidades, sua localização num espaço dado e suas funções econômicas compõem uma hierarquia

da rede urbana que, nesse estudo, é também explicada pela teoria dos lugares centrais.

Nesse volume, uma vez estabelecidos os recortes conceituais e metodológicos, passou-se ao exame dos aspectos econômicos e seus efeitos sobre a rede urbana. Antes de caracterizar os períodos de formação econômica do Nordeste, alguns fatores econômicos – a capacidade de inovação, a intensidade da circulação e distribuição dos produtos e serviços, os diversos tecidos produtivos e gerenciais, o contexto econômico internacional e os imperativos da acumulação financeira internacional – são citados pela sua possibilidade de modificar a estrutura da rede urbana. Isso porque são capazes de ocasionar a diferenciação funcional entre as cidades; a manutenção da posição dentro da hierarquia urbana; a modificação do nível de integração regional; e a reconcentração espacial. A redução dos custos dos transportes, as facilidades na área de telecomunicações, as condições cada vez melhores para a mobilidade das pessoas, a generalização dos serviços, equipamentos e comércio e a explosão das atividades de alto nível tecnológico prestadas às empresas são fatores que também provocam mudanças na organização das redes urbanas e foram mencionadas na parte introdutória do volume quatro da pesquisa.

Para tratar dos acontecimentos econômicos ocorridos entre 1970 e 1995, foi feito um breve histórico da formação econômica nordestina, dividido em quatro períodos: antes dos anos 1930; entre 1930 e inícios dos anos 1960; de meados dos anos 1960 até a primeira metade dos anos 1980; e, por fim, de 1985 até meados dos anos 1990.

Na análise do primeiro desses períodos (antes de 1930), destacou-se que: a economia nordestina baseava-se em atividades agrário-exportadoras; as relações comerciais davam-se principalmente com o exterior; as condições de transporte e comunicação

entre as províncias, depois estados, eram precárias; havia barreiras alfandegárias inter e intrarregionais.

No segundo período (a partir de 1930 até inícios dos anos 1960), ganhou relevância o processo de integração do mercado brasileiro, com a queda das referidas barreiras alfandegárias. Outro aspecto significativo foi que a economia deixou de ser basicamente primária, com o setor secundário aumentando sua participação no produto nacional. Investimentos foram feitos em infraestrutura de transportes e a indústria no Sudeste, por conta das consequências da Segunda Grande Guerra, passou a adotar o modelo de substituição de importações, o que favoreceu a articulação comercial interna, com profundos reflexos sobre a dinâmica nordestina. Vale observar que esse processo modificou consideravelmente a própria articulação da rede urbana do país.

O perfil setorial do PIB foi mudando durante o terceiro período (entre meados dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1980), uma vez que a agropecuária perdeu participação no PIB regional, ao passo que os setores de indústria e serviços ampliaram-na. No decorrer dos anos de 1960 e 1970, o poder público incentivou e regionalizou determinados investimentos, mediante transferência de capitais públicos e privados para o Nordeste. Essa situação colaborou para que ocorresse a integração produtiva entre a economia nordestina e o setor privado do Sudeste. Os investimentos ocorreram por meio de incentivos fiscais e financeiros regionais – como o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) –, incentivos estaduais e II PND. Tais fatores resultaram na industrialização e consolidação capitalista na economia nordestina. Na pesquisa em análise observa-se que, conforme alguns estudiosos, esse período foi mais do que um

momento de integração econômica, tendo mesmo marcado certa reversão da concentração espacial da economia brasileira no Sudeste. Ressalte-se que os investimentos concentraram-se na faixa litorânea do território da região, área de ocupação secular, e que as inversões públicas foram direcionadas para a infraestrutura econômica, compondo a base industrial de produtos intermediários nas exportações, e para a infraestrutura urbana.

Na década de 1970, Bahia, Pernambuco e Ceará participavam com, aproximadamente, 71,0% do PIB de sua região e concentravam 63,0% dos incentivos liberados pela Sudene. Porém, conforme apontado por Guimarães Neto em seus trabalhos, o aumento da participação da economia nordestina no PIB brasileiro decorreu mais da desaceleração da economia nacional. Outrossim, lembrou-se que nesse período houve grande crescimento das aglomerações urbanas metropolitanas e das capitais.

Nos anos 1980, a crise financeira e fiscal do Estado brasileiro, bem como a crise externa e a elevada inflação, afetaram o modelo de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, atingiram a economia nordestina, em geral muito dependente dos investimentos públicos, os quais historicamente causaram mudanças na estrutura setorial de seu PIB. Nesse contexto, aquelas áreas menos dinâmicas do Nordeste registraram crescimento positivo, um tanto paradoxalmente, e isso justamente porque eram menos integradas à economia nacional, com menor absorção dos impactos então negativos dos processos macroeconômicos. Desse modo, a produção agrícola perdeu espaço para a nova indústria (química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, de material elétrico e de comunicações e minerais não-metálicos). Essa foi uma ocasião propícia para que o Nordeste aumentasse sua participação tanto nas exportações totais quanto nas exportações internacionais. A inte-

gração da economia dessa região à nacional deu-se, especificamente, no setor industrial de transformação, intensivo em capital, não tendo impacto significativo, portanto, sobre o problema regional de desemprego e subemprego.

No quarto e último período descrito (de 1985 até meados dos anos 1990), em sua primeira metade ocorreu um pequeno movimento de desconcentração intrarregional do PIB, embora persistisse a forte concentração da produção de riquezas na Bahia e Pernambuco. Já na segunda metade, a intensificação da inflação e a crise econômica e política brasileira arrefeceram tal movimento.

A partir de meados dos anos 1990, com a abertura comercial e a estratégia de estabilização monetária (Plano Real), muitas mudanças foram promovidas na economia nacional. A base de sustentação desse plano foi a manutenção das taxas de juros em patamares muito elevados. Tal receituário, entretanto, terminou por inviabilizar o investimento público. Nos dois primeiros anos dessa década, a economia do Nordeste – espaço subnacional considerado “atrasado” e dependente da ação do Estado –, sofreu os impactos de recorrentes crises econômicas, que debilitaram as inversões estatais, de modo geral, e na região, em particular. Nesses anos, como se ressalta no estudo em pauta, o setor mais afetado pelas instabilidades foi o da indústria, em razão da sua maior integração à economia nacional. Após a implementação do Plano Real, a economia voltou a apresentar desempenho positivo.

Nessa pesquisa também foram explorados os efeitos do processo econômico sobre a rede urbana do Nordeste, revelando como as estruturas foram espacializadas nessa região. Nos anos 1990, a indústria concentrou-se no eixo costeiro ou litorâneo, ainda que em vários outros pontos do território nordestino. Isso pode ser associado aos investimentos provenientes

da política de incentivos (privilegiando-se os espaços de maior base de recursos naturais).

Entre os espaços ocupados pela indústria de bens intermediários, destacam-se: a Região Metropolitana de Salvador (RMS), com o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec); Aracaju (Sergipe) e Macau (Rio Grande do Norte), cuja dinamização associa-se à extração de petróleo; Maceió (Alagoas), com o Complexo Cloro-álcool-químico, e Recife, via atividade química. Ressalte-se que essas atividades articulam-se ao citado complexo de Camaçari. Tais investimentos provocaram uma nova especialização da economia nordestina, mudando a dimensão das exportações regionais e a composição da sua pauta.

Também ocorreram investimentos ligados ao aumento das exportações do setor primário, que criaram áreas de expansão da fronteira agrícola, especificamente no oeste da Bahia, sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, para o cultivo da soja. A consequência de todas essas especializações foi o processo de urbanização da região.

Após a breve explanação sobre o processo recente de formação econômica do Nordeste, procurou-se expor alguns aspectos da sua rede urbana, como símbolo da concentração regional, que pode ser identificada na forma de distribuição da população nordestina em seu território. Essa concentração populacional é evidenciada, sobretudo, nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, que juntos respondiam por 59,8% do total de habitantes da região em 1996.

Seguindo a lógica de distribuição dos investimentos, evidenciou-se que a rede urbana nordestina é significativamente mais densa em seu eixo litorâneo, situação que não apresentou grandes mudanças mesmo em face dos movimentos em direção à expansão das fronteiras agrícola e mineral. Conforme evidenciado, embora tenha havido um movimento de urbanização da sua população, o Nordeste

destacava-se por ainda registrar o menor grau de urbanização de todas as regiões. Comparativamente, no ano de 1996 seu nível de urbanização era inferior ao do total do país, respectivamente 65,2% e 78,4%. Particularmente em relação à Bahia, para o período 1991-1996, acrescenta-se que sua taxa de crescimento da população urbana, de 2,2% ao ano, também revelou-se menor que a do Brasil, de 2,5% ao ano. Observe-se que a menor urbanização sinaliza precariedade da rede urbana quanto a condições de acesso a serviços sociais públicos, ainda mais que cerca de metade da população urbana estadual encontrava-se em municípios pequenos, com populações inferiores a 50 mil habitantes, cada.

Para entender a rede urbana baiana – e, a rigor, as demais redes urbanas estaduais da região –, os autores desse estudo, baseando-se na descrição da evolução econômica da rede urbana do Nordeste e na identificação das diferentes especialidades que ali se desenvolveram, selecionaram vários indicadores de análise, a saber: dados de população total; taxas de crescimento populacional de dois períodos (1980-1991 e 1991-1996); densidade demográfica mensurada pela Contagem Populacional de 1996; percentual da PEA em atividades urbanas, renda média familiar per capita e estrutura ocupacional, do Censo Demográfico de 1991; e posição no Regic 1987. A partir disso, identificaram cinco níveis de centros urbanos nessa região: aglomerações urbanas metropolitanas; aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros urbanos regionais; centros que consistem nas novas territorialidades; e demais centros urbanos.

O primeiro nível caracteriza-se pela grande concentração populacional (mais de 2,5 milhões de habitantes), elevada participação da PEA em atividades urbanas, grandes densidades populacionais e nível de centralidade máxima pelo Regic 2007. Compreende

três aglomerações urbanas metropolitanas: Recife, Salvador e Fortaleza. O segundo nível é formado por 16 aglomerações urbanas não-metropolitanas, cujos núcleos são capitais estaduais ou centros hierarquicamente menos importantes que aqueles pertencentes às aglomerações urbanas metropolitanas. Comporta municípios cujas populações estão entre 200 mil e 1 milhão de habitantes, cada, e foram agregados em três ordens, de acordo com a participação da PEA nas atividades administrativas.

No terceiro nível estão os centros urbanos regionais, também organizados em três ordens, sendo 15 classificados na primeira, 43 na segunda e 25 na terceira. A população desse conjunto situa-se entre 50 mil e 280 mil habitantes, cada.

Para realizar tal classificação nas referidas ordens seguiram-se alguns princípios: integrar os grupos C ou C e B (cluster); apresentar um nível de centralidade do Regic 1987; e participar da PEA urbana com um percentual previamente definido. Os centros urbanos de ordem um integram o grupo C (cluster), apresentam um nível de centralidade de cinco e seis e uma PEA urbana superior a 60%. Os centros urbanos de ordens dois e três são assim definidos quando integram os grupos C e B (cluster) e na segunda ordem apresentam um nível de centralidade entre um e cinco e uma PEA urbana superior a 50%. Na terceira ordem, por sua vez, estão aqueles que registram um nível de centralidade entre um e quatro e uma PEA urbana abaixo de 50%.

O quarto nível abrange as novas territorialidades. Diz respeito àquelas localidades que apresentam grandes potenciais de crescimento de atividades ligadas ao turismo cultural, de lazer e ecológico, e que têm tido ampliação da rede hoteleira e do sistema viário. No estudo são citadas como exemplos algumas áreas litorâneas: do extremo sul, do norte e do sul da Bahia; do Rio Grande do

Norte, Ceará e Pernambuco. Ademais, com relação ao turismo ecológico, destaca-se a Chapada Diamantina, na Bahia. Já para o de caráter cultural, encontra-se Garanhuns e, para o de lazer, Gravatá, ambos municípios de Pernambuco.

O quinto nível refere-se aos demais centros urbanos, com populações inferiores a 50 mil habitantes, cada.

Com o detalhamento da recente dinâmica de consolidação da rede urbana do Nordeste, das funções assumidas por cada um de seus cinco níveis de centros urbanos e dos investimentos em infraestrutura econômica, chegou-se a uma série de conclusões:

- Existe uma organização espacial marcada por dois processos contrários, um de interiorização da urbanização em apenas alguns subespaços regionais, e outro de "litoralização" (expansão da urbanização nas áreas litorâneas), via crescimento das aglomerações urbanas não-metropolitanas e impulso das novas territorialidades;
- Perda de dinamismo econômico de um elevado número de centros urbanos regionais, que se associam às áreas estagnadas, correspondentes ao sistema sub-regional do semiárido, exceto as áreas de irrigação e ao sistema sub-regional agroexportador tradicional;
- As cidades não incorporadas aos eixos de desenvolvimento tendem a não conquistar um lugar privilegiado para os investimentos privados;
- Há um caráter seletivo dos investimentos previstos, que elegem espaços específicos, situados em eixos de desenvolvimento (polos e complexos industriais, zonas de expansão de fronteiras agrícolas e áreas de irrigação);
- Existe uma tendência a poucas alterações no padrão de concentração industrial entre as diferentes regiões do país.

Além dessas constatações, percebe-se que a região possui um atraso histórico quando comparada às mais industrializadas, encerra

elevados níveis de pobreza e possui ampla demanda de investimentos em infraestrutura, educação e qualificação de mão de obra. Entretanto, as taxas de crescimento do seu PIB revelam que o Nordeste não é um espaço de contexto econômico estagnado. Nele há alguns espaços dinâmicos, que podem expandir seus ganhos monetários a outros a partir de uma

atuação política, desde que o modelo econômico adotado busque incorporar as áreas estagnadas ao processo de desenvolvimento. Outro importante aspecto ressaltado no trabalho baseia-se na proposição de um planejamento regional dotado de mecanismos que proporcionem a distribuição da riqueza gerada nas localidades economicamente dinâmicas.

O estudo *Regiões de influência das cidades 2007* ou, mais comumente, Regic 2007, publicado em 2008, é a quarta edição dessa linha de pesquisa organizada e realizada pelo IBGE, por meio da sua Diretoria de Geociências. Esse trabalho, assim como os congêneres anteriores, publicados em 1972, 1987 e 2000, teve como objetivo apresentar a atual configuração da rede urbana brasileira, de modo a subsidiar o planejamento estatal e empresarial. A expectativa dos pesquisadores envolvidos na elaboração desse trabalho foi a de fornecer informações que facilitassem a tomada de decisões quanto à localização espacial das atividades econômicas de produção, do consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

Contando com 201 páginas, essa publicação está organizada em três seções principais. A primeira expõe os resultados centrais da pesquisa – a hierarquia da rede urbana e as regiões de influência dos centros urbanos. São apresentados, também, a matriz de ligações dos principais centros com suas regiões de influência e diversos mapas que demonstram tais ligações, tanto em escala nacional quanto nas escalas regional e estadual. A segunda detalha a metodologia utilizada para a operacionalização da pesquisa. Já a terceira apresenta os resultados das classificações intermediárias necessárias à construção do quadro geral da rede urbana brasileira. A metodologia da pesquisa constitui-se no foco principal deste resumo.

Na introdução da publicação figuram as principais ideias de alguns estudiosos de temas como sistemas, redes e hierarquia urbanas, estabelecendo, assim, a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa – brevíssima, por sinal. Recuperam-se, a seguir, partes das contribuições expostas na pesquisa. Destacam-se as observações de J. M. Offner em seu artigo *Territorial desregulation*, de 2000, que assinala a convivência simultânea de dois tipos de sistema urbano: o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros, e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial. Por sua vez, Roberto Lobato Corrêa, nome reconhecido no trato dessas questões, argumenta em seu trabalho *As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos*, de 1996, que a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica, desenhada pelos fluxos materiais – produção e distribuição de mercadorias, oferta e procura de serviços, venda e compra de diversos tipos de bens –, e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente.

O Regic 2007 traz também as contribuições de R. P. Camagni e C. Salone (*Network urban structures in Northern Italy*, de 1993) para avançar na discussão topológica das redes e sistemas urbanos, tendo como eixo a teoria das localidades centrais, de Christaller e Losch. Destacando as relações de complementaridade e cooperação, os dois primeiros autores propõem complementar a tradicional teoria de hierarquização dos centros da rede urbana com uma visão de

rede de cidades definida por um sistema de relações horizontais e não hierárquicas. Por essa visão, assume-se que não só os centros urbanos menores precisam estabelecer relações com os centros urbanos mais desenvolvidos, para satisfazer determinadas demandas dos seus agentes econômicos e atores sociais não realizáveis dentro de seus próprios limites, mas que também os centros urbanos mais desenvolvidos precisam, muitas vezes, estar articulados a centros menores para que determinadas cadeias produtivas ou circuitos espaciais de produção sejam completados.

Na fundamentação teórico-metodológica da pesquisa em questão, utilizaram-se as propostas de Pierre Veltz, contidas em seu trabalho *Mondialisation, villes et territoires*, de 1996, para dar o próximo passo: explorar os padrões de relacionamento e avaliar em que medida, e onde, as ligações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou, diferentemente, tendem a fortalecer as conexões horizontais entre centros de mesmo nível.

Adotando-se todas essas referências, conclui-se que na conformação da rede urbana nacional coexistem, pelo menos, dois tipos de relações:

- De comando e controle: a gestão pública e a gestão empresarial desenvolvem relações entre centros urbanos, propagando decisões, definindo outras relações e destinando investimentos;
- De complementaridade: as cidades mantêm, também, articulações horizontais que podem ser decorrentes da especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta de serviços diferentes em locais distintos. Coexistem no território, portanto, redes hierárquicas e não-hierárquicas.

De acordo com a proposta metodológica empregada na pesquisa Regic 2007, a função de

gestão do território é o prisma pelo qual deve-se analisar a importância dos centros urbanos, o que, em última instância, define as regiões de influência. Para que se possa entender essa perspectiva, portanto, é importante destacar a conceituação de Roberto Lobato Corrêa, presente em seu artigo *Identificação dos centros de gestão do território no Brasil*, de 1995, e que é utilizada, na referida pesquisa, para definir os centros de gestão do território. Conforme o autor, esses locais caracterizam-se como aqueles onde localizam-se uma grande diversidade de órgãos do estado e sedes de empresas, com base nas quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço.

Após um aporte de cunho mais teórico, mas com grande reflexo na fase de operacionalização do estudo, cumpre apresentar as etapas da metodologia e os seus principais passos. O trabalho efetuou-se nas seguintes etapas:

Primeira: Classificação dos centros urbanos;

Segunda: Delimitação das áreas de atuação dos centros ou das suas regiões de influência;

Terceira: Hierarquização dos centros e suas redes de influência.

A classificação desses centros, baseada na função de gestão do território, considerou três dimensões:

- Níveis de centralidade da gestão pública federal. Buscaram-se informações de subordinação administrativa, no setor público federal, nos poderes executivo e judiciário. No Poder Executivo, foram investigadas as estruturas territoriais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), isto é, suas agências, gerências e superintendências; da Secretaria da Receita Federal (SRF), abarcando suas superintendências, delegacias, inspetorias, alfândegas e agências; e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com suas delegacias, subdelegacias e agências, sendo

selecionados centros que contassem com a presença de pelo menos um dos três órgãos. Já no caso do Poder Judiciário, foi investigada a existência, nos centros, de órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada, tais como: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Regional Federal (TRF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE), sendo selecionados centros onde existissem dois dos três tipos de justiça;

- Níveis de centralidade da gestão empresarial. Identificaram-se as localizações das sedes e filiais das maiores empresas do país. Para a definição de quais seriam as maiores organizações, foram utilizadas as metodologias da Revista Exame e do Jornal Valor Econômico, bem como dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre), de 2004. Foram selecionados centros que tivessem, pelo menos, três diferentes entidades empresariais com unidades locais em outro município;
- Presença de diferentes equipamentos e serviços. Foram considerados nove tipos de equipamentos e serviços, verificando-se a diversidade de classes de comércio e serviços; a presença de instituições financeiras de porte nacional; a ocorrência de cursos presenciais de ensino superior e respectivo número de matriculados; a complexidade dos serviços de saúde e o volume de atendimento; a quantidade de domínios registrados na Internet; a existência de emissoras de televisão aberta; e dados sobre quantidade de voos, passageiros e volume de carga do transporte aéreo. Utilizaram-se fontes de dados provenientes do Cempre, de 2004, organizado segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); do Banco Central; do Censo da Educação Superior, também de 2004, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS), de 2005; do Sistema Único de Saúde (SUS), com informações de 2005; dos Registros de Domínio para a Internet; do Atlas de Cobertura das redes de TV aberta; do Anuário do Transporte Aéreo, do ano de 2004, publicado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Com base nesses procedimentos e critérios, foram classificados, inicialmente, 701 centros de gestão do território. Alguns deles, no entanto, a despeito de possuírem funções comerciais e de serviços relevantes nas regiões onde estão inseridos, por não contarem com órgãos dos poderes executivo e judiciário ou sedes de grandes empresas, não foram apontados entre aqueles com papel relevante na rede, embora de fato o tivessem. Por isso, os pesquisadores responsáveis pela elaboração da Regic 2007 optaram por incluir nessa classificação aqueles que se destacaram com a existência de, pelo menos, dois dos tipos de equipamentos e serviços selecionados na metodologia. Assim, mais dez unidades passaram a compor esse grupo e, no total, foram listados 711 centros de gestão do território.

Cumprida essa primeira etapa metodológica, em seguida tratou-se de estabelecer as ligações entre cidades para, assim, delinear as regiões de influência dos referidos centros e a conformação das redes no território. Para tanto, foi considerada a análise de três eixos de gestão: a pública, a empresarial e a da prestação de serviços de saúde. Para cada um deles, registraram-se as quatro principais ligações entre centros, assim especificadas:

- Gestão pública: foram contadas as ligações estabelecidas pela relação de subordinação administrativa nos órgãos federais escolhidos e examinados (SRF, INSS e MTE) e nos órgãos da justiça federal e da justiça do trabalho. Somadas essas ligações, os valores foram ordenados, conservando-se para cada centro

os quatro maiores valores encontrados.

- Gestão empresarial: foi somado o número de filiais (unidades locais) instaladas em cada centro, segundo a localização da sede. Os valores também foram organizados em ordem, mantendo-se as quatro principais ligações de cada centro.
- Serviços de saúde: apoiando-se no registro de internações hospitalares do SUS, foram analisados dois grupos de procedimentos – os de alta complexidade e aqueles outros definidos como internamentos mais frequentemente realizados. Considerando cada um desses dois grupos, os volumes de internações foram contabilizados de acordo com a origem dos pacientes (local de residência). Os dois valores resultantes foram somados e ordenados, tendo permanecido os quatro primeiros.

Com o intuito de classificar os municípios que não foram caracterizados como centros de gestão e de estabelecer sua rede de ligações com os últimos, foi organizada e realizada por funcionários da rede de agências do IBGE uma pesquisa direta, via aplicação de questionários, em 4.625 municípios, no último trimestre de 2007. Por meio deles foi possível obter duas informações básicas: as principais ligações de transportes coletivos, com ênfase para as que se dirigem aos centros de gestão, e os principais destinos dos moradores dos municípios para obter produtos e serviços específicos. O modelo de questionário, preenchido pelos próprios técnicos das agências locais do IBGE, continha perguntas sobre os locais onde as pessoas:

- Cursavam o ensino superior;
- Compravam roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou frequentavam shoppings centers, hipermercados e assemelhados;
- Usavam aeroportos que dispõem de voos regulares;
- Buscavam serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações);

- Praticavam atividades de lazer (cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos);
- Deslocavam-se com regularidade e frequência para outros municípios, utilizando transporte coletivo.

Havia, igualmente, duas questões a respeito da localização da imprensa escrita e do destino da produção agropecuária. Para o item comunicação, investigou-se em quais municípios eram editados os jornais vendidos na cidade, com periodicidade diária, semanal ou mensal. Já em relação à produção agropecuária, indagou-se a respeito dos três principais produtos no município, a origem dos insumos utilizados e o primeiro destino da maior parte da produção.

Dessa forma, as duas fontes investigadas – a dos *centros de gestão do território* e a das *informações do questionário* – foram combinadas para que se estabelecessem as regiões de influência dos centros urbanos brasileiros. Quando, nessa junção identificou-se a vinculação de um núcleo urbano a mais de um centro de gestão, examinou-se a hierarquia entre aqueles que compõem essa última categoria. Feito isso, considerou-se apenas a ligação do núcleo urbano em questão ao centro de gestão definido ou classificado como de menor nível. Fundamentou tal posição a idéia de transitividade; vale dizer, ambas as cidades estariam incluídas na região de influência do centro de gestão de maior nível.

Ao final da segunda etapa, chegou-se ao conjunto de 802 cidades que possuem outros centros em sua área de influência, ou seja, têm centralidade extramunicipal. Na terceira, apresentou-se a hierarquização desses centros urbanos e os elementos considerados para estabelecê-la. Tais elementos foram:

- A classificação dos centros de gestão do território com os quais os centros urbanos se relacionam;

- O porte da região de influência identificada, no que se refere à população residente nos municípios para os quais o centro urbano classificado representava o foco;
- A intensidade desse relacionamento, construído com base na frequência de menções, no questionário aplicado, ao centro urbano classificado como destino para os municípios.

O resultado final desse processo foi uma hierarquização composta por cinco grandes níveis de centros urbanos e alguns subníveis: (i) metrópoles (12 principais centros urbanos do país); (ii) capital regional (70 centros urbanos); (iii) centro sub-regional (em número de 169); (iv) centro de zona (num total de 156); (v) centro local (4.473 cidades cujas centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus próprios habitantes).

Observa-se que, mesmo conservando a linha-mestra de outras versões do Regic – a identificação dos principais centros urbanos brasileiros e as suas inserções na malha urbana brasileira –, pode-se grifar algumas das alterações metodológicas utilizadas na pesquisa realizada em 2007. A principal refere-se ao privilégio atribuído à existência de órgãos federais – a exemplo de INSS, SRF e MTE – e de alguns tipos de serviços de justiça para definir os centros de gestão. Com isso, os resultados da pesquisa reafirmam a condição dos grandes centros urbanos nacionais já estabelecidos e, igualmente, causam distorções na análise e organização das hierarquias subnacionais, já que não se utilizou a presença de órgãos estaduais como condição para determinação de centralidade.

Merece registro o peso que foi atribuído à dimensão econômica (capital privado), visto que a presença de sedes de grandes empresas, entendida como uma questão de comando e controle, foi uma das etapas para definirem-se os centros de gestão do território. Além disso, a existência de bancos

com atuação nacional e a diversidade de tipos de comércio e serviços também foram consideradas como critérios complementares. Ainda em relação às dimensões investigadas para tal composição, questiona-se a validade do critério de existência de equipamentos e serviços, no qual evidencia-se que o item sobre presença de emissoras ou retransmissoras de televisão aberta desponta como medida ou fator de centralidade urbana.

Acrescente-se que vários dos diversos critérios e procedimentos utilizados nessa pesquisa não são justificados de modo mais aprofundado no relatório. Porém, entende-se que o procedimento mais frágil de sua metodologia tenha sido justamente a pesquisa direta realizada em mais de 4.500 municípios que não foram classificados como centros de gestão do território. Ao determinar que os técnicos das agências locais do IBGE seriam os responsáveis pelo preenchimento dos questionários que visavam identificar os oito principais tipos de relacionamentos entre cidades e entre elas e os centros de gestão, criou-se a possibilidade de uma “subjetivização” dos resultados.

Outra observação crítica possível é a de que, na metodologia construída para a Regic 2007, não se chegou a delimitar, em sentido estrito, regiões de influência das cidades, nem mesmo para as metrópoles. Com efeito, os resultados apontaram, isto sim, para a espacialidade da hierarquia, as ligações entre os centros de gestão do território e deles com os demais centros urbanos.

Pelo exposto, verifica-se que a pesquisa *Regiões de influência das cidades 2007* analisa a rede urbana brasileira, procurando verificar “[...] como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado” (SANTOS, 1999, p. 60<sup>5</sup>). Para tanto, leva em consideração

5 SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

que, na última década, a “[...] introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades” (p. 09). Além disso, para o entendimento dos resultados obtidos pelo banco de dados, levou-se em conta que o avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação contribuíram para a ampliação da organização das redes de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica, cujos nós são constituídos pelas cidades.

Assim, não obstante qualquer tipo de crítica ao Regic 2007, seus resultados são válidos e contribuem para a identificação da rede urbana brasileira atual e das regiões

de influência dos maiores centros urbanos. Na medida que apresenta uma proposta de hierarquização e de rede de cidades, essa pesquisa enriquece a discussão e propõe um quadro teórico-metodológico para reflexão sobre o tema, ao tempo em que pode inspirar a realização de outras pesquisas mais específicas. Por isso mesmo, o resultado da obra em tela tem aplicação para uma ampla gama de setores: desde professores, pesquisadores e instituições de pesquisa que se debruçam sobre a questão urbana brasileira, passando por profissionais do setor público e privado, até outras instituições, atuantes nas áreas de planejamento urbano-regional e formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, sendo mesmo indicada para empresários que precisam de informações dessa natureza para a tomada de decisões quanto à localização de equipamentos, comércio e serviços.

Com o lançamento da publicação *Regiões de influência das cidades: 2007*, deu-se continuidade à tradicional linha de pesquisa do IBGE sobre a rede urbana brasileira, e cuja primeira referência é o estudo *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, lançado em 1966. Este último, realizado por meio de pesquisa de campo, teve como objetivo conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços. Visando retratar o quadro da rede urbana brasileira e permitir comparações intertemporais, novos levantamentos foram realizados em 1978 e 1993, valendo-se também de pesquisas de campo. Disso decorreu o fortalecimento dos estudos referentes às regiões de influência das cidades, que trouxeram importantes contribuições para a compreensão das diferentes formas de organização espacial da sociedade ao longo do tempo.

A pesquisa Regic 2007 está estruturada em três grandes partes, além de introdução, referências, apêndices e anexos. A primeira é dedicada à apresentação da rede urbana existente em 2007. Nessa parte encontram-se a hierarquia dos centros urbanos brasileiros, suas regiões de influência, as formas de articulação entre as redes, os centros de mais alto nível e as principais diferenças em comparação às suas edições anteriores, revelando-se as alterações na hierarquia e no alcance das redes. Ainda nessa parte é construído o quadro da rede urbana, composto da matriz das regiões de influência.

Na segunda parte, dedicada à apresentação da metodologia do trabalho, relata-se como os estudos anteriores e o atual foram

elaborados e descreve-se como foram elaboradas as análises sobre as regiões de influência e a hierarquia dos centros urbanos.

A pesquisa foi executada em três etapas. Na primeira evidenciou-se a classificação dos centros urbanos; na segunda, foi feita a delimitação das áreas de atuação dos centros ou das suas regiões de influência; e na terceira, a hierarquização dos centros e suas redes de influência.

Para os objetivos deste resumo, importa verificar que, como resultado final da aplicação dos procedimentos e critérios definidos pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa<sup>6</sup>, estabeleceu-se uma hierarquização dos centros urbanos em cinco grandes níveis e alguns subníveis: (i) metrópoles; (ii) capital regional; (iii) centro sub-regional; (iv) centro de zona; (v) centro local.

Detalhando-se as informações acima, no primeiro nível estão as metrópoles, representadas pelos 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. As metrópoles foram classificadas em três níveis, a saber:

- Grande metrópole nacional, cujo único representante foi São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- Metrópoles nacionais, categoria em que se enquadraram Rio de Janeiro e Brasília, com, respectivamente, 11,8 milhões e 3,2 milhões

---

6 Ver resumo anterior

de habitantes, em 2007, também no primeiro nível da gestão territorial;

- Metrôpoles, da qual faziam parte Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, que integram o segundo nível da gestão territorial.

No segundo estão 70 capitais regionais, subdivididas em três níveis: as capitais regionais A são 11 cidades<sup>7</sup>, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos<sup>8</sup>; as capitais regionais B, em número de 20, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos. Nesse último nível localizam-se, na Bahia, os centros urbanos de Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista, que, juntos, representam 15% dos centros urbanos do país. São 39 as capitais regionais C, com medianas de 250 habitantes e 162 relacionamentos. Em relação à Bahia apenas dois desses centros, Barreiras e Juazeiro-Petrolina, são os que integram tal grupo, representando 15% do total deles.

No terceiro nível da hierarquia estão 169 centros urbanos, definidos como centros sub-regionais, dos quais 85 foram classificados como centros sub-regionais A, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos. Na Bahia localizam-se sete desses centros – Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Guanambi e Teixeira de Freitas, o que equivale a 8,23% do total nacional. Dos 79 centros sub-regionais B, que têm medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos, nove encontram-se na Bahia: Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Valença, Senhor do Bonfim, Eunápolis, Brumado e Bom Jesus da Lapa. Estes significavam 11,39% do total dessa categoria no país.

7 São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Vitória, Campinas, Florianópolis, Campo Grande, Cuiabá.

8 Calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado.

No quarto nível, foram colocados 556 centros de zona de menor porte. Estes têm atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares. Os centros de zona estão estruturados em dois níveis: centros de zona A, compostos por 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, dos quais predominam os níveis cinco (94 cidades) e seis (72 cidades) da gestão territorial. Quanto aos centros de zona B, são em número de 364, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. Entre eles, predominam os níveis cinco (94 cidades) e seis (72 cidades) da gestão territorial. Na Bahia, existem 11 centros de zona A, correspondendo a 6,25% do total nacional. As cidades inseridas nesse grupo são Caetité, Camacan, Conceição do Coité, Ipiaú, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique. Com relação aos centros de zona B, a Bahia apresenta 20, ou 5,49% do conjunto brasileiro. Estão nesse grupo Ibotirama, Boquira, Santana, Barra, Serra Dourada, Capim Grosso, Nazaré, Rio Real, Euclides da Cunha, Gandu, Jaguaquara, Amargosa, Riachão do Jacuípe, Valente, Ibicaraí, Poções, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Caculé e Cícero Dantas.

No quinto e último nível encontram-se 4.473 centros locais, cujos níveis de centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Têm, em média, populações inferiores a 10 mil habitantes. A Bahia conta com 167 desses centros locais, o que representa 3,73% do total existente no país.

Note-se que, nas articulações entre as redes e os centros de mais alto nível na conformação da rede urbana, coexistem relações hierárquicas e não-hierárquicas, sendo estas últimas caracterizadas por ligações horizontais, de integração, especialização, complementaridade e sobreposição.

Os centros que comandam as 12 redes urbanas nacionais destacam-se pelas relações de controle e comando sobre aqueles de nível inferior, propagando decisões, determinando relações e destinando investimentos, especialmente pelas articulações existentes entre os órgãos da gestão federal e as corporações empresariais.

Entre as conclusões dessa pesquisa, relativamente aos estudos anteriores sobre a rede urbana brasileira, destaca-se que:

- a) A rede urbana apresenta notável estabilidade, principalmente nos níveis hierárquicos mais altos;
- b) As principais alterações evidenciadas acompanham o processo de ocupação do território no período, bem como as mudanças mais frequentes nos níveis de hierarquia intermediária e baixa;
- c) Comparando-se com os mais proeminentes centros urbanos identificados em 1966, verifica-se que aqueles que emergiram estão localizados, predominantemente, nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, no oeste do Amazonas e no sul do Pará; e, em menor intensidade, no Maranhão e Piauí;
- d) A tendência estrutural à estabilidade, ao longo do tempo, no estrato superior da rede é comprovada pelas relações dos 12 centros identificados como metrópoles, no topo da hierarquia;
- e) Registram-se, fundamentalmente, apenas duas diferenças em relação ao quadro apresentado há 40 anos: a ascensão de Brasília e Manaus.

No aludido estudo de 1978, Brasília havia sido classificada como capital regional, mantendo-se sua subordinação a Goiânia. Mas em 1993 já havia sido considerada cabeça-de-rede, por seu papel político-administrativo, como Capital Federal, representando um centro de poder e decisão. Manaus, subordi-

nada a Belém no estudo de 1966, teve sua emergência como metrópole regional reconhecida no estudo de 1978;

- f) No segundo nível, o das capitais regionais, encontram-se alguns centros que, em 1966, eram classificados como centros sub-regionais, a exemplo de Porto Velho, Rio Branco, Barreiras, São José dos Campos, Dourados. Os casos mais extremos são os de Boa Vista, Araguaína, Ipatinga-Coronel, Fabriciano-Timóteo e Novo Hamburgo-São Leopoldo, que saltam do quarto nível para o segundo; e o de Palmas, criada em 1989;
- g) Na direção inversa, há centros que estavam no segundo nível da classificação, em 1966, passando ao terceiro, em 2007, como Floriano, Garanhuns, Jequié, Muriaé, Ourinhos, Pato Branco, Lages, Santa Rosa, Cruz Alta e Anápolis;
- h) No quarto nível, para os dois períodos, a flutuação apresentada é elevada, pois, dos 556 centros de nível quatro, em 2007, 238 centros estavam nesse mesmo nível, em 1996, mas 254 sequer eram classificados como centros. Em relação a 1996, dos 507 centros de nível quatro, 218 não se mantiveram nessa condição em 2007.

Foram observadas, também, alterações no alcance da rede, indicando que as principais mudanças devem-se ao adensamento, ou mesmo à emergência, de redes em territórios de ocupação anteriormente rarefeita, e ao fortalecimento do papel das capitais estaduais. Esse último processo, já sinalizado em 1978, tende a fazer com que as redes acompanhem os limites estaduais. O surgimento de novos centros de nível intermediário provoca subdivisão das áreas de influência dos grandes centros, no período entre 1966 e 2007.

Como decorrência dessas alterações, grandes transformações ocorrem, principal-

mente nas regiões Norte e Centro-Oeste, e consistem tanto no fracionamento quanto em mudanças nas articulações das redes. Exemplifica essa situação Manaus que, no período anterior, já dividira a extensa área com Belém, e observa nova divisão com a ascensão de Porto Velho. Este último centro, incorporando a rede de Rio Branco, passa a vincular-se não mais a Manaus, mas a São Paulo e Brasília. A rede da capital do Amazonas, portanto, perde território, ao passo que novos centros consolidam-se, adensando as ligações pelo fracionamento municipal.

Outro exemplo é o de Goiânia. Com a criação do estado do Tocantins, a estruturação da sua rede foi alterada. Palmas, além de assumir a função de capital do novo estado, demonstrou forte centralidade. Desse modo, embora se mantenha na região de influência de Goiânia, efetivamente articula sua própria rede, na qual Araguaína divide influência com Marabá, no sul do Pará, na área de Redenção, antes diretamente ligada a Belém. Balsas, ao sul do Maranhão, está ligada a três centros, Imperatriz, Teresina e Araguaína, em padrões que evidenciam a permanência de certa fluidez naquela área.

Nas redes mais consolidadas, as transformações são mais restritas e ocorreu o crescente comando das capitais estaduais. Observe-se que:

- a) Recife tem sua região de influência reduzida, perdendo a área do sul do Piauí, que passou a ser comandada por Teresina, e dividindo a rede de Natal com Fortaleza;
- b) O alcance da rede de Fortaleza amplia-se tanto a leste, pela rede de Natal, quanto pela expansão das redes de São Luís e Teresina;
- c) Florianópolis assume efetivo controle de quase todo o estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede de Joinville, ao norte, que continua diretamente ligada

a Curitiba) e observa vinculação, com a região de influência de Curitiba e com a de Porto Alegre;

- d) No norte do Paraná, as redes de Maringá e Londrina passam a integrar a rede de Curitiba, não mais a de São Paulo;
- e) A rede de Uberaba passa a ter relação com São Paulo e com Belo Horizonte. A de Juiz de Fora vincula-se com a do Rio de Janeiro que, com Belo Horizonte, assume as redes de Varginha e Passos (antes integrantes da região de influência de São Paulo), bem como as de São Lourenço e Caxambu. Estas últimas, no passado, subordinavam-se ao Rio de Janeiro.

No capítulo dedicado aos resultados intermediários, são apresentados os estudos de centralidade, por meio da análise da gestão federal (executivo e judiciário), gestão empresarial e os equipamentos e serviços dos 711 centros urbanos pesquisados<sup>9</sup>. Em relação às áreas de influência, estas foram analisadas à luz dos seguintes indicadores: transporte coletivo, compras, ensino superior, lazer, saúde, jornais, aeroportos e agropecuária. Com isso, demonstrou-se a centralidade das metrópoles brasileiras lideradas pelo Rio de Janeiro e por Brasília, que encontram-se na categoria de metrópoles nacionais, e por São Paulo, a grande metrópole nacional.

Depreende-se, portanto, que o Regic 2007 apresenta informações significativas para o entendimento da articulação entre os centros urbanos e fundamentais para a proposição de políticas voltadas à redução das desigualdades socioespaciais brasileiras. Igualmente, servem para observar como as alterações econômicas incidiram sobre a distribuição de pessoas, serviços, equipamentos e instâncias de poder (político e econômico) no país.

---

<sup>9</sup> Para maior detalhamento de cada uma dessas categorias, consultar resumo anterior.

O *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008*, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do MPOG em parceria com o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), configura uma proposta para subsidiar a abordagem da dimensão territorial no planejamento nacional. Nesse trabalho ressalta-se o “[...] esforço do governo federal de instrumentalizar o debate acerca da necessidade de se olhar o território como base do desenho das políticas públicas de médio prazo que dialogue com a visão de longo prazo” (p. 9). Procurou-se, além disso, propor alternativas de ação para alcançar uma organização territorial capaz de promover o desenvolvimento sustentável de suas diversas regiões e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Segundo o estudo, o desenho das políticas públicas de desenvolvimento territorial brasileiro deve responder às seguintes questões: (a) como estarão distribuídas a capacidade produtiva, a rede de oferta e serviços e a infraestrutura ao longo do território nacional daqui a 20 anos? (b) onde estarão as pessoas e para onde se darão os fluxos migratórios? (c) quais os impactos territoriais das novas tecnologias? Partindo-se dessas indagações, foram estabelecidas sete grandes diretrizes para orientar a construção do projeto: (a) superação das desigualdades sociais e regionais; (b) fortalecimento da unidade (coesão) social e territorial; (c) promoção do potencial de desenvolvimento das regiões; (d) valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população brasileira; (e) promoção do uso sustentável dos recursos

naturais encontrados no território brasileiro; (f) fomento à integração sul-americana; (g) apoio à inserção competitiva e autônoma do país no mundo globalizado.

Essa publicação está dividida em duas partes: uma associada às definições de contexto e aos referenciais básicos, como suportes à operação de montagem da carteira de investimentos; e outra dedicada à estruturação e ao tratamento daqueles selecionados para a referida carteira, verificando-se os produtos e atividades a ela associados. Em relação ao seu formato, foi publicado em sete volumes: I) Sumário executivo; II) Visão estratégica nacional; III) Regiões de referência; IV) Estudos prospectivos – escolhas estratégicas; V) Carteira de investimentos; VI) Impactos econômicos da carteira de investimentos; VII) Avaliação de sustentabilidade da carteira de investimentos.

Para definir a base teórica e metodológica foram utilizadas as seguintes referências: (a) orientações estratégicas do Plano Plurianual 2004-2007; (b) diretrizes apresentadas pela Agenda Nacional de Desenvolvimento, construída, de forma participativa, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); (c) elementos de futuro identificados no âmbito do Projeto Brasil Três Tempos; (d) documentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); (e) Plano da Amazônia Sustentável (PAS). À avaliação desses documentos agregou-se a análise de um conjunto de variáveis sociais e econômicas. Com isso foi possível identificar, no Brasil, seis grandes espaços homogêneos. Para cada um deles foram estabelecidos cinco

vetores estratégicos de desenvolvimento, os quais, acredita-se, permitirão gerar impulsos dinâmicos capazes de viabilizar a convergência entre os níveis de renda per capita e os de qualidade de vida da população.

No módulo II define-se a visão estratégica para o território nacional no horizonte de 2027,

coincidindo os referenciais temporais intermediários de 2011 e 2015 com os anos de conclusão dos próximos dois Plano Plurianuais (PPAs), de 2008-2011 e 2012-2015. Nele são apresentadas, também, as seis grandes regiões homogêneas, para as quais determinam-se os vetores de desenvolvimento (Quadro 1).

Território 1	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revolução técnico-científica associada à biodiversidade, para valorizar decisivamente os produtos da floresta e de suas águas.</li> <li>2. Empreendedorismo regional, para abrir espaço para novas fronteiras da inovação social e gerar atividades que valorizem a cultura regional.</li> <li>3. Implantação de uma logística integrada e adequada às especificidades da área.</li> <li>4. Transformação das débeis redes de cidades em um sistema urbano, capaz de melhorar a provisão de serviços básicos à população.</li> <li>5. Fortalecimento da presença do Estado e dos instrumentos de ordenamento territorial.</li> </ol>
Território 2A	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Oferta de uma malha logística adequada em transporte e energia.</li> <li>2. Consolidação da ocupação agroindustrial contemporânea, diversificando e ampliando suas bases de sustentação tecnológica e financeira.</li> <li>3. Desenvolvimento de iniciativa que aponte caminhos para superar os problemas fundiários e ambientais.</li> <li>4. Fortalecimento dos elos que se estruturam no arco Brasília-Anápolis-Goiânia, o que ajudará a região a tornar-se um polo de atração de empreendimentos de base científica e tecnológica e serviços de alta complexidade.</li> <li>5. Integração sul-americana baseada em complementaridade de recursos e projetos conjuntos, capazes de embasar uma agenda de desenvolvimento para o coração do continente.</li> </ol>
Território 2B1	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliação intensiva da logística disponível com a estruturação de uma economia minero-agroindustrial ativa na área florestal desmatada, localizada na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins.</li> <li>2. Aproveitamento de grandes extensões de terras degradadas e/ou abandonadas pela antiga frente de expansão.</li> <li>3. Modificação da estrutura da ocupação produtiva dos cerrados e ofertas de alternativas tecnologicamente densas de exploração agrosilvopastoril.</li> <li>4. Desenvolvimento da conectividade interna da região com base nas cidades que cresceram com a nova dinâmica, como Barreiras e Balsas, ou mesmo Palmas.</li> <li>5. Montagem de uma competência técnico-científica voltada às questões das atuais formas produtivas.</li> </ol>
Território 2B2	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção de amplo acesso à água e seu uso sustentável.</li> <li>2. Apoio e impulso a atividades regionais adequadas ao ambiente e à cultura regionais.</li> <li>3. Renovação e ampliação da logística para elevar a acessibilidade, a integração e a revitalização dos núcleos urbanos.</li> <li>4. Adensamento da base científico-tecnológica na área, com reforço ao ensino técnico profissionalizante.</li> <li>5. Esforço decisivo em educação, saúde, saneamento, habitação e resgate social por mecanismos de transferência de renda que o território demanda.</li> </ol>
Território 3A	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento das competências em CT&amp;I do território, mobilizando-as para que contribuam diretamente na formação mais intensa de competências em outras partes do país.</li> <li>2. Consolidação das articulações das cidades mundiais do país com as redes estabelecidas e polos do Cone Sul, ampliando as condições de inserção global autônoma.</li> <li>3. Desenvolvimento das possibilidades de articulação da estrutura socioprodutiva com países vizinhos.</li> <li>4. Mudança das condições de vida nos grandes centros urbanos, com maior integração social, acesso a serviços públicos e redução da violência.</li> <li>5. Exploração sustentável dos recursos do mar e dos ambientes costeiros, incluindo pesca, transporte, lazer, exploração mineral e aspectos ligados à defesa.</li> </ol>
Território 3B	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção de setores competitivos com alto poder de geração de emprego e renda.</li> <li>2. Diversificação econômico-produtiva de zonas dedicadas secularmente às monoculturas.</li> <li>3. Distribuição ampla de ativos estratégicos pela população e pelas sub-regiões.</li> <li>4. Fortalecimento e intensificação das relações que o território mantém com o mar e os ambientes costeiros.</li> <li>5. Adensamento tecnológico e comercial das novas e velhas cadeias produtivas regionais.</li> </ol>

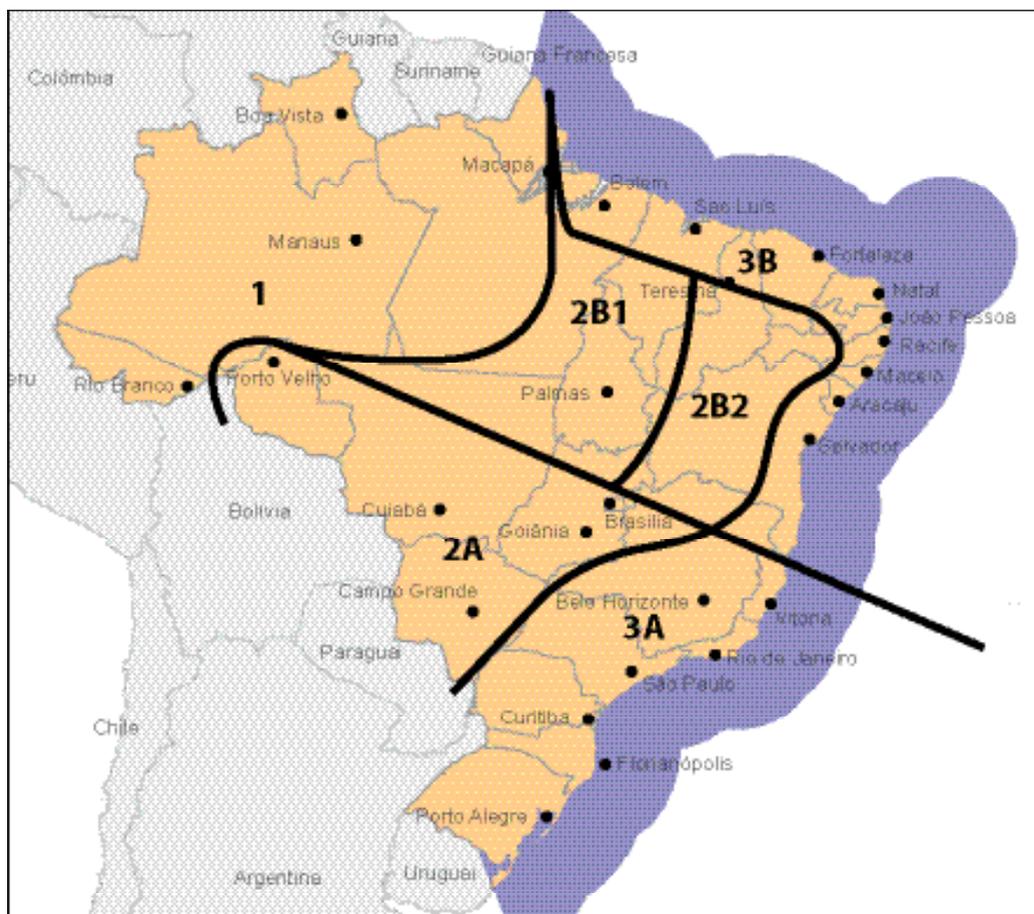
**Quadro 1: Territórios e vetores de desenvolvimento estabelecidos no *Estudo da dimensão territorial para o planejamento: 2008***

Fonte: Brasil (2008).

As análises sobre a atual organização espacial brasileira, realizadas com base em um conjunto de indicadores sociais e econômicos, demonstram, primeiramente, uma diferença marcante entre as frações norte e sul do país. A porção sul apresenta os melhores índices sociais e econômicos, os quais, visualmente, expandem-se em direção à Região Centro-Oeste. Num segundo momento, considerando a densidade populacional e produtiva do país e a delimitação do bioma amazônico, configura-se a existência de três áreas estratégicas para o desenvolvimento. Isso porque tais informações indicaram que: (a) uma grande parcela da população e da atividade econômica ainda se concentra no litoral; (b) mais

ao sul do Brasil, observa-se um prolongamento desse perfil de desenvolvimento rumo ao interior; (c) na sua zona central prevalece uma vasta área cuja ocupação se foi intensificando no decorrer dos últimos anos, processo impulsionado pelo avanço da agroindústria e pela instalação de Brasília, sua conexão com Goiânia e seus eixos de acesso ao Centro-Sul do país.

O cruzamento dessas informações em meio cartográfico gerou uma diagonal que produziu, inicialmente, cinco conjuntos territoriais. Em seguida, adicionou-se uma linha que limita o território do semiárido nordestino, por ser a região que apresenta os menores índices de desenvolvimento humano do país.



**Figura1**  
**Territórios homogêneos**

Fonte: Brasil (2008).

Para cada um dos seis conjuntos territoriais, identificaram-se vetores estratégicos de desenvolvimento que permitissem gerar dinamização socioeconômica, sempre visando a já referida necessidade de convergência entre os níveis de renda per capita e de qualidade de vida da população. É importante frisar que se definiram os referidos vetores considerando-se os imperativos globais e determinantes nacionais, ora impondo obstáculos ora oferecendo oportunidades ao projeto de estruturação de uma nova organização do território nacional. Do mesmo modo, foram identificados os principais fatos portadores de futuro que poderão influenciar essa trajetória.

No módulo III, que trata das regiões de referência, foi construída uma regionalização em duas escalas (macrorregional e sub-regional) para o território brasileiro, o que permitiu subsidiar a escolha e localização de projetos de investimentos, bem como a articulação de políticas públicas. Foram examinados critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos na definição das regiões, tendo em conta o papel desempenhado pelas cidades na organização do território, dada sua capacidade de polarização.

A estratégia de desconcentração e desenvolvimento mais equilibrado do país levou à escolha de novos polos, vértices de uma rede policêntrica de cidades e de caráter estrutural para a nova organização territorial pretendida.

Vale acrescentar que, para a delimitação das regiões nas escalas macrorregional e sub-regional, utilizou-se o modelo gravitacional proposto por Walter Isard em sua obra *Introduction to regional science*, de 1975. Seguindo a metodologia desenhada por esse autor, realizou-se uma hierarquização dos centros urbanos brasileiros, por meio da comparação de seus índices de terceirização – obtidos pela relação entre a renda do setor serviços e a renda total do centro urbano – e do cálculo

do índice de interação – correspondente à relação entre a massa de rendimentos totais de uma determinada região *i* e a distância entre a região *i* e a região *j* – desses centros com as demais localidades geográficas.

O uso desse modelo levou à definição da região de interação de um polo, ou seja, à demarcação de sua área de influência. Isso foi feito considerando-se o poder de atração determinado pela densidade do setor serviços e dos fluxos migratórios, e tomando-se as distâncias reais, transformadas em tempo de acesso, entre os polos, segundo a malha rodoviária e fluvial. Os resultados apontados pelo uso desse modelo foram ainda trabalhados à luz de critérios ambientais, sociais e institucionais, o que permitiu a realização de alguns ajustes na regionalização.

No caso da Amazônia, a definição de sub-regiões não pôde obedecer aos mesmos critérios dos modelos analíticos que orientaram a regionalização nas demais regiões do país. Isso porque sua heterogeneidade e sua baixa densidade de ocupação, acompanhadas de bolsões de concentração urbano-industrial, não permitem que a lógica da polarização urbano-regional, baseada na aglomeração dos serviços, seja o principal elemento de organização do espaço. Assim, a equipe responsável pela elaboração do referido estudo, em consonância com o próprio IBGE, desconsiderou as microrregiões oficiais naquela área, colocando o foco nos municípios.

Identificados os polos e suas respectivas áreas de influência, os trabalhos voltaram-se, então, para a identificação e seleção dos chamados novos polos, nas escalas macro e sub-regional. O propósito dessa etapa foi fundamentar uma política de desconcentração policêntrica, base para uma organização territorial futura, mais equilibrada que a atualmente existente.

Tratando particularmente dos resultados, destaca-se que os cálculos de polarização, com

os ajustes ambiental e de identidade cultural e política, levaram à divisão do país em onze macrorregiões: Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Fortaleza; Manaus; Recife; Salvador; São Paulo; Belém e São Luís; Goiânia e Uberlândia; Porto Alegre e Curitiba; Campo Grande e Cuiabá, com seus respectivos macropolos. Por conta de distintas naturezas e capacidades de determinados macropolos, bem como de ajustes realizados em razão de cada uma das redes de cidades, definiram-se três macrorregiões como bipolarizadas: Belém e São Luís, ao norte, polarizando o espaço amazônico e pré-amazônico oriental; Porto Alegre e Curitiba, ao sul, “competindo” por suas regiões complementares; Goiânia e Uberlândia, nos cerrados ocidentais, por sua dimensão, distância aos macropolos consolidados e também pela não existência de centros.

Tendo em mente a perspectiva de um projeto de nação guiado pelos objetivos de coesão econômica, social, territorial e política, “O país deveria ser pensado na dimensão de uma maior integração interna, com redução das desigualdades regionais e sociais e uma maior inserção internacional” (p. 37). Nesse sentido, o sistema de planejamento deveria buscar o ideal de um país policêntrico. Dessa forma, os novos macropolos propostos situam-se na sua área centro-ocidental: Palmas/TO, Cuiabá/MT, Campo Grande/MS, Uberlândia/MG, Porto Velho/RO, Belém/PA e São Luís/MA. Aponta-se, ainda, a necessidade de reforçar tais cidades para que sejam capazes de polarizar o grande espaço econômico do Centro-Oeste brasileiro e, desse modo, frear a concentração urbana e econômica no Sul-Sudeste. A escolha de cada um desses centros deu-se basicamente por sua condição de capital estadual e, consequentemente, por uma estrutura econômica minimamente consolidada. Porém, necessitam ser reforçadas como vértices de uma rede policêntrica capaz de desconcentrar e interiorizar o desenvolvimento do país no médio e longo

prazos. Entre essas cidades, a única exceção é Uberlândia que, embora não seja capital, possui importante papel de contribuição para frear a concentração tanto de São Paulo quanto de Brasília.

Não foram escolhidos novos macropolos no território litoral Sul-Sudeste, algo associado ao fato de que seus grandes núcleos – Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre – já estão vastamente consolidados. A exceção ficou por conta do objetivo precípua de facilitar a integração com os países limítrofes do Cone Sul. Nesse particular encontram-se as cidades de Santa Maria/RS, Chapecó/SC e Cascavel/PR, pontos-chave para a consolidação da integração sul-americana ao sul do continente. A opção de não estimular a formação de novos macropolos, por razões distintas, ocorreu também em relação aos territórios bioma amazônico e semiárido. No primeiro caso, deveu-se à necessidade de evitar uma maior antropização da floresta. No segundo, em função de constituir-se em área na qual os macropolos predominantes situam-se no litoral.

Também em relação ao semiárido, entendeu-se que Montes Claros/MG, Teófilo Otoni/MG e Vitória da Conquista/BA formarão uma rede urbana triangular, com o objetivo de integrar o norte de Minas, o sudoeste da Bahia e o Vale do Jequitinhonha-Mucuri. Para sua porção central, foram selecionados os subpolos de Juazeiro/BA-Petrolina/PE, Ceará Meridional (municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, o chamado Crajubar) e Souza/PB.

No Centro-Norte foram escolhidos os subpolos de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA, a chamada região do bico do papagaio e suas adjacências, integrando os estados de Tocantins, Maranhão e Pará. Única região articulada, terá, nos sistemas multimodais de transporte parcialmente implantados, seu principal eixo indutor de ocupação

e desenvolvimento, sob o comando bipolarizado de Belém e São Luís.

Além dessas, foram apontadas Eliseu Martins (Floriano-Urucuí/PI) e Barreiras/BA como áreas onde o Estado deverá atuar para a formação de pólos. Embora a cidade de Eliseu Martins/PI seja de pequena escala e não tenha, atualmente, capacidade de polarização, o traçado da Ferrovia Transnordestina a colocará como seu ponto inicial. Foram selecionados, ainda, subpolos que formariam um contorno da floresta amazônica. São eles: Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Boa Vista/RR e Macapá/AP. Por sua força e posição estratégica, também foram indicados como alvos de políticas de diminuição das desigualdade urbano-regionais os subpolos de Santarém/PA e Sinop/MT, nos dois extremos do eixo Cuiabá-Santarém, ora em implantação.

Por fim, dois outros subpolos situados no interior da floresta tornaram-se indispensáveis: Itaituba/PA, no já mencionado eixo viário Cuiabá-Santarém (BR-163); e Tabatinga/AM, na calha central do Amazonas, tendo a colombiana cidade de Letícia como contraparte do outro lado do rio. No caso de Tabatinga/AM, trata-se de uma cidade de porte razoável, distante em muito do macropolo regional de Manaus e posto avançado para uma série de serviços e atividades ligadas à floresta amazônica. Como “cidade da floresta”, Tabatinga/AM pode reunir instituições de vanguarda e desempenhar papel importante na pesquisa e construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo para a Amazônia. Já o caso de Itaituba/PA corresponde a um intenso processo de ocupação, já em andamento, com uma dinâmica marcada pelo chamado nortão de Mato Grosso (Peixoto de Azevedo, Garantã do Norte, Matupá e quatro outros municípios que já atuam como um complexo urbano-local) e sua expansão em direção ao Pará, ao porto de Santarém. Itaituba/PA,

tradicional cidade amazônica e importante polo garimpeiro, deveria ser tratada e fortalecida como “cidade da floresta”, com Manaus como referência.

O módulo IV teve o objetivo de realizar análises prospectivas de 42 setores produtivos<sup>10</sup>, visando subsidiar escolhas estratégicas. Nesse módulo foram elaboradas notas técnicas, as quais apresentavam cada setor sob três aspectos: (a) território, estudando-se a distribuição espacial dos insumos na configuração da cadeia setorial de cada estado ou região; (b) futuro, procurando-se identificar os principais gargalos e oportunidades para o desenvolvimento do setor no país; (c) investimento, propondo-se um conjunto de diretrizes para cada setor, tendo em vista a mobilização de recursos financeiros, humanos, tecnológicos etc., necessários para fazer frente aos desafios e oportunidades mapeados pelo estudo de futuro, baseados nas especificidades territoriais do setor.

Em seguida, tais notas foram agrupadas em sete dimensões, a fim de identificar e analisar os elementos mais relevantes para a construção da visão prospectiva e os elementos de futuro específicos, tendo por referência os macro-objetivos do Estado. Nessa etapa, também foram listadas linhas de ações para compor a carteira de investimentos, elaboradas a partir das seguintes dimensões estu-

---

<sup>10</sup> Produção de grãos, fruticultura, produção animal, silvicultura, biocombustíveis, extrativismo mineral, petróleo/gás/carvão mineral, química, siderurgia, turismo, arranjos produtivos locais, alimentos/bebidas/fumo, têxtil, material de transporte, eletrônica/informática, telecomunicações, energia, logísticas, transporte urbano, hídrica, educação básica, saúde, habitação, saneamento, mercado de trabalho, assistência social, demografia, fluxos migratórios, violência urbana/segurança pública, desafios metropolitanos, redes de cidades/sistemas urbanos, agricultura familiar/reforma agrária, serviços rurais, desafios da relação urbano-rural, educação superior, base técnico-científica/P&DI, bioma/conservação e uso, mar e ambientes costeiros, poluição/degradação ambiental, mudanças climáticas, federalismo/fiscalidade, mapa de redes de instituições.

dadas: infraestrutura econômica; base produtiva industrial; base produtiva rural; meio ambiente; área social; infraestrutura urbana; temas transversais.

Partindo-se de todas essas considerações, foram estabelecidas 14 escolhas estratégicas que deveriam ser feitas pelo governo federal:

1. Ciência, Tecnologia e Inovação;
2. Competitividade sistêmica;
3. Multimodalidade e opções integradoras de logística;
4. Telecomunicações e inclusão digital;
5. Usos múltiplos da água;
6. Restauração de serviços de ecossistemas e adaptação a mudanças ambientais;
7. Agriculturas territoriais;
8. Padrão de financiamento e gestão de riscos agrônômicos e de preços;
9. Qualidade de produtos e processos da base agrícola;
10. Agroenergia;
11. Segurança alimentar e nutricional;
12. Assentamentos e reforma agrária;
13. Redução das desigualdades via políticas urbanas;
14. Redução das desigualdades via políticas sociais.

Para cada uma delas, foram identificadas linhas de ação para investimentos.

Já o módulo V apresentou o estudo da carteira de investimentos, elegendo 11 setores como prioritários (telecomunicações, energia, transporte, desenvolvimento urbano, infraestrutura hídrica, ciência e tecnologia, base produtiva industrial, base produtiva rural, meio ambiente, saúde e educação). Ao considerá-los, também expôs as principais linhas de ação balizadoras da construção de uma nova trajetória de organização territorial do desenvolvimento nacional.

A carteira de investimentos foi construída em duas etapas. A primeira baseou-se na identificação dos projetos já estabelecidos

no âmbito do governo federal e da iniciativa privada, e que deverão concretizar-se na medida do seu grau de convergência com os objetivos do estudo. Nesse sentido, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007 pelo governo federal, ocupou lugar central no rol de prioridades identificadas. Uma segunda etapa diz respeito à revisão da carteira preliminarmente proposta, atividade que pretende aproximar os projetos dos objetivos de organização territorial. Assim, avalia-se o mérito de apresentar novos e complementares investimentos, ou de realocar os já previstos e estimar aqueles necessários.

O objetivo do módulo VI foi projetar o impacto da implementação da carteira de investimentos. Para tanto, utilizou-se um modelo multirregional de equilíbrio geral computável, agregando-se a ele um outro, voltado ao georreferenciamento dos transportes. Com este último, foi possível mensurar a redução de custos de deslocamento, a ser alcançado com intervenções na malha rodoviária, o que implicará alteração da velocidade média.

Três cenários foram traçados para a efetivação de tal projeção. Um deles verifica as tendências da economia brasileira, tanto de seus indicadores macroeconômicos quanto das projeções de crescimento do PIB, para cada unidade da federação e microrregião do IBGE, bem como para as regiões elaboradas no estudo. Em um segundo cenário, avaliaram-se os incrementos na economia que seriam gerados com a implementação dos investimentos previstos na carteira preliminar. Da mesma forma, fizeram-se estimativas para os agregados macroeconômicos e para cada uma das regiões delimitadas e unidades federativas. No terceiro, identificam-se os impactos, na economia brasileira, que

seriam gerados com a efetuação dos investimentos previstos na carteira final. Dessa forma, foi possível avaliar sua evolução relativamente àqueles identificados preliminarmente, tendo como foco a organização territorial pretendida.

Em resumo, os resultados desse processo indicaram uma tendência de desconcentração e interiorização do crescimento da economia brasileira, com a implementação das propostas contidas na carteira final, em montante superior ao previsto em sua versão preliminar. Apontaram, ainda, que o PAC, parte considerável da carteira inicialmente apresentada, destaca-se não apenas pelo seu potencial de dinamização econômica, mas também por revelar-se um elemento que auxilia, ainda que timidamente, a reter a tendência de reconcentração na porção sul-sudestina do país.

Acrescente-se que, para sua consideração no modelo de equilíbrio geral computável, a carteira foi dividida em 12 agrupamentos, a saber:

1. Petróleo e gás: extração e distribuição;
2. Refino: refino de produtos do petróleo e petroquímica;
3. Recursos hídricos: integração de bacias e oferta de água;
4. Transporte urbano: investimentos metroviários;
5. Saneamento: tratamento de água e saneamento;
6. Habitação: popular e financiamentos;
7. Eletricidade: geração, transmissão e distribuição;
8. Programa Luz para Todos: energia elétrica;
9. Biocombustíveis: álcool e outros;
10. Rodovias: intervenções localizadas no território;
11. Logística: ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos;
12. Telecomunicações.

A metodologia adotada pelos autores desse trabalho permitiu analisar as consequências socioeconômicas da carteira de investimentos nas regiões de referência, e também nos estados. É interessante notar que as estratégias usadas para a geração de cenários setoriais e regionais articularam modelos de equilíbrio geral computável nacional, insumo-produto interestadual e módulos de decomposição microrregionais (econometria espacial). As simulações consideraram que os investimentos serão realizados num período de quatro anos (2008-2011), e que estarão concluídos a partir de 2012. Assim, a análise baseia-se em dois períodos distintos: a) em perspectiva de curto prazo, correspondente ao período de implementação dos empreendimentos (2008-2011); b) em perspectiva de longo prazo, referindo-se a quando os empreendimentos já estarão operando, com impacto geral, portanto, na competitividade dos territórios (2012-2015).

O sétimo e último módulo compreendeu a avaliação de sustentabilidade da carteira de investimentos por região de referência, e foi desenvolvido por meio da construção de um modelo de avaliação de sustentabilidade, espécie de simplificação da avaliação ambiental estratégica. Partiu-se da análise da situação atual de sustentabilidade de todas as unidades federativas para estimar os impactos provenientes da implementação e operação dos diferentes agrupamentos setoriais da carteira de investimento nos territórios. Para tanto foi estabelecido o Índice de Equidade Ambiental<sup>11</sup>, para o qual foram considerados

---

<sup>11</sup> Resultante da aplicação do painel de controle, com os novos indicadores reformulados, selecionados em razão de uma maior sensibilidade aos impactos estimados dos investimentos que integram a carteira. No painel de controle, os indicadores são agrupados segundo as dimensões ambiental, econômica, social e institucional, e calculados os índices para cada uma das dimensões. A síntese dos quatro índices é o Índice de Equidade Ambiental (Idea).

28 indicadores<sup>12</sup>, em quatro dimensões específicas (natureza, economia, sociedade e instituições).

Dadas as características da metodologia e os procedimentos adotados para a construção da carteira preliminar de investimentos, apenas os seguintes agrupamentos foram considerados na avaliação de sustentabilidade: 1. rodovias; 2. infraestrutura hídrica; 3. energia elétrica; 4. petróleo e gás; 5. biocombustíveis; 6. Programa Luz para Todos; 7. telecomunicações; 8. saneamento; 9. habitação; 10. logística; 11. transporte urbano; 12. ciência e tecnologia. Para cada um deles foram considerados os coeficientes de impactos dos investimentos previstos até 2011, incidindo sobre a projeção dos indicadores para 2011 e 2015.

Em relação à carteira de investimentos final, a metodologia de avaliação de susten-

tabilidade aplicada foi diferente. Isso se justifica porque essa carteira apresenta menor nível de detalhamento dos investimentos previstos. Assim, para analisar seus resultados, utilizaram-se indicadores referentes a: 1) rodovias; 2) infraestrutura hídrica; 3) energia elétrica; 4) petróleo e gás; 5) biocombustíveis; 6) telecomunicações; 7) saneamento; 8) habitação; 9) logística; 10) saúde; 11) educação; 12) meio ambiente. Importante salientar que a carteira preliminar e a final não se constituíram, efetivamente, em carteiras de projetos, mas sim em intenções de investimentos. O cotejamento entre as duas carteiras de investimentos permitiu dimensionar as principais mudanças quantitativas e explicitar suas orientações estratégicas centrais. A primeira grande distinção entre elas está no volume total de inversões: a preliminar contava com R\$ 3,6 trilhões e a final, com R\$ 6,1 trilhões.

Por fim, cabe mencionar o Brasil desejado ou proposto pelos autores desse trabalho: “[...] uma nação tropical, democrática e desenvolvida, de maneira sustentada e sustentável, onde os cidadãos exercem sua liberdade, em condições de segurança e vida digna, e valorizam a diversidade ambiental, cultural e étnica, na qual a coesão territorial prevalece, superando-se as desigualdades sociais e regionais, e que atua soberanamente na integração com os países sul-americanos e na sua inserção no mundo globalizado, como uma economia densa e dinâmica” (p. 20).

---

12 Natureza: participação da hidroeletricidade na oferta estadual de energia; área florestal/área total; relação PIB/consumo de água; consumo de agrotóxicos; focos de calor; área de unidades de conservação federais e terras indígenas; biocombustíveis/derivados de petróleo. Economia: PIB per capita; densidade da malha viária; consumo de energia elétrica; rendimento médio mensal; razão entre rendimento urbano/rural; taxa de desemprego; participação do setor público no emprego. Sociedade: esperança de vida ao nascer; médicos por mil habitantes; taxa de mortalidade infantil; taxa de analfabetismo; média dos anos de escolaridade; pessoas vivendo em domicílios com esgotos; coeficiente de Gini. Instituições: domicílios com telefone fixo; Internet; óbitos por homicídio; relação receita/despesa orçamentárias; porcentagem do orçamento com educação e cultura; taxa de trabalho infantil; relação entre rendimento masculino e feminino.

OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (PE). *Sistema nacional de informações das cidades*. Classificação (tipologia) das cidades brasileiras. Bases conceituais e teóricas. Recife, 2005. (Relatório da atividade 5.1; Produto 6.1a).

O relatório *Classificação (tipologia) das cidades brasileiras* teve como propósito classificar e identificar os municípios brasileiros. O mesmo resultou do convênio firmado entre o Ministério das Cidades e a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), este último o representante legal do conjunto de instituições integrantes da rede Observatório das Metrópoles e do Observatório de Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-ambientais. Sua elaboração, coordenada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, contou com a colaboração da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), na realização das análises multivariadas, e com o apoio do projeto Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), coordenado pela Prefeitura do Recife, na execução dos mapas.

O relatório está dividido em três partes, além da introdução, onde é realizada uma discussão quanto ao entendimento do conceito de cidade. Sem pretender esgotar as múltiplas visões propostas pelos autores das mais distintas ciências que estudam o tema, esse ponto do trabalho está pautado na discussão do papel que as cidades têm na produção e difusão de inovações para o conjunto da economia e da sociedade de uma determinada região. Assume-se que cidade é entendida por sua importância para o desenvolvimento regional, o que resulta do resgate da concepção de Harvey (1973 apud OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS

PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS; PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL, 2005, s. p.), que compreende a cidade como “[...] concentrações geográficas de excedente social; e são concentrações geográficas porque o investimento ganha eficiência ao ser implementado de forma concentrada, em função da operação de economias de escala e aglomeração”.

O estudo para tipologia dos municípios está fundamentado em duas abordagens (que constituem as partes seguintes do relatório), assim definidas:

- Abordagem pelo território: enfatiza a diversidade do território nacional e das densidades econômicas que as caracterizam, mensuradas por meio do estoque de riquezas acumuladas e da dinâmica da criação de novas riquezas;
- Abordagem pela rede de cidades, assentada na teoria dos lugares centrais. Privilegia-se a classificação das cidades por tamanhos populacionais e pelas funções que exercem além de seus limites. Consubstanciam essa abordagem os estudos elaborados pelo IPEA, Nesur e IBGE, de 1999, intitulado *Tendências e perspectivas da rede urbana do Brasil*; e pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da UFMG, de 2000, denominado *A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos polos econômicos e suas áreas de influência*, que fazem uso de técnicas estatís-

ticas para delimitar as áreas de influência dos núcleos urbanos que estruturam e prestam serviços/circulação de bens em determinado espaço.

Na primeira dessas formas de abordagem, pelo território, a proposta é norteada pela discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)<sup>13</sup>, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional e divulgada após a Conferência Nacional das Cidades. Como o objetivo era minimizar as desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da diversidade regional brasileira, essa política propõe uma análise em múltiplas escalas, a fim de contemplar as várias espacialidades, entes federados e a sociedade civil do país.

Para tentar identificar as potencialidades e reduzir as desigualdades existentes no território nacional, foram consideradas duas informações básicas: estoque de riqueza acumulada e dinâmica de crescimento das microrregiões. Essas foram analisadas segundo dois recortes metodológicos. O primeiro foi feito tendo como pressuposto a divisão do país em microrregião. No segundo, foram definidos os tipos de microrregiões baseados nos objetivos da política. Para tanto, foram escolhidas as variáveis PIB municipal (estimado pelo IPEA, 1980 e 1990) e rendimento domiciliar médio (obtidos no Censo Demográfico de 2000 do IBGE).

Articulando esses dois recortes metodológicos e asseguradas as variáveis PIB municipal e rendimento domiciliar médio, foram identificadas quatro microrregiões:

MR 1 – Alta renda e alto estoque de riqueza acumulada.

MR 2 – Renda baixa ou média dinâmica do PIB elevado.

MR 3 – Renda média e pequena dinâmica do PIB.

MR 4 – Baixa renda e pouco dinamismo do PIB.

Observe-se que, conforme esse estudo:

- Do total, 85,9% dos municípios localizados na MR 4 estão no Nordeste e 14,1% dos municípios na Região Norte;
- Os municípios da MR 1 concentram-se no Sudeste, Sul e Centro-Oeste (90,4%, dos quais 53,5% estão na Sudeste);
- Os maiores níveis de crescimento populacional estão concentrados nos municípios das regiões Norte (25,2%), Sudeste (24,3%) e Centro-Oeste (23,3%).

Essa primeira parte do relatório está resumida na ideia de que a política urbana deve estar atenta à dinâmica urbana existente em cada um dos tipos microrregionais propostos, de modo a definir a ação que deverá ser realizada nos próximos anos.

Na segunda abordagem, considerando a rede de cidades, observaram-se, inicialmente, os estudos sobre o sistema urbano brasileiro. Entre eles destacaram-se os realizados por Pedro Geiger (1967) e Speridião Faissol (1972); os elaborados no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), intitulado Evolução da rede urbana do Brasil 1970-1980, publicado em 1985; no IPEA, Nesur e IBGE, de 1999; e o assinado por pesquisadores do o Cedeplar, datado de 2000, os dois últimos já acima mencionados. Contudo, nesse relatório são utilizadas apenas as metodologias mais recentes, propostas nos trabalhos acima citados de 1999 e o de 2000.

No relatório em análise, considera-se que os pesquisadores do IPEA, IBGE e Unicamp centram-se na identificação das transformações recentes da rede urbana brasileira. Além disso, traz uma discussão breve quanto às principais características da sua metodologia e que nortearam a construção daquela proposta por seus autores. Esse trabalho foi orientado para identificar as mudanças na estrutura produtiva e na organização do

<sup>13</sup> A PNDR utiliza as escalas microrregionais. Ao ser entendida como política nacional, sua implementação requer uma abordagem em múltiplas dimensões, envolvendo várias instâncias governamentais e não governamentais.

território, entre 1980 e 1990, com base na avaliação das tendências anteriores recentes; nos efeitos da abertura comercial; na estabilização monetária; e, finalmente, na alteração do papel do Estado sobre os padrões de produção e distribuição de riqueza em cada uma das macrorregiões brasileiras. Nessa abordagem utilizou-se análise quantitativa, a perspectiva histórica e informações qualitativas levantadas junto a órgãos governamentais e especialistas. As variáveis usadas tiveram como fontes: o Censo Demográfico de 1991; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); os Censos Econômicos de 1980 e 1985; o Censo Agropecuário de 1996; e as estimativas de PIB municipal produzidas pelo IPEA.

Nas análises de desempenho das regiões abordaram-se os seguintes aspectos:

- Novos padrões de articulação das economias;
- Novos recortes territoriais;
- Novas espacialidades;
- Novos padrões de mobilidade espacial da produção.

Dessa maneira, permitiu-se a classificação das aglomerações urbanas segundo maior ou menor escala do fenômeno aglomerativo. O conjunto da rede urbana do Brasil resultou de um esforço de síntese dos estudos regionais e da classificação das aglomerações que contemplou:

- Impactos especiais das transformações econômicas regionais;
- Evolução do perfil da rede urbana do Brasil;
- Hierarquia do sistema urbano brasileiro;
- Tipologia de cidades;
- Caracterização de funções urbanas dos principais centros e aglomerações urbanas.

Foram adotados como critérios de análise das aglomerações:

- Centralidade/área de influência;
- Centros decisórios e de relações internacionais;

- Escala da urbanização/dimensão do processo de urbanização;
- Complexidade e diversificação da economia urbana;
- Diversificação do setor terciário.

A classificação final do estudo do IPEA, IBGE e Unicamp resultou numa hierarquia de centros urbanos, nos níveis: Metrôpoles (Globais, Nacionais e Regionais); Centros (Regionais 1 e 2, Sub-regionais 1 e 2). A aplicação de sua metodologia resultou na identificação de três grandes estruturas urbanas articuladas e diferenciadas:

- Centro-Sul: 5 sub-sistemas regionais (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte);
- Nordeste: Salvador, Recife, Fortaleza e Meio Norte;
- Centro-Norte: Norte, Cuiabá e Brasília-Goiânia.

Os autores do relatório em foco asseveraram que o trabalho coordenado pelo IPEA teve como objeto central as aglomerações e os centros que organizam o dinamismo econômico do país. Apresentou, como resultado, a organização da rede urbana brasileira formada por 111 centros urbanos, incluídos aqueles que não constituem aglomerações urbanas (62), os situados em aglomerações urbanas (379), e por mais 441 centros – responsáveis por 55,9% da população total do país.

Na discussão sobre a metodologia adotada no estudo realizado pelo Cedeplar, inicialmente aponta-se que seu propósito é identificar uma regionalização que expresse a dinâmica regional recente do país. E isso foi feito com base na noção de região de polarização, isto é, delimitando-se os polos econômicos e suas respectivas áreas de influência. Observou-se que o conceito de região adotado em tal trabalho está associado à definição de lugar central ou centro urbano, e que sua demarcação foi elaborada indepen-

dentemente da divisão político-administrativa do território nacional, ou seja, dos limites estaduais. Desse modo, as regiões propostas estão baseadas no conceito de fluxos econômicos e na ideia de que os centros urbanos são organizadores da região ou espaço econômico.

Para identificar as regiões de polarização, os pesquisadores da universidade mineira utilizaram o modelo gravitacional, o que permitiu tanto a identificação de polos entre as unidades territoriais quanto da hierarquia definida pela massa do polo, ou seja, sua capacidade de atuação em relação aos demais centros urbanos. Desse modo selecionaram as seguintes fontes de dados quantitativas: Censo Demográfico de 1991 (microdados); Base de Informações Municipais (BIM); RAIS de 1987-1997 (pessoal ocupado); e a estimativa do PIB municipal calculada pelo IPEA para 1996.

Esse processo resultou na identificação dos seguintes níveis de centros urbanos: 12 macropolos – 11 áreas de polarização (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus e os polos de Brasília e Goiânia); e os mesopolos (compreendidos entre as áreas de mercado dos macropolos). Esses últimos foram definidos com base em dois critérios metodológicos: densidade do entorno do núcleo urbano (centróide) e especialização da região.

O estudo do Cedeplar permitiu ainda a identificação de três tipos de região polarizada:

- Enclave: entorno de subsistência e/ou renda baixa;
- Região isolada: entorno de renda baixa e/ou renda média-baixa;
- Polo econômico: entorno predominantemente de renda média-alta e relevante.

A metodologia permitiu também a identificação de 84 mesorregiões, segundo as

características acima mencionadas:

1) Maior densidade econômica – polos industriais e/ou agropecuária (concentram-se no Centro-Sul e entorno do macropolo nacional de São Paulo).

2) Mesorregiões isoladas industriais ou agropecuárias (situação intermediária) – apresentam alguma capacidade de integração de seu entorno, mas são desprovidas de ligações inter-regionais significativas, ou seja, a capacidade de polarização de tais regiões é limitada a uma pequena área de influência.

3) Densidade econômica contígua de regiões de subsistência – estende-se do norte de Minas Gerais ao Nordeste setentrional e caracteriza-se pela desarticulação da economia em vasta área – são as mesorregiões ou enclaves agropecuários – núcleos urbanos “ilhados” por áreas de intensidade dos fluxos de trocas inter-regionais.

Verificou-se que as semelhanças encontradas entre os estudos do IPEA, IBGE e Unicamp e do Cedeplar foram: (1) o destaque atribuído ao tamanho populacional ou funcional da própria cidade ou aglomeração; (2) a noção de densidade econômica dos territórios polarizados; e (3) convergências marcantes entre os “centros cabeças” dos sistemas regionais (conforme denominados pelo primeiro estudo) e os macropolos (pelo segundo): São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza.

Com relação às diferenças, observou-se que as áreas de expansão recente, os centros urbanos “cabeças de rede” ou macropolos foram diferentemente classificados, segundo as duas metodologias analisadas: no trabalho do IPEA, IBGE e Unicamp, de 1999, destacou-se o Norte, Cuiabá e Brasília-Goiânia; e no do Cedeplar, de 2000, o Centro-Oeste, Belém e Manaus. Além disso, a aglomeração tem importância central na forma de classificação do primeiro desses estudos,

enquanto no segundo, que adota o modelo gravitacional, ela não aparece diretamente, embora seja uma condição intrínseca a esse modelo. Outra distinção verificada refere-se ao modelo de macrorregião adotado que foi definido de modo distinto em cada uma dessas pesquisas.

Na terceira parte do relatório realizado pelo Observatório de Pernambuco coordenado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, trata-se da apresentação da tipologia de cidades proposta, na qual tenta-se conciliar a abordagem pelo território com a abordagem pela rede de cidades. Tal enfoque está sustentado no fato de que seu resultado destina-se a contribuir para a definição de políticas urbanas que deem suporte ao desenvolvimento do país. Nesses termos, seu objetivo é, tendo em mente as ações governamentais, elaborar uma tipologia dos municípios brasileiros no âmbito de cada um dos quatro conjuntos microrregionais, identificados pelo PNDR, citados anteriormente.

Para atingir esse objetivo, considerando-se os trabalhos anteriores, realizou-se:

- Avaliação da densidade econômica de cada uma das 84 mesorregiões polarizadas por meio dos pesos no total da população residente da mesorregião, considerando: tipo 1 (alto estoque), 3 (médio estoque), 2 (baixo estoque com PIB crescente) e 4 (baixo estoque e baixo crescimento do PIB);
- Levantamento de variáveis concernentes a todos os municípios sob a forma de um banco de dados;
- Observação da distribuição dos municípios por faixas de tamanhos populacionais em cada um dos quatro conjuntos microrregionais;
- Análises multivariadas, com base em variáveis selecionadas no banco de dados, seguidas por identificações de clusters correspondendo a classes de municípios, levando-se

em conta faixas de tamanho populacional e posição em conjuntos microrregionais;

- Caracterização das classes de municípios identificados visando a sugerir o papel que exercem no território e, conseqüentemente, quais diretrizes de política urbana poderiam ser concebidas no âmbito de uma ação integrada entre os diversos ministérios encarregados do desenvolvimento urbano e territorial do país.

Os resultados foram apresentados em forma de texto, tabelas, mapas preliminares.

A elaboração de uma tipologia dos municípios em função de um conjunto de variáveis estatísticas não atenderia plenamente ao seu objetivo principal, que visa a associar esses agrupamentos a características do território, se não se incorporasse a noção de diversidade da densidade econômica do território como ponto de partida. Essa tipologia, em construção, fundamentada na concepção do território proposta pelo PNDR, e que integra os resultados dos dois estudos analisados, visa a refletir a importância da densidade econômica na qualificação dos polos urbanos das mesorregiões identificadas pelos pesquisadores do Cedeplar e os níveis hierárquicos dos centros urbanos listados no texto do IPEA/Unicamp.

Para essa reflexão lança-se mão de um trabalho inicial que consiste em caracterizar cada mesorregião e macrorregião pelas percentagens de população residente em cada tipo microrregional definido pelo PNDR. A hipótese é que a tipologia dos municípios, realizada a partir de variáveis estatísticas, guardará relação com essa caracterização meso e macro regionais, ou, dizendo de outro modo, que os polos serão de tipos diferentes em razão das diversas densidades econômicas que qualificam as ditas regiões.

Para dar conta dessa perspectiva, foi construído e apresentado no documento em apreciação um banco de dados formado por: dados de localização; dados de aglo-

meração e hierarquia urbana; demográficos, sociais e econômicos; e dados populacionais, esses sendo relacionados às mesorregiões e macrorregiões polarizadas pelos meso e macropolos, tal como proposto no estudo do Cedeplar, com a tipologia das microrregiões constando no PNDR.

A intenção dos que produziram esse relatório foi a de servir de subsídio para estudiosos, pesquisadores e/ou planejadores, das mais distintas ciências, uma vez que apresenta, dentre outras contribuições, uma síntese das metodologias utilizadas em impor-

tantes trabalhos sobre a rede urbana do país, o que possibilita uma noção quanto ao desenvolvimento dos estudos. Essa revisão visava à elaboração da metodologia para Classificação (tipologia) das cidades brasileiras, que conta com um grande número de informações para uma categorização ampla dos tipos de cidade. No entanto, dita classificação criou diversas categorias que, mesmo para efeito de análise, dificultam a compreensão dos processos e da importância de qual o papel assumido pelas cidades nas relações estabelecidas entre elas.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

O livro *Cidades médias: espaços em transição*, organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, foi publicado em 2007, em São Paulo, pela editora Expressão Popular e reúne artigos de estudiosos e pesquisadores sobre o tema. Seu objetivo foi agrupar trabalhos para tentar elucidar duas questões que se apresentam como um desafio na atualidade: “Por que cidades médias? Por que espaços em transição?”. Sem pretensão de respondê-las completamente, mas buscando mostrar uma tomada de posição e advertir quanto às precauções que devem ser tidas quanto ao uso dos termos, o livro traz um balanço do “atual estado da arte sobre o tema”.

Sposito afirma que é preciso ter cuidado com o uso de expressões como “cidade média” e “cidade de porte médio”. Segundo a autora, é comum o uso dos termos como sinônimos, todavia, o primeiro faz referência aos espaços de intermediação entre as cidades maiores e menores, em diferentes redes urbanas, enquanto o segundo relaciona-se aos tamanhos demográficos das cidades. Portanto, a adoção de “cidade média” apresenta-se como pouco apropriada, visto que induz a ideia de tamanho populacional, pressupondo hierarquia e classificação. Nessa perspectiva, autores que trabalham na escala da análise urbana têm um esforço redobrado para “[...] dar maior precisão teórica a essa noção, elevando-a, se possível, à condição de conceito científico” (p. 9).

Consciente das limitações do termo, a autora afirma que se faz necessário um

embasamento teórico-conceitual mais aprofundado, e quem sabe, do uso de outra nomenclatura para designar esse grupo de cidades. Entretanto, conforme seu entendimento, fazê-lo no atual contexto representaria riscos dada a ausência da fundamentação teórico-metodológica necessária, o que certamente implicaria na criação de um novo neologismo.

Desse modo, é pertinente reconhecer que o título do livro “espaços em transição” objetiva alertar que as cidades tratadas nos artigos referem-se a espaços que têm passado por constantes transformações, mudando intensa e rapidamente de papéis e de posição em diferentes sistemas urbanos. Lembra-se, ainda, que o título do livro origina-se das ideias de Pierre George e Nicole Commerçon, e, também, de Roberto Lobato Corrêa.

Conforme já explicitado, a preocupação é mostrar como estão os estudos sobre cidades médias. Porém, a autora lembra que ainda há muito a ser feito e que esse livro representa, tão somente, um esforço de síntese.

Essa publicação está estruturada em duas partes. Na primeira, intitulada *Recortes teóricos, conceituais e metodológicos*, apresentam-se contribuições para a construção de um objeto de estudo. Tais contribuições versam sobre concepções teórico-conceituais, fundamentações metodológicas, além de serem esboçadas a origem, evolução e perspectivas quanto aos estudos sobre cidades médias. Integram-na textos

de Roberto Lobato Corrêa, cujo título é *Construindo o conceito de cidade média*; de Oswaldo Bueno Amorim Filho, *Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias*; de Maria Luisa Gomes Castello Branco, *Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias*; Arthur Magon Whitacker, com o texto *Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização*; e Oscar Sobarzo apresentou o tema *Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias*.

Ainda nessa parte do livro, em dois trabalhos, os autores procuram observar as cidades considerando o setor de serviços: o de Júlio César de Lima Ramires – *Cidades médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e fluxos*; e o de Jorge Amâncio Pickenhayn e Raul Borges Guimarães – *Duas bordas de uma mesma história: povoamento e saúde em cidades médias da América do Sul*. Já Denise Elias verifica questões referentes à *Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas metodológicas*. Enquanto Eliseu Savério Sposito, no texto *Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem*, para realizar suas reflexões, toma como objeto o estado de São Paulo.

Além disso, da própria organizadora constam dois textos: *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*; e *Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana*.

A segunda parte, nomeada *Recortes temáticos, analíticos e territoriais*, é constituída por 13 trabalhos nos quais, a despeito de haver preocupação quanto às vertentes teóricas, conceituais e metodológicas, desenvolve-se, principalmente, a análise nos processos verificados em determinados territórios. Três deles versam sobre a reali-

dade chilena: o de Adriano Rovira Pinto, *Las ciudades intermedias en el sistema urbano de Chile*; o de Cristian Henríquez Ruiz e Gerardo Azócar Garcíá, *Patrones de crecimiento en ciudades intermedias chilenas y su impacto en la sustentabilidad urbana*; e o de Federico Arenas e Daniela González – *La expansión urbana fuera de las metrópolis: el caso de la conurbación Rancagua – Machali en el valle central de Chile*. Há um quarto, que versa sobre outro país latino-americano, *Ciudad y genero: una perspectiva geográfica a partir de los desplazamientos urbanos diarios y los medios de transporte en Tandil, Argentina*, de Diana Lan.

Os demais textos têm como objeto diferentes porções do país. Saint-Clair Cordeiro da Trintade Junior e José Carlos Matos Pereira analisaram informações sobre a região amazônica em *Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental*. Sobre o Nordeste há dois estudos: *Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste*, de Carlos Augusto de Amorim Cardoso e Doralice Sátyro Maia; *Petrolina: emergências de uma cidade média, a tecnologia auxiliando na (re)produção do espaço*, de Edvânia Torres Aguiar Gomes; e *Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades no Ceará*, artigo de Zenilde Baima Amora e Maria Clélia Lustosa Costa.

Sobre o Sul do Brasil, Paulo Roberto Rodrigues Soares e Vanda Ueda escreveram *Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul*; de Francisco dos Anjos há o texto *O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina*; e William Ribeiro Silva escreveu *Londrina e Maringá enquanto cidades médias: desconstruindo o mito das regiões metropolitanas do norte do Paraná*.

Além desses, há o trabalho de Everaldo Santos Melazzo, *Indicadores empíricos para*

a leitura de cidades de porte médio; e o de Beatriz Ribeiro Soares, *Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socio-espaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais*.

Sposito afirmou que os textos que compõem o livro explicitam especificidades que caracterizam essas cidades, destacando as condições de serem regionais e/ou não metropolitanas e/ou inter-

mediárias e/ou diretamente articuladas às cidades pequenas de suas áreas de influência. Entende, a necessidade “[...] de um esforço de apreensão do que é universal, do que é particular e do que é singular, quando se analisam as formas de produção e apropriação do espaço urbano, bem como a participação de diferentes cidades em divisões territoriais do trabalho que se estabelecem em múltiplas escalas” (p. 10-11).

LOPES, Diva Maria Ferlin. *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto*. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

A dissertação de mestrado intitulada *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto*, apresentou uma discussão que se vincula diretamente ao campo da Geografia Urbana – cidades e áreas urbanas. A autora é Diva Maria Ferlin Lopes, socióloga e técnica da SEI. Conta com 175 páginas, com ilustrações, e foi publicada em 2005 pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – Instituto de Geociências.

O objetivo desse estudo pautou-se na análise de três pequenas cidades do semiárido baiano, Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, com base na identificação, ou não, de características comumente existentes em um espaço urbano. Para empreender tal análise, Lopes apresentou um conceito operacional de cidade: espaço urbano, socialmente produzido, possuindo um número de habitantes, vivendo em um aglomerado, com alguma centralidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de certa proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas.

Para atingir o objetivo geral, a autora adotou os seguintes passos:

- Apresentação do conceito de cidade e de espaço urbano;
- Discussão da questão do porte demográfico na definição de urbano;
- Definição das características e funções urbanas em sedes municipais;

- Análise das funções urbanas nas sedes dos municípios de Novo Triunfo, Sítio do Quinto e Santa Brígida, e o papel que exercem em relação a seus municípios;
- Análise diacrônica do processo de formação dessas sedes municipais.

A metodologia da pesquisa firmou-se como um estudo de caso, que partiu da observação analítica específica, apoiada em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, cujos resultados permitiram uma comparação entre essas cidades com as premissas conceituais. Considerou, ainda, as características socioespaciais específicas da região e dos municípios em estudo. Além disso, utilizaram-se dados estatísticos produzidos pela SEI, pelo IBGE e os obtidos em pesquisa de campo. Esta última foi composta por duas etapas: a primeira, na qual foram buscadas as impressões iniciais sobre o objeto de observação, de modo a permitir a operacionalização da segunda, que, por sua vez, fundamentou-se numa permanência da autora nas cidades a serem estudadas, quando foram aplicados questionários (três tipos), 60 de cada, totalizando a aplicação de 180 em cada cidade.

A dissertação contou com a seguinte organização:

- 1. Introdução.
- Capítulo 2: Breve histórico sobre o advento das cidades e do processo de urbanização – discute-se basicamente os conceitos de cidade, de urbano e de urbanização, e questões sobre áreas urbanas: porte, funções, centralidade e mercado.

- Capítulo 3: Região Nordeste da Bahia: Organização socioespacial – trata do início da ocupação da zona semiárida, enfocando a ocupação da região econômica nordeste da Bahia e apresentando informações mais atuais sobre aspectos socioeconômicos do semiárido da Bahia.
- Capítulo 4: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto: caracterização dos municípios – momento em que são apresentados esses municípios em termos demográficos e socioeconômicos.
- Capítulo 5: Cidades do semiárido: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. Estruturas espaciais e funções urbanas – discussão das estruturas e funções dessas cidades apoiadas na pesquisa empírica. Analisa a cidade e o urbano no âmbito das concepções populares e apresenta os resultados da pesquisa de campo.
- Conclusão: O urbano possível – traz as principais conclusões da autora, que, conforme a metodologia usada, propõe que núcleos de pequenos portes podem ter atributos de áreas urbanas.

Os resultados da pesquisa, disponibilizados no Capítulo 5, decorreram da associação das características das cidades observadas, dos demais resultados da pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Esta incluiu, além dos levantamentos possibilitados pelos questionários, dados de observação direta e indireta, além de entrevistas com residentes, feirantes e consumidores da feira.

A autora evidenciou que as cidades selecionadas contavam com certo número de habitantes, variando entre 3 mil e 6 mil, em 2000. Esses viviam em um aglomerado que, de acordo com seus achados, dispõe de uma centralidade econômica<sup>14</sup>, serviços

<sup>14</sup> Os resultados da pesquisa mostram “que esses aglomerados concentram atividades diversificadas – serviços públicos, privados e comércio –, que embora não sofisticados, atendem as necessidades não apenas dos residentes locais, mas de todo o município e mesmo de povoados e outros municípios” (LOPES, 2005, p. 157-158).

públicos<sup>15</sup> e as Prefeituras<sup>16</sup>. Acrescente-se, ainda, a presença de estruturas de serviços privados, a exemplo das lotéricas e unidades comerciais, além da feira, o que acentua a “[...] função central porque se realiza em uma área identificada como centro funcional, para ela convergindo, durante um dia inteiro, comerciantes que se deslocam desde municípios limítrofes, até de localidades de estados vizinhos” (p. 158). Ressalta-se que a existência da centralidade e de diversidade econômica nessas cidades fica registrada por nelas haver concentração de atividades comerciais, além de atuarem como (re)distribuidoras de bens e serviços para o próprio município e para áreas adjacentes.

Quanto à organização espacial, a pesquisa mostrou que, a despeito do pouco tempo de emancipação de cada centro, existem diferenciações no uso do solo. Observou-se que o centro funcional era ocupado predominantemente pelo comércio e serviços, assim como por residências de maior porte e melhor padrão construtivo, sendo essa área a de residência da elite local. As moradias de menor porte e de padrão construtivo de qualidade inferior, por sua vez, ocupavam pequenos lotes em espaços mais distantes das áreas centrais.

No que se refere à ocupação da mão de obra, notou-se ser um referencial polêmico para definir o caráter urbano, e com base nela desenrolaram-se as discussões acerca do que é urbano.

A autora concluiu a pesquisa afirmando que: “As pequenas cidades de Novo Triunfo,

<sup>15</sup> “O Posto de Saúde, o Colégio de Ensino Médio, o Correio – com as tarefas de comunicação, acumulando, agora, alguns serviços bancários” (LOPES, 2005, p. 158).

<sup>16</sup> “A presença de uma prefeitura, com suas atribuições próprias de gestão e organização do município, constitui um fixo que atrai e orienta fluxos comerciais, políticos, financeiros etc., atraindo ou criando novos fixos como postos de saúde, colégios, delegacia, que por sua vez atraem novos fluxos administrativos, financeiros, de pessoas etc” (LOPES, 2005, p. 158).

Santa Brígida e Sítio do Quinto se revelaram como espaços dotados de estrutura simples, ocupados por uma população majoritariamente de baixo poder aquisitivo. Nelas não existe a complexidade das grandes cidades e nem poderia existir, pois são pequenas na área que ocupam e na população que abrigam.

Contudo, as análises empreendidas sobre seus espaços, mesmo a partir de conceitos construídos sobre grandes cidades, permitiram verificar que existem neles as marcas materiais e imateriais do urbano. [...] É um urbano simples, precário, do semi-árido. O urbano possível” (p. 163-164).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS  
DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*.  
Salvador, 2003. 2 v. (Série Estudos e Pesquisas, 60).

Elaborado por técnicos da Gerência de Estudos Sociais da SEI, *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*, publicado em 2003, teve o intuito de apresentar um panorama demográfico do estado tendo como referência principal os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Conforme seus autores, pretendeu-se colaborar para a construção de um quadro compreensivo das mudanças na estrutura etária e na composição por sexo da população do estado. Para isso, apresentaram-se as tendências do crescimento demográfico de 1980 a 2000, para a Bahia, suas regiões e municípios; identificou-se os contextos espaciais de atratividade migratória, assim como de espaços expulsos de população.

Com um total de 447 páginas, esse trabalho foi publicado em dois volumes. No primeiro, além de informações sobre a metodologia adotada, há sete textos nos quais discutem-se o processo de ocupação e de desenvolvimento econômico da Bahia, e os diferentes aspectos da sua dinâmica demográfica; comparam-se os processos verificados nesse estado com os observados no Nordeste e no Brasil. Ainda há um capítulo que trata especificamente das 15 Regiões Econômicas. Além disso, propôs-se outro recorte espacial para elaboração das análises: as Grandes Áreas da Bahia. Para demarcá-las considerou-se os traços comuns dos municípios e dessas regiões, “[...] principalmente no que tange aos aspectos históricos de povoamento, de ocupação econômica e físico-ambientais [...]” (p. 109), e a delimitação de semiárido proposta pela Sudene.

Em todos os textos, os dados foram apresentados em tabelas ou gráficos. Além disso, observou-se uma quantidade considerável de cartogramas.

Com relação aos textos que integram o Volume I, no primeiro deles, intitulado *Novos Padrões de Reprodução Sociodemográfica na Bahia*, de Ivana Muricy, abordaram-se as mudanças nos padrões de reprodução demográfica da população baiana no século XX, no qual foram discutidas as alterações no comportamento da sociedade que repercutiram nos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade (elementos que definem o processo de sucessão de gerações e o crescimento vegetativo) e migração (imigração e emigração). A autora, amparada em trabalhos anteriores, observou que “[...] as redefinições nos padrões de reprodução demográfica encontram-se articuladas a modificações nas diversas esferas sociais e não existe um único padrão a ser seguido pelas sociedades, mas uma diversidade de padrões que se definem e ganham consistência nas multiplicidades das relações e interações sociais que os indivíduos estabelecem coletivamente e que dão sentido à sua existência” (p. 17). Argumentou ainda que, numa mesma sociedade, as diferenças econômicas, educacionais e de local de residência (urbano e rural) podem influenciar a velocidade e intensidade com que se alteram ou perpetuam os processos de reprodução das gerações.

Quando a análise voltou-se especificamente para a Bahia, verificou que, entre 1940

e 1970, a melhoria das condições de vida e sobrevivência – investimentos em saneamento básico, educação, saúde, previdência social, dentre outros – associada à intensificação da estrutura capitalista industrial e urbana e as mudanças na organização e aos valores e costumes sociais, incidiram em novos padrões de reprodução demográficos. Nesse período, ocorreu diminuição da mortalidade infantil, o que resultou na elevação na taxa de fecundidade total da Bahia: de 6,8 filhos por mulher, em 1940, para 7,5 filhos por mulher, em 1970. Igualmente, evidenciou-se o aumento da longevidade, e, conseqüentemente, da esperança de vida ao nascer: de 40,77 anos, em 1940, para 49,23 anos, em 1970.

Esclareceu a autora que, entre os anos 1970 e 1980, a expansão das possibilidades da inserção da mulher no mercado de trabalho, a difusão de ideais e de práticas de restrição à procriação, o aumento do custo de vida (habitação, escolarização etc.) e a ampliação das possibilidades de sobrevivência das crianças contribuíram para a diminuição do tamanho das proles. A partir dessa última década, portanto, ocorreu uma acelerada redução dos índices de fecundidade: de 6,2 filhos por mulher, no ano de 1980, para 2,7, em 1997. “Assim, as séries históricas das TFT [taxa de fecundidade total] para as baianas e nordestinas de 15 a 49 anos de todas as camadas sociais comprovam que ocorreram efetivamente as duas tendências descontínuas das médias globais da fecundidade [...] – uma de moderada elevação e outra, subsequente, de redução acelerada – que demarcaram os momentos mais significativos do processo de transição demográfica na Bahia e no Nordeste” (p. 23).

Decorrente da queda da fecundidade, o crescimento vegetativo da população baiana experimentou, igualmente, declínio a partir dos anos 1960/1970, que, na ocasião, equivalia a 2,65% ao ano. E em 1992/1999, o

ritmo de crescimento vegetativo era da ordem de 1,35% ao ano.

Muricy, ao tratar do diferencial do comportamento reprodutivo para cada segmento social e nível de escolaridade, verificou que as mulheres mais escolarizadas e que integravam os segmentos sociais de maior renda, desde os anos 1940 apresentavam diminuição da prole. E isso porque eram menos expostas à mortalidade infantil do que aquelas que possuíam baixa escolaridade e renda e, assim, para a continuidade da família não se fazia necessário ter muitos filhos. Por esses e outros dados afins, pôde dizer que “[...] a transição demográfica baiana não é um fenômeno recente e tampouco existe um único padrão de reprodução demográfica” (p. 26).

No que tange à questão migratória, referiu que, na medida em que o componente vegetativo tornou-se relativamente estável, ampliou progressivamente seu papel na dinâmica demográfica. Por isso, apontou que, até os anos 1940, a emigração baiana era bastante expressiva. No entanto, entre 1940 e 1980, embora tenha ocorrido ampliação do volume de emigrantes, isso se fez em velocidade menor do que a registrada em anos anteriores. Dentre aqueles que saíram do estado, afirmou, prevaleciam homens, na faixa etária de 15 a 50 anos, que se dirigiram, sobretudo, para São Paulo. Em relação aos imigrantes, ressaltou o aumento do volume daqueles que, oriundos de outras unidades da Federação – principalmente as do Nordeste –, passaram a residir na Bahia. A maioria deles encaminhou-se para suas áreas urbanas, em especial para a capital.

No segundo texto desse primeiro volume, *Características do processo de envelhecimento demográfico em curso na Bahia*, de Angela de Oliveira Belas, o objetivo foi tratar das mudanças na estrutura etária da população da Bahia nas décadas de 1980 e 1990. Inicialmente, a autora referiu-se às tendên-

cias históricas dos componentes da dinâmica demográfica baiana no século XX e seus efeitos na estrutura etária, ressaltando que, entre 1940 e 1965/1970, quando a fecundidade era elevada, predominavam os grupos etários de 0 a 14 anos (que representavam 45,0% do total). Com o declínio dos níveis de fecundidade, evidenciados em 1965/1970, o peso desse grupo perdeu, seguidamente, importância relativa no total da população. Em 2000, com idades entre 0 e 14 anos, estavam 32,0% dos moradores da Bahia, enquanto o grupo de 15 a 64 anos representava 62,3% do total e os idosos, 65 e mais, eram 5,7%.

Comparando tais dados com os de outras unidades da Federação, Belas verificou que a Bahia compunha, junto com Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, um grupo de estados medianamente envelhecidos. Acrescentou que a Bahia “[...] figura com a 15ª maior proporção de crianças e adolescentes do país e com a 4ª maior da Região Nordeste” (p. 54). Tais dados, significativos para entender e prever a pressão da sociedade sobre o Estado em relação a determinados tipos de serviços e ao mercado de trabalho, foram tratados também considerando as áreas de residência. Diz a autora que “As estruturas etárias urbana e rural tendem a ser bastante diferenciadas pelo fato de que os dois contextos experimentam, em tempos díspares e com intensidades distintas, os processos sociodemográficos, particularmente o de generalização da redução dos níveis de fecundidade que alcança, inicialmente, segundo o que se tem verificado na experiência brasileira, as áreas mais urbanizadas, espalhando-se, posteriormente, para os nichos rurais” (p. 58).

Com relação à composição por sexo, “Na população urbana os homens tendem a predominar em termos numéricos nos primeiros tramos etários. Nos demais, o

predomínio passa a ser de mulheres” (p. 63). Tal situação pode ser associada aos padrões migratórios, visto que “[...] as áreas urbanas são particularmente atrativas para a força de trabalho feminina, dada sua maior diversidade econômica, concentrando atividades que em maior escala empregam mulheres, como as relacionadas ao setor de serviços (emprego doméstico, dentre outras, de baixa qualificação)” (p. 63). Em relação às três grandes áreas da Bahia, verificou-se que no Cerrado estava, em 2000, a população mais jovem.

Pode-se depreender da leitura dos trabalhos de Muricy e Belas que, embora com ritmos diferenciados, mesmo nas áreas rurais, a redução dos níveis de fecundidade repercutirá numa população mais envelhecida e demandante de serviços sociais específicos. Ademais, crescerá a importância das aposentadorias na dinamização das economias locais. No mesmo sentido, é importante verificar que a redução nos níveis de crescimento e a alteração na estrutura etária terão implicações sobre o mercado de trabalho e nos níveis de contribuições previdenciárias.

Em *Breve histórico de ocupação da Bahia em três Grandes Áreas*, apresentaram-se, de forma resumida, os processos que resultaram na ocupação de cada uma das Grandes Áreas da Bahia. É importante destacar que para Cândida Ribeiro Santos e Simone Araújo de Pinho, as autoras desse capítulo, “As distintas características geomorfológicas, hidrológicas, climáticas etc., que apresentam, contribuíram para diferenciar suas histórias de ocupação humana e desenvolvimento econômico. Portanto, sem pretender esgotar o assunto, este texto foi elaborado buscando, na História da Bahia, a história econômica e social de cada uma delas em particular” (p. 69). Grosso modo, tratou-se dos primórdios da ocupação do Litoral como consequência da expansão do cultivo da cana; da importância da interiorização da pecuária para o avanço da

dominação do Semiárido; da lenta e tardia ocupação do Cerrado por parte daqueles que vinham do litoral baiano, processo dificultado por obstáculos naturais (a caatinga e o rio São Francisco).

Seguiu-se o artigo de Luís André Aguiar Alves, cujo propósito foi discutir os processos econômicos ocorridos na Bahia a partir dos anos 1950. Para isso, o autor utilizou um dos recortes espaciais definidos para a execução deste trabalho: as Grandes Áreas. Assim, em *Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas Grandes Áreas* tem-se o levantamento de aspectos da economia que contribuíram para a fixação de pessoas em determinadas áreas da Bahia. Do mesmo modo, demonstra-se que as porções baianas com maiores perdas de população foram exatamente aquelas em que houve menor desempenho econômico. Em suas análises, além dos censos demográficos, o autor utilizou a série histórica do PIB e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Em *A Bahia, no Nordeste e no Brasil: aspectos sociodemográficos 1980-2000*, Diva Maria Ferlin Lopes trabalhou informações sobre tamanho de população total, urbana e rural, e suas respectivas taxas de crescimento e do grau de urbanização do estado, comparando essas informações com as do Nordeste e do Brasil.

Em relação ao contingente total, observou-se que, em 2000, a Bahia, com 13.070.250 habitantes, detinha a quarta maior população do país (7,7% do total) e ¼ do total nordestino. Nesse mesmo ano, contava com a maior população rural do Brasil, mais de 4 milhões de habitantes. Essa representava 33,0% do total baiano, 13,0% do total rural brasileiro e 29,0% do total rural do Nordeste. Tamanho porte, conforme Lopes, decorria, entre outros fatores, da estrutura fundiária baiana “[...] caracterizada por poucos e grandes latifúndios e muitos e pequenos minifúndios [...]”

(p. 99), pelo padrão migratório dos trabalhadores (marcados por idas e vindas) e pelas especificidades do processo de modernização da agricultura no estado. Todavia, assinalou, o ritmo de crescimento da população rural revelou-se negativo em 1991-2000, tendência já identificada no Nordeste e no Brasil desde 1980-1991.

Para refletir sobre contingente por local de residência observou-se que, entre 1991 e 2000, ocorreram ampliações da área urbana, por conta de decisões de cunho político-administrativo, em 62,0% dos municípios baianos, o que, conseqüentemente, interferiu no tamanho e no ritmo de crescimento da sua população. Tal informação, assim como as discussões realizadas pela autora, são fundamentais para pensar na dimensão e na estrutura do urbano da Bahia, entendendo que a lógica de sua institucionalização nem sempre condiz com um efetivo processo de urbanização do espaço.

Evidenciou-se, ainda, que a Bahia só passou a ter predomínio de população urbana em 1991, algo que já era registrado pelo conjunto nordestino em 1980, sendo que o Nordeste e a Bahia possuíam ritmos de urbanização bem aquém do verificado no Brasil. Quando se trata do volume dos moradores, os mais de 8 milhões daqueles que estavam em meio urbano representavam 5,2% do total de habitantes de áreas urbanas do país e 26,6% dos do Nordeste, em 2000. Sobre as taxas de crescimento dessa população, “Comparando-se os ritmos de crescimento urbano na Bahia, Nordeste e Brasil, evidenciou-se primeiramente que todos apresentaram taxas bastante altas ao longo desses vinte anos e, também, que declinaram no segundo período em relação ao primeiro apesar dos citados ganhos de área e população urbana” (p. 105).

A mesma autora do texto acima e Patrícia Chame Dias assinaram o sexto trabalho desse

primeiro volume, cujo título é *Grandes Áreas da Bahia – características demográficas gerais: 1980-2000*. Neste, após explicitarem os critérios e os propósitos que levaram à proposição das três Grandes Áreas, discutiu-se o ritmo de crescimento da população total, urbana e rural do Litoral, Cerrado e Semiárido, entre 1980 e 2000.

Observam que o Semiárido possuía a maior parte do território baiano (65,4%), seguido do Cerrado e, por último, do Litoral. Quanto à população, o maior percentual, em 1980, 1991 e 2000, encontrava-se no Semiárido, contudo, identificou-se um declínio da importância relativa desse conjunto na totalidade estadual. No Litoral, ao contrário, o peso da população elevou-se progressivamente. Em 2000, 48,4% dos moradores da Bahia estavam no Semiárido, 47,9% no Litoral e 3,7% no Cerrado.

Assim, com apenas 14,4% das terras e uma população superior a 6 milhões de pessoas, o Litoral registrou densidade demográfica bastante superior à das outras áreas: 77,3 hab./km<sup>2</sup>, em 2000.

Essas informações são significativas para a compreensão das tendências de espacialização da população na Bahia: sua já adensada porção litorânea, pelos dados apresentados no trabalho em foco, tende a ampliar seu papel no que se refere à concentração da população. Tal situação também pôde ser denotada pelo fato de que, como demonstraram Lopes e Dias, o Litoral, em 1991-2000, obteve a taxa de crescimento mais alta dentre as três Grandes Áreas (1,44% ao ano), ainda que essa não indicasse ganhos demográficos por imigração.

Com relação às populações urbana e rural do Litoral, Semiárido e Cerrado, observou-se que, à semelhança do que ocorreu em diferentes partes do país, os ritmos de crescimento urbano mantiveram-se altos, indicando imigração líquida, embora entre 1980-1991 e

1991-2000 tenha sido verificada retração nos níveis de crescimento. No rural, onde também ocorreu declínio nas taxas, registrou-se emigração em ambos os períodos, sendo que em 1991-2000, nas três áreas, houve perda absoluta do contingente rural.

É válido ressaltar que o Litoral sempre agregou mais da metade do contingente urbano da Bahia, todavia “[...] a tendência declinante da taxa de crescimento demográfico urbano do Litoral resultou na diminuição de sua importância relativa na composição do conjunto urbano baiano” (p. 115). Mesmo assim, em 2000, nela estavam 58,6% do total estadual. Cabe assinalar ainda que, em 1980, apenas essa Grande Área estava urbanizada. Somente em 2000, no Cerrado e Semiárido encontrou-se predomínio de população urbana – com grau de urbanização, respectivamente, de 53,8% e 53,3%. Nesse ano o Litoral atingiu um grau de urbanização equivalente a 82,1%.

Inversamente, no meio rural, em 2000, o contingente mais significativo era o do Semiárido: 68,6% da população rural baiana. Note-se que nessa área e no Cerrado houve o crescimento da participação no contingente rural baiano.

No último texto desse volume, de Patricia Chame Dias, cujo nome é *Tendências do crescimento demográfico nas regiões econômicas da Bahia entre 1980-2000*, pretendeu-se “[...] apresentar uma análise comparativa de tais processos [demográficos] ocorridos no interior da Bahia nas décadas de 1980 e 1990, particularmente no que se refere aos ritmos de crescimento total, urbano e rural e o tamanho e representatividade desses contingentes em relação ao total” (p. 119). Como recorte espacial, a autora usou as Regiões Econômicas; além disso, identificou os municípios baianos com as maiores e menores taxas de crescimento, em 1991-2000, e aqueles com menos de 5.500 habitantes e com mais de

100 mil moradores, em 2000. Igualmente, apresentou aqueles com as maiores e menores populações por local de residência e com os mais elevados e baixos níveis de urbanização da Bahia.

Conforme assinalou, dentre as Regiões Econômicas, em 2000, a RMS detinha a maior densidade demográfica da Bahia (1.291,82 hab./ km<sup>2</sup>), situação ocasionada por ter mais de 3 milhões de habitantes (23,0% do total baiano) distribuídos em 2.339 km<sup>2</sup> (0,4% do território do estado). A segunda maior aglomeração populacional estava no Litoral Sul (10,4% do total estadual, 1.360.539 hab.). A região com menor volume demográfico era o Médio São Francisco, com 2,6% do contingente baiano e 337.507 moradores.

Apenas em duas regiões, RMS e o Extremo Sul, as taxas de crescimento revelaram imigração líquida, em 1991-2000. Em nove delas, a maioria integrante do Semiárido, houve emigração. Tais dados apontam, mais uma vez, para a tendência de concentração no Litoral. Acrescente-se que “[...] as duas taxas de crescimento demográfico mais elevadas foram obtidas por unidades municipais do Extremo Sul, região do estado de maior crescimento no período: Santa Cruz Cabralia (com 15,5% a.a., mais que triplicou seu número de residentes) e Porto Seguro (11,9% a.a.)” (p. 135). Para a autora, embora se possa argumentar que o ritmo de crescimento desses municípios do Litoral tenda a diminuir consideravelmente, nesses e nos demais que figuravam com as maiores taxas, é pouco provável que deixem de ter níveis de crescimento associados à imigração nos próximos anos.

Acrescente-se que, conforme demonstrou Dias, no ano de 2000, sete dos 12 municípios da Bahia cujas populações superaram os 100 mil habitantes estavam no Litoral.

Por conta dos objetivos da pesquisa *Dinâmica Urbana dos Estados*, faz-se neces-

sário dar maior destaque a algumas das informações fornecidas pela autora sobre população urbana:

- Em 1991-2000, nenhuma das Regiões Econômicas observou perdas migratórias nas áreas urbanas – 13 das 15 registraram imigração líquida;
- A RMS era a de maior tamanho demográfico, contando com 33,9% do total urbano. A segunda maior participação estava no Litoral Sul. Todas as demais regiões agregavam menos de 10,0% do conjunto urbano, sendo o Médio São Francisco aquela que contava com a menor parcela dos moradores urbanos da Bahia: 1,7%;
- Observe-se que “[...] as regiões podem ser divididas em quatro grandes grupos, de acordo com o porte demográfico urbano. A RMS detinha quase 3 milhões de moradores. Três regiões registraram mais de 500 mil e menos de 1 milhão de habitantes (Litoral Sul, Paraguaçu e Sudoeste). Entre 300 e 500 mil, estavam as Regiões Nordeste, Extremo Sul, Recôncavo Sul e Litoral Norte. As demais, Piemonte da Diamantina, Serra Geral, BMSF [Baixo Médio São Francisco], Irecê, Chapada Diamantina e MSF [Médio São Francisco], no Semiárido, e Oeste, no Cerrado, registraram menos de 300 mil moradores urbanos” (p. 131);
- Salvador, em 2000, contava com mais de 2 milhões de residentes e representava 27,8% dos que moravam nas áreas urbanas baianas; seguia-se a ela Feira de Santana com 431.730 hab. (4,9% do total); Vitória da Conquista (225.545 hab.) e Itabuna (191.184 hab.) ambas com pouco mais de 2,0% do total urbano do estado;
- “[...] a população considerada urbana tendeu a se concentrar nas sedes municipais. Em outras palavras, na Bahia em 2000, inexistem áreas urbanas com alguma relevância demográfica fora das sedes municipais” (p. 139).

Um ponto que chamou a atenção foi o número significativo de unidades

municipais com população inferior a 10 mil habitantes, 71, ou 17,1% do total em 2000. Nessa condição, encontraram-se 11 municípios onde o contingente urbano era inferior a 1.500 moradores. Dois deles, Muquém do São Francisco e Catolândia, agregavam população inferior a mil pessoas cada um. Essa situação acaba por fazer lembrar a questão sobre o que é o urbano. Seria possível que unidades tão pequenas tivessem uma estrutura e desempenhassem funções urbanas?

Outra reflexão a que o texto remete refere-se ao grau de urbanização. Para a realidade baiana, essa medida não pode ser referência de outra coisa a não ser ao que ela se propõe: revelar a proporção de moradores urbanos. Isso porque, entre os 20 municípios mais urbanizados em 2000, estavam unidades com elevados contingentes, tais como a capital (com 99,96% da população residindo em área urbana), Itabuna (196.675 moradores e grau de urbanização de 97,2%) e Teixeira de Freitas (107.486 habitantes e 90,3% de urbanização). Entretanto, igualmente, havia unidades muito pequenas como Itaparica, um total de 18 mil habitantes e grau de urbanização de 100,0%; Saubara, com 10.193 moradores e grau de urbanização de 98,9%; e Santa Inês, com 11.027 residentes e 94,1% da população na zona urbana (p. 141). Em tais municípios, embora os níveis de urbanização sejam altos, a dinâmica e a estrutura urbana, efetivamente, eram reduzidas.

Por fim, a autora avaliou que “[...] a observação da distribuição da população no território baiano revelou a permanência da forte concentração de pessoas em determinados municípios, principalmente naqueles situados no Litoral. Verificou-se, ainda, a ampliação do peso da população urbana em todas as regiões, encontrando-se os maiores núcleos também, predominantemente, no Litoral.

Por outro lado, os habitantes do meio rural majoritariamente distribuíam-se em regiões do Semiárido” (p. 144).

Os textos do Volume I nortearam as análises contidas no Volume II, no qual ofereceu-se ao leitor um panorama dos principais processos demográficos ocorridos em cada uma das unidades municipais da Bahia entre 1980 e 2000. Nesse último, divulgaram-se e discutiram-se informações sociais e demográficas de todos os municípios da Bahia. Esses foram agrupados nas suas 15 Regiões Econômicas: RMS; Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e Oeste. Cada região deu origem a um capítulo no qual se apresentou a localização, os limites e os municípios integrantes (em forma de texto e em cartograma), com suas respectivas datas de emancipação. Seguiram-se breves informações sobre o histórico de ocupação, de desenvolvimento econômico da região e os dados sociodemográficos. Esses foram discutidos, considerando-se os anos de 1980, 1991 e 2000, com maior foco para o ano mais recente. Trabalhou-se com as seguintes informações: importância da população da região no estado; distribuição da população da região nos seus municípios, área e densidade demográfica de 2000; porte das populações total, urbana e rural e suas respectivas taxas de crescimento; grau de urbanização; participação da população total, urbana e rural de cada município no total regional. Além das tabelas, os dados sobre os ritmos de crescimento dos contingentes total, urbano e rural foram apresentados em cartogramas de modo a permitir visualizar a localização dos municípios que perderam ou ganharam população por migração, ou mantiveram seus ritmos de crescimento estáveis.

No estudo *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000* há uma ampla gama de informações por municípios que permite observar o comportamento demográfico da população baiana por duas décadas. Faz-se importante ressaltar que esse período, no Brasil e na Bahia, foi marcado, dentre outros eventos, por alterações significativas na economia, com destaque para a crise dos anos 1980 e o Plano Real (implantado em 1994) – aspectos pouco abordados ao longo do texto. Além disso, nessa ocasião foram implementados alguns programas de transferência de renda. Tal situação, possivelmente, interferiu na dinâmica dos movimentos migra-

tórios, embora não se possa dimensionar, em princípio, o peso desses eventos e suas consequências nas economias locais e, eventualmente, nos movimentos populacionais.

Embora em 2007 tenha ocorrido uma contagem da população, que possibilitou a atualização de informações populacionais da maioria dos municípios baianos (apenas sete foram excluídos por conta da metodologia adotada pelo IBGE), o estudo em pauta oferece dados e análises que, combinados com aos levantamentos mais recentes, possibilitam verificar as tendências de crescimento e de aglomeração da população na Bahia.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador, 2007. (Série Estudos e Pesquisas, 77).

Com 259 páginas, a publicação *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000* é composta por sete textos que pretendem, de forma geral, “[...] tratar o fenômeno migratório observado nos municípios da Bahia, no período de 1995 a 2000, com destaque para aqueles que apresentaram maior relevância na composição dos volumes de imigrantes e de emigrantes e que registraram os mais expressivos saldos migratórios do estado” (p. 5). A base de dados fundamental desse estudo foi o Censo Demográfico de 2000; mais especificamente, as informações sobre os migrantes extraídas dos microdados do questionário da amostra.

Por isso mesmo, para a realização do estudo em análise, definiu-se como *migrante* a pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir em uma unidade da Federação ou município distinta daquele em que foi enumerado numa data fixa, nos cinco anos anteriores à data de referência do censo. Assim, todas as análises baseiam-se na migração data fixa – tratam-se dos indivíduos que, em 1995, residiam em um município ou unidade da Federação diferente daquele em que foram recenseados em 2000, ou seja, consideraram-se duas datas específicas, não captando o movimento realizado entre essas duas datas.

Além dos dados – apresentados por meio de tabelas e cartogramas – buscou-se agregar informações e elementos que auxiliassem no entendimento dos processos que possam ter favorecido o deslocamento ou a

fixação de pessoas em determinado local. Em outros termos, sem o propósito de apresentar as causas dos movimentos migratórios ocorridos na Bahia em 1995-2000, nesse trabalho consideraram-se os cenários e as tendências socioeconômicas que colaboraram para compreender os movimentos migratórios. Observa-se, contudo, que nesta resenha o foco foi destacar o evento migratório nos municípios, não se mencionando as análises mais amplas empreendidas sobre esses processos.

A Série Estudos e Pesquisas (SEP) 77 foi dividida em duas partes. Na primeira, intitulada *Imigração, emigração e perfil dos migrantes dos municípios da Bahia*, conta-se com dois textos nos quais se verificam aspectos referentes à origem e ao destino dos fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais, e ao perfil do migrante. A seleção dos municípios a serem tratados nessa parte do trabalho considerou o volume de migrantes igual ou superior a 5 mil pessoas, com cinco anos ou mais de idade. Nesses termos, identificou-se:

- 26 municípios onde o volume de imigrantes estava nessa faixa: Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro, Barreiras, Lauro de Freitas, Camaçari, Vitória da Conquista, Juazeiro, Ilhéus, Itabuna, Teixeira de Freitas, Simões Filho, Jequié, Eunápolis, Paulo Afonso, Irecê, Dias d’Ávila, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Santa Cruz Cabralia, Itapetinga, Itamaraju, Jacobina, Valença, Poções e Mucuri.
- 36 municípios nos quais o número de emigrantes estava acima dos 5 mil moradores:

Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Jequié, Juazeiro, Irecê, Barreiras, Paulo Afonso, Itamaraju, Jacobina, Santo Amaro, Alagoinhas, Eunápolis, Porto Seguro, Camaçari, Bom Jesus da Lapa, Camacan, Guanambi, Itaberaba, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santa Maria da Vitória, Valença, Ipiaú, Campo Formoso, Ipirá, Serrinha, Gandu, Ubaitaba, Santo Antônio de Jesus, Brumado, Ubatã e Xique-Xique.

Além de trabalhar com a escala municipal, trabalhou-se a migração também por região econômica, divisão político-administrativo estabelecida então pela Seplan para fins de planejamento governamental. Tendo em vista que essa divisão, atualmente, foi substituída por outra, Territórios de Identidade, cuja agregação de municípios difere significativamente da proposta anterior, optou-se por não abordar as questões referentes àquela regionalização.

O trabalho *Principais tendências da migração baiana (1995-2000): origem e destino dos migrantes dos municípios*, de Simone Araújo de Pinho, abre a publicação. Nele, a autora teceu considerações teóricas sobre os processos de emigração e de imigração, tratando da importância do movimento migratório na determinação do ritmo de crescimento da população para, em seguida, realizar um breve histórico da migração baiana. Num segundo momento, indicou a participação absoluta e relativa dos migrantes interestaduais e intraestaduais na dinâmica migratória baiana, verificando que, em 1995-2000, o número de imigrantes estaduais foi em muito superior ao dos intraestaduais. Diferentemente, para o mesmo período, o volume de emigrantes inter e intraestaduais foram bem próximos.

Avaliando o peso dos movimentos migratórios na população dos municípios selecionados, ressaltou que em seis deles os imigrantes significaram 20,0% do conjunto de moradores em

2000: Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Lauro de Freitas, Barreiras, Mucuri e Dias D'Ávila. Quanto aos que saíram de suas unidades de origem, em 12 a participação na composição da população superou os 20,0%.

Em seguida, ainda para o ano de 2000, evidenciaram-se os volumes e direções dos fluxos migratórios (inter ou intraestadual) para cada um dos municípios em pauta e a importância da migração para a composição da sua população total, buscando levantar os elementos que permitissem compreender tal processo.

Tratando da direção dos fluxos de imigração dos 26 municípios em pauta, verificou que:

- Com exceção de Juazeiro, Paulo Afonso e Mucuri, o volume de deslocamentos internos superou o interestadual;
- Salvador absorveu cerca 14,0% do total de imigrantes intraestaduais e interestaduais baianos, sendo o município que mais recebeu migrantes entre 1995-2000;
- Em termos interestaduais, o segundo município com maior volume de imigrantes foi Juazeiro (4,3%);
- Em relação ao movimento intraestadual, Feira de Santana com 4,0% foi o segundo município com maior volume de imigrantes.

Com relação ao peso da migração na definição do porte demográfico dos municípios, registrou-se que:

- Do total de municípios estudados, apenas sete apresentaram saldo migratório positivo: Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas;
- Quanto à importância da emigração na população total, “[...] os maiores percentuais foram identificados em Santo Amaro, Camacan, Gandu, Ubaitaba, Ubatã, Itamaraju e Irecê” (p. 35);
- Em Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Barreiras, Lauro de Freitas, Mucuri e Dias

d'Ávila, os imigrantes representaram 20,0% da população total em 2000.

Tratando da direção das correntes migratórias, a autora indicou que a maior parte dos migrantes interestaduais teve como origem e destino o Sudeste. O segundo maior foco de emigração o Centro-Oeste. Em relação aos imigrantes, a segunda origem mais relevante foi o Nordeste.

Pinho observou ainda que, quando se verificam os destinos dos migrantes que permaneceram na Bahia, a maioria deles dirigiu-se a unidades próximas, preferencialmente no interior da Região Econômica na qual se situavam.

No segundo trabalho, Cândida Ribeiro Santos traçou o perfil dos migrantes dos municípios selecionados, também nas escalas interestadual e intraestadual, com base na investigação das variáveis idade, sexo e escolaridade, apresentando, adicionalmente, informações referentes à ocupação dos migrantes.

Em relação à idade dos imigrantes, tendo como referência os grandes grupos etários (05 a 14; 15 a 59; e 60 e mais anos), constatou que, seguindo a estrutura da população do país, a maioria concentrou-se no grupo de 15 a 59 anos (cerca de 75,0% do total), o que “[...] pode ter como uma de suas justificativas motivações relacionadas ao mundo do trabalho” (p. 68). Tanto em termos interestaduais como intraestaduais, a maior proporção de imigrantes em idade ativa foi observada em Salvador. A autora chamou atenção para três municípios onde as proporções de imigrantes interestaduais idosos situou-se bem acima da média: Dias d'Ávila, Valença e Santo Antônio de Jesus (cerca de 8,0%). Entre os municípios com elevada imigração intraestadual, aqueles com maior participação daqueles com 60 e mais anos foram: Poções (9,2% do total de imigrantes), Jequié (9,0%), Itapetinga (8,4%) e Jacobina (7,4%).

Sobre a composição por sexo, a autora revelou que as mulheres foram predominantes no conjunto dos imigrantes interestaduais em 16 dos 26 municípios selecionados. Destacou, desse conjunto, com a quantidade de mulheres bem acima da média, Valença, Lauro de Freitas, Paulo Afonso e Salvador. Entre os imigrantes intraestaduais, a prevalência das mulheres foi ainda mais expressiva, não ocorreu em apenas três dos 26 municípios selecionados: Santa Cruz Cabralia, Itamaraju e Eunápolis. Salvador foi o município onde encontrou-se a mais baixa razão de sexo entre os imigrantes<sup>17</sup>.

Para avaliar os níveis de escolaridade, Santos trabalhou com os migrantes de 15 a 49 anos, divididos nas categorias de até 3 anos de estudo, de 4 a 7 anos de estudo, de 8 a 10 anos de estudo e 11 anos ou mais de estudo. Entre aqueles oriundos de outros estados, foi relevante a incidência de indivíduos com os níveis mais elevados de escolaridade. Todavia, “É importante notar o peso de Salvador e Lauro de Freitas nesse total, que, com maiores contribuições de pessoas mais qualificadas nos seus significativos montantes de migrantes, foram os grandes responsáveis pelo referido fenômeno. Verifica-se que, sem a presença desses dois municípios, haveria o predomínio de pessoas com 4 a 7 anos de estudo no grupo de imigrantes dos demais municípios selecionados” (p. 73).

Em relação aos imigrantes intraestaduais, “[...] havia mais indivíduos com 4 a 7 anos de estudo (31,8%); seguidos daqueles com 11 anos ou mais (25,5%). Com contribuições menos representativas, 24,7% e 16,8%, apresentaram-se, respectivamente, os imigrantes com os mais baixos níveis de escolaridade (até

<sup>17</sup> Razão de sexo indica a proporção de homens para cada 100 mulheres e é calculada pela equação:  $RS = \text{homens} \times 100 / \text{mulheres}$ . Assim, quanto mais baixa a razão de sexo, mais elevada é a presença de mulheres em relação ao número de homens.

3 anos de estudo), e os com 8 a 10 anos de estudo” (p. 87). Aqueles com as maiores quantidades de anos de estudo se deslocaram para Salvador, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas e Alagoinhas. Já para Poções (53,7%), Itamaraju (51,8%), Porto Seguro (39,7%), Santa Cruz Cabralia (38,2%), Itapetinga (38,1%), Jacobina (36,9%), Mucuri (33,4%), Eunápolis (32,7%), Teixeira de Freitas (31,9%), Ilhéus (31,4%) e Itabuna (29,1%), foram, predominantemente, migrantes com até 3 anos de estudo.

Referiu a autora que o perfil etário daqueles que saíram da Bahia com destino a outras unidades da Federação, não diferiu do observado nos imigrantes, predominando pessoas em idade economicamente ativa. A maioria dos emigrantes tinha de 15 a 59 anos (75,8%), seguido daqueles com 05 a 14 anos (21,4%), e pelos indivíduos de 60 anos ou mais (2,8%). O mesmo padrão, embora com percentuais distintos, foi identificado entre os emigrantes que permaneceram na Bahia: com idades entre 05 a 14 anos estavam 22,6% do total; 72,6% tinham entre 15 a 59 anos; com 60 e mais havia 4,8%. Tal situação sugeriu “[...] a presença de emigração familiar, ou seja, a saída de crianças e adolescentes acompanhando seus pais. A reduzida participação do contingente de 60 anos ou mais de idade, assim como se observou antes em relação aos imigrantes, reflete o conjunto de dificuldades materiais e psicológicas que se colocam para as pessoas desse estrato etário” (p. 79).

Também entre os emigrantes, à semelhança do que foi verificado para os imigrantes, prevaleceram mulheres. Entre aqueles municípios que mais observaram a saída de homens com destino a outros estados estavam Camaçari, Juazeiro e Santo Amaro. Com relação aos deslocamentos internos, Porto Seguro, Barreiras, Teixeira de Freitas e Paulo Afonso foram aqueles em que o contingente de emigrantes do sexo masculino mais se destacou comparativamente ao

feminino. Para Santos, “[...] a maior mobilidade das mulheres parece ter relação, de algum modo, com uma ampliação da busca feminina por inserção no mercado de trabalho e da maior aceitação social de seu deslocamento espacial em busca de emprego. Uma busca que é alimentada pela possibilidade de inserção mais fácil do que no caso dos homens, especialmente dentre aqueles com pouca escolaridade” (p. 79).

Em relação à escolaridade dos emigrantes interestaduais, pelas análises da autora verifica-se que os maiores percentuais estavam no grupo dos que tinham de 4 a 7 anos de estudo (36,9%) – indicando ensino fundamental incompleto. Seguiram-se aqueles com até 3 anos de estudo (22,5%), os que possuíam 11 ou mais anos de estudo (21,7%) e os com de 8 a 10 anos de estudo (18,3%).

Desse modo, “Quando comparado aos imigrantes, os emigrantes baianos apresentaram menores níveis de escolaridade. Tal constatação parece fazer parte daquele pressuposto que defende que os emigrantes da Bahia são, normalmente, menos escolarizados do que os imigrantes, fenômeno que pode ser entendido, entre outras razões, pelo relativo atraso do sistema educacional nordestino como um todo” (p. 81). Notou que Salvador foi o único a registrar, entre os emigrantes interestaduais, o maior percentual dos com 11 ou mais anos de estudo (40,3%).

Quando analisou os dados dos emigrantes intraestaduais, a autora ressaltou as semelhanças em relação aos dos imigrantes, visto que nos dois grupos os indivíduos com 4 até 7 anos de estudo prevaleceram. É importante observar que os emigrantes intraestaduais mais escolarizados foram oriundos de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Paulo Afonso, Guanambi e Brumado.

Esses dois trabalhos proporcionam um conjunto de informações bastante perti-

nentes para o estudo da *Dinâmica Urbana da Bahia*, uma vez que a mobilidade de pessoas – no que se refere à intensidade e direcionamento dos deslocamentos – proporciona pistas da dinâmica econômica, do perfil de mão de obra que absorve e das tendências de concentração e desconcentração populacional. Ademais, num contexto de declínio dos níveis de crescimento vegetativo, o componente migratório ganha relevância na compreensão da dinâmica demográfica.

Na segunda parte da publicação *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*, o objetivo foi tratar do saldo migratório, ou seja, do balanço de entrada e saída de pessoas nos municípios. Três trabalhos foram aí apresentados: *Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia*, de Patricia Chame Dias e Mayara Mychella Sena Araújo; *Articulação entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos*, de Patricia Chame Dias; e *Migração intraestadual e a rede de cidades baianas*, de Mayara Mychella Sena Araújo.

No primeiro desses textos, ao adotar como recorte espacial as 15 regiões econômicas da Bahia, as autoras verificaram e compararam seus saldos migratórios interestaduais e intraestaduais, abordando os principais pontos de partida e destino dos fluxos migratórios e os volumes dos saldos migratórios das porções Litorânea, Semiárida e do Cerrado da Bahia.

No trabalho seguinte, *Articulação entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos*, o objetivo foi traçar um perfil demográfico e socioeconômico dos municípios com os mais importantes saldos migratórios do estado. Do mesmo modo, pretendeu-se levantar como sua localização poderia ter contribuído para os movimentos migratórios neles ocorridos.

Em termos metodológicos, partindo de um quadro demonstrativo, Dias evidenciou que, entre 1995-2000:

- Em termos interestaduais, seis municípios observaram saldos acima de 1 mil pessoas e, em 347, o saldo foi menor que zero;
- Em termos intraestaduais, 19 alcançaram saldo migratório superior a 1 mil indivíduos e 249 registraram saldo negativo;
- Em termos de saldo migratório total (considerando o inter e o intraestadual), em 18 municípios foi maior que 1 mil habitantes e em 324 deles foi inferior a zero.

Como resultado dessas evidências, para o estudo dos saldos migratórios selecionaram-se aqueles municípios que, em termos interestaduais, registraram saldo de 500 ou mais migrantes e os que possuíam saldo igual ou menor que -2.000; no que concerne aos intraestaduais, observaram saldos acima de 1.000 e inferiores a -1.000 indivíduos; e, no que se refere ao saldo migratório total, registraram saldos acima de 1.000 e menores que -2.000 migrantes.

Para elaborar suas análises, a autora partiu do pressuposto que “A migração é um fenômeno social e, como tal, sua intensidade e direção se fazem profundamente articuladas a outros processos sociais, como o econômico, o político, o cultural e o ideológico” (p. 145). Por isso mesmo, além de tratar de dados sobre os volumes migratórios, para as unidades selecionadas apresentou e discutiu informações sobre porte demográfico, ritmo de crescimento (total, urbano e rural) e grau de urbanização, saneamento básico, escolaridade e renda médias e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Agregou ao estudo desses dados, ponderações sobre processos sociais e econômicos neles ocorridos. Tais indicadores foram selecionados com base nas hipóteses teóricas levantadas por diferentes autores, no que tange às “causas” da migração.

Considerando o saldo total de 1995-2000, a autora apresentou os 19 municípios com maior saldo. Esses eram, em ordem decrescente: Lauro de Freitas, Porto Seguro, Camaçari, Barreiras, Simões Filho, Juazeiro, Dias d'Ávila, Santa Cruz Cabrália, Vera Cruz, Mucuri, Santaluz, Ibicoara, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Teixeira de Freitas, Ponto Novo, Poçoões, Pindobaçu e Piripá. Na análise do conjunto de dados levantados para essas unidades, verificou que, em 2000:

- Apenas em Mucuri o saldo interestadual superou o intraestadual;
- Havia unidades com tamanhos de população bastante variável. As maiores, em 2000, eram Juazeiro (141 mil hab.), Camaçari (135 mil hab.) e Barreiras (103 mil pessoas). As menores eram Piripá (14 mil residentes), Ibicoara (13 mil) e Sítio do Mato (cerca de 10 mil moradores). Além disso, alguns deles possuíam graus de urbanização elevados, superiores a 90,0%, enquanto um pequeno grupo observou níveis de urbanização bem restritos (como Serra do Ramalho, Piripá e Ibicoara);
- Com relação ao saneamento básico, havia municípios em que mais de 50,0% dos domicílios contavam com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequada. Todavia, existiam situações como as de Serra do Ramalho, onde apenas 17,0% das moradias tinham abastecimento de água adequado e em 0,3% havia esgotamento sanitário adequado, ou Piripá e Sítio do Mato, nos quais, 1,4% e 0,2% das residências, respectivamente, apresentavam formas adequadas de escoamento dos dejetos;
- Em Lauro de Freitas estava a maior proporção de responsáveis por domicílio com 15 ou mais anos de estudos (7,9%), com, 9,8% deles tendo até menos de um ano de estudo. Em Teixeira de Freitas, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Ponto Novo, Pindobaçu e Piripá a proporção de responsáveis por domicílios

sem instrução e com menos de um ano de estudo era equivalente ou superior a 30,0% do total;

- Para o quesito renda, apurou-se que, mais uma vez, Lauro de Freitas destacou-se por ser o único onde mais de 2,0% de pessoas de 10 anos e mais recebiam rendimentos superiores a 20 salários mínimos (SM). Em contrapartida, 18,6% delas auferiam até 1 SM e, para 16,1% desses indivíduos, os rendimentos estavam entre 1 e 2 SM. Em Barreiras, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Camaçari, Simões Filho e Serra do Ramalho a quantidade relativa de pessoas que recebiam até 1 SM era próxima a 20,0%. Já em Santaluz, Poçoões, Ibicoara, Pindobaçu, Ponto Novo e Piripá as pessoas que estavam nessas condições correspondiam a 30,0% ou mais do total da população. Nesses quatro últimos municípios, 0,1% dos moradores com 10 anos e mais contavam com rendimentos superiores a 20 SM;
- Com relação ao IDH-M, as unidades localizadas na RMS (Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Vera Cruz) e Barreiras estavam entre as 20 com maior IDH-M da Bahia, com valores superiores a 0,700 e inferiores a 0,800, indicativos de médio desenvolvimento humano. Nenhum dos municípios com os maiores saldos da Bahia, em 1995-2000, apresentaram IDH-M baixo (inferior a 0,500) em 2000; todavia, alguns deles estavam entre as últimas colocações no ranking estadual.

Em relação àquelas unidades que apresentaram as mais acentuadas perdas migratórias em 1995-2000 (com saldo migratório inferior a -2.033 pessoas), a autora verificou portes demográficos bastante distintos, prevalecendo unidades menores. Em 22 delas registrou-se menos que 50 mil moradores – Bom Jesus da Lapa, Ipiaú, Xique-Xique, Barra, Maragogipe, Santa Maria da Vitória, Itambé, Camacan, Coaraci, Gandu, Guaratinga, Carinhanha, Castro Alves, Ibirataia, Ubaitaba, Itajuípe, Ubatã, Uruçuca, Belmonte, Buera-

rema, Ibicaraí, e Pau Brasil, este último, com menos de 20 mil residentes, em 2000.

Ainda com saldos negativos estavam Salvador, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Alagoinhas – cujas populações superavam os 100 mil habitantes com cinco anos ou mais –, Paulo Afonso, Serrinha, Jacobina, Guanambi, Senhor do Bonfim, Itamaraju, Brumado, Ipirá, Campo Formoso, Itaberaba, Santo Amaro e Irecê – cujo contingente oscilou entre 50 mil e 100 mil habitantes.

Nesses municípios, além da diferença em relação ao porte populacional, a autora verificou que, em 2000:

- A maioria apresentava níveis de urbanização superiores a 70,0%. Com menos de 40,0% do contingente vivendo em área urbana havia Carinhanha, Ipirá e Campo Formoso;
- Como entre os municípios com menores saldos estavam Salvador e outras cidades de porte e nível de urbanização consideráveis, havia aqueles que apresentavam ampla cobertura nos serviços de saneamento básico. Todavia, em Barra, Belmonte, Campo Formoso, Castro Alves, Gandu, Guaratinga, Ibirataia, Ipirá e Maragogipe menos da metade dos domicílios contava com abastecimento de água adequado. Em Barra, Belmonte, Campo Formoso, Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Xique-Xique a proporção de moradias com formas de esgotamento sanitário adequado era menor que 10,0%;
- Excetuando-se Salvador, onde 9,8% dos chefes de domicílio registraram 15 ou mais anos de estudo, nos demais municípios tal proporção sequer alcançava os 5,0% – na maioria dos casos foi menor que 2,0%. A autora evidenciou que, excluindo-se Itabuna, Irecê e Santo Amaro, nos demais municípios que registraram elevadas perdas migratórias

a maioria dos chefes de domicílio ou não possuía instrução ou tinha até menos de um ano de estudo;

- A proporção de indivíduos com rendimento de mais de 20 SM só superou os 2,0% em Salvador. Nos demais municípios foi sempre menor que 1,0%. A grande parte deles contava com cerca de 20,0% a 35,0% das pessoas de 10 anos e mais recebendo até 1 SM;
- Sobre o IDH-M, ressaltou que Salvador, Itabuna e Alagoinhas estavam entre os dez primeiros do estado no ano de 2000. Assim como em relação aos municípios com os maiores saldos em 1995-2000, todos os integrantes desse grupo registraram IDH-M médio – apenas Salvador possuía valor compatível com nível alto.

Das conclusões da autora, pode-se ressaltar “[...] que a maior parte das unidades municipais baianas observou saldo migratório negativo, com a movimentação interna de população sendo muito mais expressiva do que a existente entre a Bahia e outras partes do país. Evidencia-se que uma parte significativa dos municípios que obteve saldo migratório interestadual positivo elevado também apresentou alto saldo intraestadual, indicando que independente da origem e do perfil do migrante, esses municípios apresentaram um conjunto de aspectos que o fizeram ‘atrativos’ frente aos demais da Bahia. Tal situação conduz às proposições de Singer (1975)<sup>18</sup>, que considera que um mesmo fato econômico leva a diferentes consequências para os distintos segmentos sociais” (p. 192).

No trabalho que fecha essa publicação, de Mayara Mychella Sena Araújo, *Migração intraestadual e a rede de cidades baianas*, pretendeu-se comentar o processo de formação da rede de cidades do estado e discutir as

---

<sup>18</sup> SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 2. ed. São Paulo: CEBRAP, 1975.

questões relativas ao saldo migratório intraestadual dos municípios que integram sua rede urbana “principal” e “secundária”.

O ponto de partida desse trabalho foi a proposta de rede urbana apresentada pela SEI, em 1997, na publicação *Cidades da Bahia*<sup>19</sup>, na qual adotando como critério fundamental para hierarquizar as cidades sua participação na economia estadual, organiza-as em três níveis. O primeiro é o da rede urbana “principal”, que compreende dez cidades: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras. A rede urbana “secundária” era composta por 18 cidades: Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba. As demais 387 cidades do estado integravam a rede urbana “terciária”.

Para discutir a formação da rede de cidades da Bahia, a autora, além de observar as argumentações da publicação da SEI e realizar levantamentos históricos, trabalhou com pressupostos, tais como: “[...] a cidade é, ao mesmo tempo, parte integrante e formadora de um sistema ou de uma rede de cidades, sendo essencial na estruturação e organização do espaço geográfico. Tais funções permitem compreender a caracterização da rede urbana, a partir de uma contínua criação de núcleos urbanos, e sua crescente complexidade funcional torna mais intensa a articulação entre os centros urbanos e as regiões [...]” (p. 205); “[...] explicar o que é rede urbana com cidades articuladas e hierarquizadas, seu processo de formação e transformação, depende da materialidade das ações humanas historicamente constru-

ídas” (p. 205); “[...] não se pode apreender a rede de cidades da Bahia como um sistema fechado em si, mas articulado a processos que ocorrem em outras escalas” (p. 206).

Para tratar dos volumes de migrantes intraestaduais dos municípios integrantes das redes urbanas “primária” e “secundária”<sup>20</sup>, inicialmente, apontou-se que eles concentraram, nos últimos anos, os maiores percentuais de população e investimentos da Bahia. Por isso mesmo, na interpretação de seus saldos migratórios, a autora procurou levantar informações e análises de cunho socioeconômico que contribuíssem para a compreensão dos processos em curso.

Araújo evidenciou que “[...] dos dez municípios que englobam as cidades da rede urbana ‘principal’, três obtiveram saldo migratório intraestadual<sup>21</sup> negativo, Salvador, Itabuna e Alagoinhas (-2.299, -1.231 e -1.085 pessoas, respectivamente). Paulo Afonso apresenta saldo nulo e os demais municípios, Camaçari, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro, registraram saldos migratórios intraestaduais positivos” (p. 210). Ao procurar entender o porquê de municípios da importância de Salvador, Itabuna e Alagoinhas registrarem perdas migratórias tão intensas (estando entre os de maiores perdas no estado), levantou questões sobre a localização e a função de cada um desses municípios na rede de cidades baiana.

Quanto aos integrantes da rede principal que obtiveram saldo positivo, “[...] Camaçari, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro (nesta ordem), são considerados como centros urbanos que

19 Consta um resumo dessa publicação neste relatório.

20 Usam-se aspas quando se fala em rede “primária” e “secundária” seguindo a forma como tais termos foram apresentados pela autora.

21 Saldo migratório intraestadual corresponde ao número de imigrantes subtraídos do número de emigrantes que empreenderam deslocamentos entre os municípios da Bahia, no período de 1995-2000.

se destacam pela prática de atividades industriais, agroexportadoras, comerciais, turísticas, informática e/ou agricultura irrigada. O que, em princípio, poderia contribuir para o entendimento da maior atração de migrantes, ocasionando, portanto, saldo migratório intraestadual positivo” (p. 214).

Araújo verificou que dos 18 municípios da rede urbana “secundária” revelaram saldo migratório intraestadual positivo – Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Irecê, Jequié, Guanambi, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas. Os outros nove registraram perdas migratórias para outros municípios do estado – Santo Amaro, Itamaraju, Serrinha, Jacobina, Senhor do Bonfim, Valença, Itapetinga, Eunápolis, Brumado. É interessante notar que “[...] os valores absolutos apresentados tanto para imigração, quanto para emigração intraestadual são na maioria inferiores a 10 mil migrantes, exceção observada no município de Porto Seguro, que possui o maior e mais expressivo valor absoluto de imigrantes intraestaduais, correspondendo a 20.966 pessoas. Outra particularidade notada é que dos nove municípios que registram saldo migratório intraestadual positivo, sete mostram valores inferiores a 1.000 migrantes. Ou seja, apenas dois municípios [...], Porto Seguro e Teixeira de Freitas, exibem valores significativos (16.881 e 5.252 pessoas, respectivamente)” (p. 200).

De forma geral, a autora associou a existência de tais saldos (tanto positivos quanto negativos) às mudanças na economia e suas repercussões na dinâmica e função dos municípios frente aos demais. Ademais, referiu que tais processos também incidiram em redefinição da área de influência de muitos dos que integram as redes de cidades “principal” e “secundária” da Bahia.

Além dos textos, na SEP 77 há um box em que estão informações sobre o perfil ocupacional dos imigrantes e dos emigrantes baianos e, como anexo, segue uma tabela na qual estão informações sobre o volume de imigrantes e emigrantes interestaduais e intraestaduais, com seus respectivos saldos migratórios, para todos os municípios baianos.

Embora algumas informações sejam repetidas ao longo da publicação, o que, em certa medida, torna a leitura integral do trabalho algo cansativo, a forma como ele foi estruturado possibilita que o leitor eleja um ou outro texto para apreciação em razão de seus interesses e do foco de cada um deles. Considera-se que faltou um texto no qual se realizasse uma síntese das características dos processos migratórios e do perfil do migrante nos municípios mais importantes no que se refere à dinâmica demográfica e à economia da Bahia e aqueles que, especificamente, observaram maior significado no componente migratório em 1995-2000.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.

O livro *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica* resultou da integração entre atividades acadêmicas e técnicas desenvolvidas pelos autores, no âmbito da UFBA e da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (Seplantec), em meados da década de 1980. Com esse trabalho buscou-se discutir as relações entre Salvador – capital do estado – e demais cidades e regiões baianas apresentando como tais relações configuraram-se. Encontra-se dividido em duas partes. A primeira delas, *Padrões espaciais de desenvolvimento urbano (1500-1930)* foi de responsabilidade de Sônia de Oliveira Leão. A segunda, intitulada *Dinâmica recente do processo de urbanização e metropolização (1931-1985)*, foi escrita por Sylvio Bandeira de Mello e Silva e por Barbara Christine Nentwig Silva.

Para o desenvolvimento da primeira parte do estudo, tomaram-se conceitos e conclusões de alguns autores consagrados no estudo do tema. O “sistema urbano” foi entendido, apoiado nos estudos de Pred (particularmente o livro de 1979, *Sistemas de cidades em economias adiantadas*), como “[...] um conjunto nacional ou regional de unidades urbanas de tal forma interdependentes que qualquer mudança significativa nas atividades econômicas, estrutura ocupacional, renda total ou população de uma cidade-membro provoca direta ou indiretamente modificações nas atividades econômicas, na estrutura ocupacional, na renda total ou na população de um ou mais membros do conjunto” (p. 58). Do texto de Taaffe, Morrill e Goud, *Transport expansion*

*in underdeveloped countries: a comparative analysis*, datado de 1963, extraiu-se a idéia de que a organização espacial dos países subdesenvolvidos e seu crescimento econômico são consequências da melhoria da acessibilidade interna e rede de transportes, o que levou à definição de seis estágios típicos pelos quais passam o desenvolvimento da rede de transportes. E adotou-se como pressuposto metodológico a teoria das localidades centrais de Christaller, divulgada em *Central places in Southern Germany*, em 1966.

Partindo desses referenciais, Leão identificou os três componentes básicos de um sistema urbano, os quais podem denotar seu grau de organização: “[...] os elementos ou partes (unidades urbanas), os atributos ou propriedades (atividades econômicas, estrutura ocupacional, população etc.) e as relações entre os elementos ou atributos (interdependência entre as unidades urbanas hierarquizadas pelas funções e pelos fluxos de bens, serviços, pessoas etc.)” (p.58).

Um dos procedimentos adotados pela autora para atender ao seu objetivo consistiu na definição de três períodos de análise em razão dos “[...] processos mais importantes que influenciaram a atual estrutura urbana” (p. 29), das fontes históricas, dos dados econômicos, estatísticos e geográficos. Com base nelas foram elaborados cartogramas, diagramas e tabelas que evidenciam processos relevantes: 1500 a 1699; 1700 a 1822 e 1931 a 1985.

Em relação ao primeiro desses períodos, ressaltou-se a inexistência de informações

demográficas confiáveis o suficiente para nortear uma análise sobre o processo de ocupação no estado. De todo modo, é sabido esse só ocorreu de forma efetiva após 1530, visto que a colonização do Brasil, e a conseqüente fundação de novos núcleos urbanos, tornava-se necessário para evitar sua invasão do território por outras nações estrangeiras. Assim, os primeiros povoados surgiram em razão da necessidade de “[...] centralizar a administração do controle das áreas sob suas jurisdições e secundariamente prover os serviços religiosos e jurídicos à população que se ruralizava” (p. 35).

Por conta desses interesses, em 1534, instituiu-se o sistema de capitânias hereditárias, uma política criada para intensificar a colonização do Brasil, o que ocasionou a fundação de diversas vilas em todo seu território, as primeiras na Bahia: Vila Velha ou Vila do Pereira (que deu origem à Cidade do Salvador), Ilhéus, Porto Seguro, Santa Cruz e Santo Amaro. Como tal política, de forma geral, fracassou em sua intenção, a Baía de Todos os Santos, em função de sua centralidade em relação às outras capitânias e à excelente produção dos principais elementos exportados (cana-de-açúcar e algodão, além da comercialização do pau-brasil), foi escolhida para acolher uma cidade-fortaleza, que nasceu como a capital da colônia.

Na Bahia, dois aspectos se mostraram relevantes para o início da formação de sua rede urbana: (i) as aldeias fundadas pelas missões religiosas e as mudanças socioculturais e econômicas implementadas pelos colonizadores, sobretudo na fixação dos grupamentos indígenas, catequese, treinamento linguístico e para o trabalho produtivo; (ii) e a instalação da agroindústria do açúcar. Esta foi decorrente das condições locais de clima e solo favoráveis a tal cultura, a facilidade para implantação de portos para o escoamento da produção, e a expansão

da demanda européia por esse produto, o que exigia cada vez mais mão de obra e território ocupado.

Acrescentou que as aldeias da periferia de Salvador foram aos poucos sendo incorporadas ao seu tecido urbano, enquanto as que estavam dispersas ao longo do litoral e sertão baiano ascenderam à categoria de vila ou cidade. No fim do século XVII, o povoamento do estado concentrava-se ao longo da sua costa. Mas, iniciava-se, ao mesmo tempo, o processo de penetração em direção ao interior por associado ao avanço das atividades agropecuárias. A rede urbana baiana naquele momento apresentava Salvador como metrópole, que mantinha relacionamento com outras vilas da capitania da Bahia, como as de Ilhéus e Porto Seguro (em capitânias de mesmo nome). As interações dessa rede eram fracas, e se fortaleciam à medida que a agricultura expandia-se.

Entre 1700 e 1822, houve uma fase de ampliação do sistema urbano colonial com a interiorização da população, que procurava fixar-se em regiões onde a economia fosse mais dinâmica. Então, entre as produções que destacavam, e que, por conseguinte, atraíam trabalhadores estavam a mineração, pesca, pecuária, extração de madeira e produtos agrícolas como cana-de-açúcar, fumo, algodão e café.

A existência de estradas, linhas férreas e hidrovias foi também um fator que influenciou a formação de novos núcleos de povoamento. Alguns surgiram de modo orientado e para atender funções determinadas por fatores locais específicos. Tais funções, fundamentais para a afirmação do Estado português, foram caracterizadas por Leão como de: (a) controle político-administrativo; (b) aldeamento indígena realizado pelas missões religiosas; (c) administração de serviços religiosos; (d) engenhos de açúcar; (e) sedes de fazendas agropecuárias; (f) exploração mineral.

Nesses anos, portanto, houve o crescimento e distribuição da população, que seguia o movimento da economia, apresentando aceleração ora rápida, ora lenta. Em alguns momentos e regiões, ocorreu diminuição do contingente, em razão da migração de mão de obra de áreas estagnadas para outras mais dinâmicas.

Analisando a rede urbana baiana nos anos anteriores à independência do Brasil, verificou-se que seus mais proeminentes núcleos distribuíam-se em cinco grandes áreas não isoladas e complementares, e sua organização remetia às principais atividades econômicas do estado, a saber: (a) área canavieira; (b) área fumageira; (c) área da pecuária; (d) áreas da mineração; (e) áreas de produção alimentar e de matérias-primas. A especialização espacial dava-se de modo integrado, o que teve por consequência a abertura de estradas e a criação de novas vilas.

No início do século XIX, começaram a ocorrer mudanças no sistema urbano colonial, com o crescimento rápido do número de núcleos. Houve, também, aumento da complexidade na sua organização estrutural associado à intensificação das relações comerciais existentes entre tais núcleos. Foi identificado, então, o fortalecimento das articulações entre a metrópole (que manteve sua posição de destaque) e algumas vilas, e a possibilidade de relação entre elas e de povoados entre si. Tais interações se faziam, de acordo com Leão, independentemente da posição hierarquicamente dos núcleos, o que não era possível no período anterior. Havia, então, uma cidade, Salvador, e 30 vilas.

No período entre 1823 e 1930, conhecido como pós-colonial, o centro político e econômico do país foi deslocado para o Sudeste brasileiro. Todavia, a Bahia manteve vínculos comerciais independentes com a Europa e os Estados Unidos. Nesse contexto, ocorreu o crescimento populacional rápido e a adoção

de inovações tecnológicas, sobretudo no setor dos transportes. Esse aspecto, por sua vez, favoreceu sobremaneira as relações comerciais com o exterior. O surgimento de fornalhas a vapor nos engenhos de açúcar também concorreu para alterações na configuração espacial da economia.

Leão acrescentou que a modernização e expansão da agroindústria abriu espaço para o surgimento de outras atividades, a exemplo da produção têxtil, que absorvia grande quantidade de mão de obra. As indústrias fumageiras, de beneficiamento de madeira e metalúrgicas, de minerais não metálicos, químicas e farmacêuticas, de vestuário, de bebidas e de produtos alimentares, igualmente, tiveram destaque na Bahia durante esse período.

Com o fim da escravidão e do modelo econômico vigente, a rede urbana foi mais uma vez alterada. Formou-se um grande fluxo populacional rural-urbano, sobretudo em direção às vilas do Recôncavo, que se expandiram. Também facilitou essa mudança a melhoria e ampliação da rede viária e a modernização dos meios de transporte que, igualmente, contribuiu para a expansão da agricultura e o povoamento no interior da Bahia. Em relação aos meios de transportes, o primeiro a experimentar melhorias foi o hidroviário, com a introdução da navegação a vapor. Na sequência, a rede ferroviária também ocorreram modificações, inclusive pela necessidade de dar uma resposta ao aumento do custo da produção que chegava pelos portos a ela interligados. Todos os fatores supracitados, além das mudanças político-administrativas ocorridas no país, foram responsáveis pela multiplicação dos núcleos urbanos na Bahia e por favorecer uma interação mais robusta entre eles.

Ao final da primeira parte do livro, que apresentou uma Bahia vinculada ao modelo agroexportador, ficou definida uma hierarquização dos seus núcleos urbanos em

cinco níveis, com intensidades de interação diversas, sendo identificadas 136 cidades. Essas estavam assim distribuídas: Salvador no primeiro nível – o centro mais fortalecido em termos políticos, administrativos e de infraestrutura, com relações internacionais mais intensas; Feira de Santana, Alagoinhas, Jacobina, Senhor do Bonfim, Ilhéus, Juazeiro e outras no segundo - com desenvolvimento mais associado à expansão agrícola e às melhorias no sistema viário; Maracás, Prado, Paratinga etc. no terceiro nível - menos desenvolvido; e no quarto e quinto níveis, respectivamente, as vilas e os povoados.

Vale observar que parte dessas cidades mantém-se dentre as principais da Bahia, algumas com funções similares às desempenhadas em épocas anteriores.

A segunda parte do livro é dedicada à dinâmica da urbanização e metropolização no período de 1931 a 1985. Para estudar esse período, Silva e Silva utilizaram os conceitos de “eficiência e equidade espaciais” e de “localidades centrais e desenvolvimento urbano-regional” e analisaram a política de desconcentração concentrada da economia implementada no Brasil após a década de 1940, o que se tornou fator determinante para o desenvolvimento dos estados e para a conformação de suas redes urbanas. Em relação a esse último aspecto, ressaltaram que o final da década de 1930 e início dos 1940 foram marcados por transformações econômicas decorrentes de ações do governo federal. Tais ações estavam associadas ao processo de industrialização nacional, que necessitava da integração territorial do país.

Parte significativa da avaliação da rede urbana estadual, nesse período, foi baseada em dados censitários, sobretudo porque, a partir de então, os censos passaram a apresentar séries temporalmente uniformes e mais confiáveis do que em períodos anteriores. Desse modo, pôde-se afirmar que, em

1940, a Bahia possuía 289 cidades, 269 das quais com menos de 5 mil habitantes. Apenas Salvador detinha mais de 20 mil moradores. Já no ano de 1980, havia 336 cidades, e em 210 delas os contingentes eram inferiores a 5 mil habitantes. Em oito, as populações variavam entre 50 mil e 500 mil habitantes – apenas Salvador possuía mais de 500 mil moradores. Observe-se que o crescimento da quantidade e do porte demográfico das cidades colaborou para que a taxa de urbanização passasse de 24% para 50% em 40 anos, ao mesmo tempo, registrou-se crescimento substancial da população da, então estabelecida, RMS.

Ainda em relação ao período 1931-1985, os autores apresentaram os principais elementos responsáveis pelo processo de urbanização nos âmbitos estadual e metropolitano, em relação ao contexto brasileiro e internacional e ao cenário interno. Dentre eles, destacaram as mudanças nos sistemas de transportes, o papel exercido pelas cidades frente ao panorama nacional e as decorrentes das transformações econômicas efetivadas dentro e fora do Brasil.

Propuseram que a transformação estrutural da economia do país – do estágio “primário-exportador” para o “urbano-industrial” – reforçou a necessidade de integração das economias regionais, principalmente para o escoamento da produção industrial. Contudo, a política federal estabelecida privilegiou a Região Sudeste. Mesmo assim, houve melhorias no sistema e política vinculados ao setor de transporte, sobretudo por causa do crescimento da indústria automobilística nacional. Na Bahia, foram pavimentados dois grandes eixos rodoviários nos sentidos norte-sul e leste-oeste, o que alterou substancialmente as economias sub-regionais localizadas ao longo deles, que foram beneficiados nos âmbitos econômico, demográfico e das relações com outros centros, inclusive fora da Bahia. Ao

mesmo tempo, diversos outros centros, fora do alcance de tais eixos, acabaram entrando em crise.

Porém, como posto por Silva e Silva, a RMS foi o principal *locus* do desenvolvimento baiano, especialmente com a consolidação do processo de industrialização, que atraiu ou fez com que surgissem empresas e órgãos públicos como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Sudene, Centro Industrial de Aratu (CIA), Copec, Comissão de Planejamento Econômico (CPE), entre outros. Dessa forma, não obstante a integração do mercado nacional no âmbito dos transportes e das comunicações permitir que a maioria das relações se desse diretamente entre produtores e consumidores – o que fez Salvador perder sua função de intermediar a comercialização entre as cidades baianas e os mercados externos –, essa capital ampliou

seu papel de ofertante de bens e serviços de grande alcance no estado, mantendo forte sua posição de centro em sua região de influência.

Para os autores, na década de 1980, o sistema urbano da Bahia atingiu o último nível de urbanização definido pelo modelo proposto por Taaffe, Morrill e Goud (na obra acima citada), com a expansão da rede de comércio e de serviços oferecidos no estado, com base na implantação de eixos viários prioritários.

Dentre as conclusões, para os objetivos deste trabalho, importa ressaltar que o livro em pauta apresenta informações importantes sobre o histórico da consolidação da rede urbana no estado, assim como demonstra que as principais mudanças econômicas ocorridas na Bahia não comprometeram a extrema supremacia de Salvador na dinâmica urbana estadual. Entretanto, permitiram a consolidação de novos centros intermediários.

*Cidades da Bahia* foi lançada em 1997, pela SEI, como de um volume da SEP. A publicação, encomendada pela então Gerência de Estudos Urbano-Regionais, foi escrita por uma equipe técnica composta por três autores: Edgar Porto, Lúcia Aquino Queiroz e Sônia Pereira Ribeiro. Além disso, contou com a participação de dois consultores: Edmilson Carvalho e Lia Terezina L. P. Moraes.

Preocupados em logo estabelecer os limites do estudo, tendo em vista a diversidade de abordagens, conceitos e papéis que cercam o tema das cidades, os autores colocaram que pretendia-se “[...] discutir como os movimentos econômicos usam e transformam a rede urbana estadual para o seu melhor desempenho” (p.5). Esclareceram ainda que se tratava de um trabalho, ou um projeto, por assim dizer, que estava em curso e não se esgotava com aquela publicação.

Constituiu-se também em seu objetivo, identificar e analisar a rede principal de cidades da Bahia sem, para isso, desconsiderar seus demais centros urbanos. Para tanto, o estudo concentrou-se nas cidades por onde circulavam mais de 80% dos fluxos econômicos do estado e na investigação dos tipos de fluxo, dos montantes e sua distribuição espacial. Além disso, os autores preocuparam-se em entender como as características desses fluxos conduziram a uma diferenciação dos papéis das sedes municipais, o que, por sua vez, determinou as estratégias de investimento em infraestrutura.

Para tanto, organizou-se o trabalho, além da introdução, em cinco seções. A primeira foi

intitulada como *Cidade e Economia*. Trata-se de uma explanação de cunho teórico que visou justificar uma abordagem da configuração territorial das cidades e estruturação da rede urbana da Bahia apoiada na lógica produtivista, especialmente na análise dos fluxos econômicos. Em linhas gerais, chamou-se atenção para a relação estabelecida entre produção e território e sua influência no porte, na economia, na estrutura e, principalmente, na função das cidades.

Os autores colocaram que a produção sempre privilegiou lugares detentores de condições físico-locais que propiciassem maior lucratividade. Acrescentaram que, ao tempo em que tais condições determinam diferenciações (que são sobretudo espaciais), a produção faz com os fluxos econômicos decorrentes das atividades econômicas concentrem-se em determinados espaços, exatamente aqueles onde as cidades se instalaram, o que resulta em sua maior qualificação.

Nesse processo, continuaram, cidades e regiões que foram criadas e experimentaram um grande desenvolvimento em razão da expansão de determinadas atividades produtivas podem passar, também, por fases de estagnação ou até mesmo serem “exterminadas” em função de alterações na conjuntura econômica mais geral. Isto posto, chamou-se a atenção para a existência de uma ação globalizante em curso, viabilizada pelo desenvolvimento de diversas tecnologias. Tal movimento, avaliou-se, permitiu que fluxos de capitais, mercadorias e pessoas se

deslocassem para diversos locais do planeta em curtos espaços de tempo ou mesmo instantaneamente.

A ideia-força da abordagem colocada nesse trabalho, portanto, foi a de que o modo de produção capitalista, ao privilegiar determinadas cidades e regiões em detrimento de outras — a depender das vantagens que apresentassem ou viessem a apresentar para a produção, circulação e comercialização de mercadorias e serviços —, causou alterações de tamanho, de forma e de função das redes de cidades. É importante assinalar, concordando com os autores, que tais vantagens e alterações têm a ver, diretamente, com a estrutura urbana de cada uma das cidades, no que se refere, sobretudo, à qualidade da infraestrutura e ao mercado consumidor disponíveis. Esses elementos, em última instância, se tornaram condicionantes da importância de uma cidade em relação às demais.

Sob essa conjuntura, atualmente vigente, os fluxos econômicos externos não somente definem alterações nos papéis das cidades e de suas rede. Também reorientam, em diferentes escalas, as relações de complementaridade ou de competição entre os territórios e criam subespaços urbanos, “cidades dentro de uma cidade”.

Por tudo isso os autores afirmaram, antes mesmo de apresentarem detalhadamente seu trabalho, que a rede de cidades da Bahia sofreu alterações recentes em algumas de suas características. Mesmo assim, tais mudanças não foram suficientemente capazes de evitar a concentração dos principais fluxos econômicos em poucas cidades ou em partes delas.

No segundo capítulo, o foco recaiu sobre o estado da Bahia. Seguindo na análise da relação entre produção e território, entendeu-se que para identificar os papéis das cidades baianas seria necessário reconhecer o caráter dos fluxos econômicos que impulsionam seu funcionamento, independente-

mente de sua origem. Em realidade, essa foi a essência de toda a metodologia utilizada no estudo.

Para tanto, foi idealizado e calculado pelos autores um Índice do Produto Municipal (IPM) que, “[...] representa um valor que visa medir a participação da renda produzida em cada município do estado da Bahia, no conjunto da renda gerada no estado” (p.23). Entende-se que esse índice possibilitou:

- Medir a produção econômica em cada município;
- Refletir a densidade espacial dos fluxos econômicos municipais;
- Expressar a espacialização da produção em níveis hierárquicos.

A vantagem em empregar esse índice para os objetivos do estudo, segundo seus idealizadores, está no fato dele possibilitar trabalhar com duas escalas hierárquicas que, na verdade, deveriam ser chamadas de escalas espaciais: analisou-se o desempenho de cada município de forma isolada e o das regiões formadas com base na identificação das manchas resultantes de municípios cujos IPM calculados foram iguais ou com valores próximos.

As informações utilizadas para compor o IPM foram:

- *Estimativas do valor agregado da agropecuária*: dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), ambas do IBGE, para 1994, referentes ao valor da produção agrícola (lavoura permanentes e temporárias), da produção animal e vegetal; estimativas de consumo intermediário fornecidas pelo Sistema de Contas Regionais da SEI; estimativas dos valores agregados dos setores industrial, extrativista (mineral), comercial, serviços de transporte e comunicações, água, luz, restaurantes e bares fornecidas pelo Guia de Informação e Apuração (GIA) de ICMS para 1994 publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

- *Estimativas do valor agregado do setor serviços (exceto o setor comercial):* referentes às estimativas para o total do estado (informações do Projeto de Contas Regionais) com base na divisão pelos 415 municípios de então. Essa operação considerou o número de empregados nos setores de serviços e administração pública constante na RAIS do Ministério do Trabalho para 1993.

Desse modo, o cálculo do IPM para os municípios revelou que apenas 34 deles concentravam 85% da produção baiana. Noutra contagem, o mesmo índice mostrou que dez eram responsáveis por 74% do total estadual: Salvador, Camaçari, Ilhéus, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Itabuna, Simões Filho, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras. Isso levou à conclusão de que o IPM estava distribuído de forma muito heterogênea na Bahia, e que se apresentava concentrado, sobretudo, na Macrorregião de Salvador.

Desse ponto em diante, os autores passaram a analisar a espacialização dessa distribuição. Enfatizaram que as concentrações urbanas mais importantes e densas em fluxos da economia estavam localizadas nos extremos do estado. E lembraram que os fluxos econômicos externos sempre tiveram um papel decisivo para a definição dessa espacialidade. Adicionalmente, fez-se uma caracterização desses “compartimentos” do estado, identificados a partir da análise do IPM. Esse procedimento permitiu um primeiro reconhecimento das manchas econômicas estaduais mais destacadas.

Os autores assinalaram que a região litorânea da Bahia foi que obteve maiores benefícios por conta do processo de descentralização da industrialização do Centro-Sul em direção ao Nordeste, fato ocorrido a partir dos anos de 1950/1960. De tal processo derivou a implantação das rodovias federais BR-116 e da BR-101, que conectaram a

região cacaueteira à de Salvador, criando uma nova rede de cidades comerciais ao longo da costa, contribuindo para a incorporação de novos fluxos econômicos a esses espaços. Já no caso da Região Econômica Extremo Sul, foram os investimentos mais recentes na produção de papel e celulose (anos 1990), em escala internacional, que ocasionaram a consolidação de uma rede de cidades comerciais.

A referida região litorânea foi subdividida pelos autores em três subespaços:

- Macrorregião de Salvador: trata-se da área de maior expressão econômica do estado e localiza-se da borda atlântica. Sua economia apresentava-se quase como uma conurbação entre as cidades aí existentes. Era formada por Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Simões Filho. Somente esses cinco municípios eram responsáveis por 60% do total da produção estadual e formavam, segundo os autores, o “chassi” da economia dessa região.

Outros municípios que a integravam, classificados como de segunda ordem, eram: Candeias, Lauro de Freitas, Dias D’Ávila, Madre de Deus e Alagoinhas, e funcionavam, exceto este último, como periferia da concentração no entorno da cidade de Salvador;

- Baixo Sul: formado pelos municípios situados próximos a Santo Antônio de Jesus e a Cruz das Almas, que se destacavam por desempenhar papel de centro de abastecimento de mercadorias, serviços educacionais, atendimento médico-hospitalar, revenda de automóveis e autopeças, madeiras, entre outros itens, para seu entorno;
- Região cacaueteira: aglutinada com base nos fluxos econômicos derivados da cacauicultura gerados em décadas passadas, mas que se apresentava em decadência. Nela destacavam-se as cidades de Ilhéus e Itabuna, que mantinham intensas relações comerciais com municípios mais próximos;

- Extremo Sul: caracterizava-se pela atividade turística e, a partir dos anos de 1980, pela produção de celulose. Nela sobressaíam-se Porto Seguro (centro turístico e de lazer), Eunápolis e Teixeira de Freitas (nos quais destacavam-se os setores de comércio e serviços), e Mucuri (com a produção de celulose). Esse novo dinamismo expressou-se positivamente Itamaraju (próximo a Porto Seguro), Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça (afetados indiretamente pelos investimentos no complexo da celulose);
- Chapada de Vitória da Conquista: compreendia os municípios situados no entorno de Vitória da Conquista, que funcionava como polo comercial e de serviços no sudoeste baiano. A economia dessa região caracterizava-se pela criação bovina, cafeicultura e existência de um centro industrial;
- Região de Jequié: por ser um importante centro de oferta de serviços e comércio, polo de indústria têxtil e de produção agropecuária, Jequié desempenhava a função de subcentro urbano regional. Matinha forte relacionamento comercial com os municípios de Jaguaquara e Maracás.
- Região de Itapetinga: também localizada no sudoeste do estado, esse município desempenhava o papel de subcentro urbano regional devido à revitalização da economia fundamentada na atividade agropastoril. Assim como Jequié, tinha função de articular o litoral com o interior do estado;
- Extremos Norte e Oeste: a conformação dessas regiões decorreu do processo de expansão das fronteiras agrícolas do Sul-Sudeste brasileiro em direção ao Centro-Oeste, desde os anos de 1970. Na Bahia, tal processo ocasionou a introdução da produção, especialmente de soja e frutas. Nelas foram destacadas duas cidades como polos regionais:

*Juazeiro, no Extremo Norte:* com a fruticultura irrigada destinada principalmente ao mercado externo, essa cidade fortaleceu-se como centro urbano regional, polarizando outras localizadas

ao norte, nordeste e noroeste da Bahia devido à comercialização de mercadorias e diversos tipos de serviços.

*Barreiras, no Extremo Oeste:* com os incentivos governamentais para a produção de grãos, sobretudo a soja, Barreiras atraiu, especialmente nos anos 1980, imigrantes do Sul do país. A política federal de expansão das fronteiras agrícolas resultou em investimentos para aperfeiçoar a produção nesse município, o que findou por torná-lo no maior polo urbano do oeste do estado.

Para caracterizar o espaço geoeconômico situado entre a região litorânea e os Extremos Norte e Oeste, os autores utilizaram a expressão “Miolo da Bahia”. Para eles, essa era uma área de transição e de passagem dos fluxos econômicos gerados e atraídos pelas cidades localizadas nesses extremos da Bahia.

Observaram que o Miolo da Bahia contava com cerca de 250 municípios, e abarcava, aproximadamente, 50% do território e 30% da população estadual. Sua economia era caracterizada, predominantemente, pelas atividades agrícolas e de extração mineral. Mesmo possuindo um imenso território, era pouco densa economicamente, contudo identificou-se a presença de três manchas econômicas mais significativas, ainda que espacialmente dispersas, polarizadas por alguns municípios: na primeiras delas destacavam-se Paulo Afonso, Jacobina, Irecê, Brumado e Guanambi; na segunda, Serrinha, Itaberaba e Santa Maria da Vitória; e na terceira Bom Jesus da Lapa e Seabra.

Detalhando essa informação, tem-se que cada um desses municípios constituía-se no núcleo de uma região. Eles foram assim caracterizados:

- Paulo Afonso: município situado na confluência entre a Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, destacou-se no cenário regional baiano devido à produção e fornecimento de energia. Num plano secundário, também se sobressaía nas atividades de comércio e turismo;

- Jacobina: cidade histórica surgida com base no ciclo da mineração e, logo em seguida, consolidada com a introdução da pecuária. Funcionava como centro regional comercial e de abastecimento, mantendo-se, ainda, como núcleo de atividades de apoio à mineração regional;
- Irecê: essa cidade tornou-se o grande polo de produção e comercialização de feijão, além de praticar a agricultura consorciada. Por toda essa movimentação econômica, passou a desempenhar o papel de polo regional, voltado ao suprimento da demanda por comércio e serviços;
- Guanambi e Brumado sobressaíam-se na Região Serra Geral. O primeiro observou crescimento em decorrência da agroindústria do algodão e funcionava como centro regional da oferta de bens e serviços. Brumado se desenvolveu com base na atividade mineradora de porte e por conta da intensificação dos serviços comerciais;
- Serrinha, Itaberaba, Senhor do Bonfim, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa e Seabra, cidades que funcionavam como entrepostos comerciais de outras localidades ainda menores, formavam outras regiões do miolo. Essas configuravam como um conjunto de manchas dispersas cuja economia caracterizava-se pela pequena produção agrícola e criação de gado, e também por ocorrência de economias de subsistência.

Na terceira seção da publicação os autores apontaram para outros tipos de fluxos econômicos, além dos captados pelo IPM, que perpassam as cidades. Foram considerados cinco tipos de fluxos: depósitos bancários; ligações telefônicas; salários pagos pelo governo da Bahia e benefícios pagos pelo INSS; população das sedes municipais; e consumo de energia elétrica. Fundamentou tal escolha a noção de que num estudo sobre o porte e a hierarquia das cidades era preciso investigar como esses fluxos utilizavam-se das

cidades. Apresenta-se, a seguir, as conclusões elaboradas a partir de cada um desses indicadores:

- Depósitos bancários: extraído da base em dados do Banco Central do Brasil para o ano de 1995. Sua análise revelou que 92% do dinheiro em circulação nos bancos estavam concentrados em 25 cidades, entre as quais destacavam-se Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari e Vitória da Conquista;
- Ligações telefônicas: englobou o conjunto de ligações com origem ou destino em cada um dos municípios. Foram fornecidos pela Telecomunicações da Bahia S.A. (Telebahia), em 1996. A avaliação dessas informações possibilitou identificar que 52% das chamadas intermunicipais eram originadas ou partiam de apenas seis cidades: Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista;
- Salários pagos pelo governo da Bahia e benefícios pagos pelo INSS: para o primeiro indicador foi considerado o conjunto de salários pagos aos servidores estaduais baianos em junho de 1997, incluindo todas as unidades da administração direta e indireta, exceto Telebahia, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa); e para o segundo indicador foi considerado o pagamento efetuado em 1996 aos beneficiários. Verificou-se que 51% dos salários pagos estavam concentrados em Salvador. Outros municípios com relativo destaque foram: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Alagoinhas, Juazeiro, Ilhéus e Jequié. Esses, juntos, concentravam 68% dos salários pagos. Quanto aos benefícios pagos, 28% do total estavam em Salvador. Além dele, os cinco municípios mais importantes – Feira de Santana, Vitória da Conquista, Alagoinhas e Itabuna, além da capital – detinham 41% dos benefícios pagos;

- População das sedes dos municípios baianos: consideraram-se os residentes em domicílios particulares e coletivos das sedes municipais, ou seja, das cidades, segundo dados do Censo Demográfico de 1991, do IBGE. Também se verificaram as taxas de crescimento populacional entre 1991 e 1996.

Os dados revelaram que os moradores das cidades baianas representavam 56% do total estadual e que 41% das pessoas viviam na zona rural, constituindo-se em um dos maiores contingentes rurais do Brasil.

Outra interessante informação extraída foi que em 12 centros urbanos residiam 53% dos cidadãos do estado. Somente Salvador representava 31% desse total. Os demais com maior peso eram: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Juazeiro, Camaçari, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Barreiras.

Avaliando-se a taxa de crescimento populacional entre 1991 e 1996 para as 15 regiões econômicas do estado, os dados revelaram que as três que apresentaram maior incremento demográfico foram: Baixo Médio São Francisco (2,6%), Extremo Sul (2,5%) e Sudoeste (1,9%). Fato este que corrobora a análise empreendida quando os autores afirmaram que as regiões mais dinâmicas do estado eram aquelas localizadas nos extremos da Bahia;

- Consumo de energia elétrica: registrou-se o consumo de energia elétrica no setor terciário das cidades baianas. Os dados foram fornecidos pela Coelba, para 1995. A premissa que justificou a utilização dessa informação foi a de que os setores de comércio e serviços eram os maiores usuários desse tipo de energia. Daí que, cidades com um alto consumo estavam associadas à polos econômicos mais dinâmicos.

Destacaram-se nesse quesito: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Lauro de Freitas, Juazeiro, Alagoinhas, Teixeira de Freitas e

Jequié. Isoladamente, a capital representava 45% do total de energia consumida no estado, em 1995. Por outro lado, onze municípios foram responsáveis por 57% do consumo nesse ano.

As análises desses cinco fluxos foram realizadas, indicador por indicador, por dois motivos: dar ênfase aos resultados de cada um deles para cada município e mostrar que há indicadores que podem ser utilizados com maior expressividade na construção de uma hierarquia de cidades baianas.

No quarto capítulo, os autores apresentaram uma proposta de hierarquização das cidades baianas baseada no IPM e nos cinco tipos de fluxos econômicos analisados anteriormente. Eles propuseram uma classificação em três níveis diferenciados de porte.

No *primeiro nível* ficaram classificadas dez cidades que foram consideradas como a rede urbana principal: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras. Elas concentravam 94% das unidades de ensino superior do estado, quase 50% da sua população urbana, 75% dos médicos, 60% dos dentistas e sediavam 90% das emissoras de televisão aberta. Verificou-se a grande disparidade que Salvador representava em relação às outras nove cidades, pois, era responsável, entre outros dados, por 80% dos depósitos bancários e 60% do IPM da Bahia.

Outro fato relevante refere-se à confirmação dos resultados da espacialização da economia baiana decorrente apenas da aplicação do cálculo do IPM. Além da capital, “[...] todas as nove cidades classificadas como as mais importantes do estado estão localizadas nas áreas denominadas de Extremos da Bahia” (p.114).

No Litoral, merece relevo o papel desempenhado por Salvador, Feira de Santana e Camaçari (que integravam a Macrorregião de Salvador); Ilhéus e Itabuna, que funcionavam,

como bipolo urbano; Vitória da Conquista no Sudoeste; Juazeiro e Paulo Afonso no Extremo Norte; e Barreiras no Extremo Oeste.

Diante dos resultados, os autores subdividiram a rede principal em três agrupamentos, ou zonas, distintas:

- Macrorregião de Salvador: classificada como “[...] o estágio superior das relações urbanas no estado da Bahia” (p.120), caracterizava-se por possuir uma rede de alta densidade econômica e que se encontrava num contexto de descentralização dos fluxos para as cidades de Feira de Santana, Camaçari e Alagoinhas;
- Bipolo Ilhéus–Itabuna: duas cidades cujas características individuais apresentavam-se associadas em regime mais de complementaridade que competição devido à infraestrutura e dinâmica econômica peculiar a cada uma delas;
- Vitória da Conquista, Juazeiro, Barreiras e Paulo Afonso: de localização dispersa entre si e sem ser possível classificá-las como uma única rede devido à falta de articulação que permitisse tal configuração, esse conjunto distinguia-se, segundo os autores, por manter relações de dominação com redes de cidades secundárias e terciárias nas quais estavam inseridas.

No *segundo nível* estavam incluídas 18 cidades: Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba. Em contraste com o primeiro nível da rede, era responsável por 4% dos depósitos bancários e 5% da produção do estado. Além disso, contava com apenas 7% dos médicos e 8% dos dentistas.

Esse grupo foi decomposto em dois cujas densidades urbana e econômica também apresentaram diferenciações. Primeiramente, estava o Litoral, com dez cidades: Jequié,

Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Cruz das Almas e Itamaraju. Secundariamente, estavam oito cidades localizadas o Miolo da Bahia: Guanambi, Jacobina, Senhor do Bonfim, Serrinha, Brumado, Irecê, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba.

Em relação a tal diferenciação, os autores destacaram que a dinâmica de grande maioria das cidades do Litoral foi reflexo da necessidade da produção econômica expandir os mercados do Centro-Sul para o Nordeste, o que se deu predominantemente via implantação de rodovias. Aquelas destacadas do Miolo da Bahia ampliaram seu papel em consequência de outros fatores: a interiorização da economia agrícola do estado e, em menor escala, a articulação dos fluxos econômicos dos extremos da Bahia com Salvador.

Por fim, o *terceiro nível* agrupava as demais 387 cidades baianas, as que tinham menor significado para a configuração de rede urbana baiana. Elas estavam distribuídas de forma dispersa no território ou conformavam manchas de baixa densidade econômica. Outro aspecto que as caracterizava era que a ligação necessária àquelas que compunham as redes primária e secundária.

É importante registrar um pressuposto que os autores empregaram nesse capítulo. Uma análise das cidades da Bahia não poderia resumir-se à avaliação do seu porte exclusivamente. Teria que ser realizada considerando seu papel e porte numa escala regional, bem como, conforme o objetivo do estudo, em âmbito estadual e nacional e, talvez, até internacional. “As cidades não encontram uma explicação em si mesmas e sim em associação com uma rede de outras cidades” (p.115).

Igualmente, devem-se registrar algumas das conclusões expostas nessa parte do livro:

- Mesmo que alguns municípios apresentassem uma produção de valor considerável, a proximidade com uma cidade de grande porte urbano

atraia os fluxos econômicos e de pessoas para si. Tal fenômeno aumentaria sua importância regional ou mesmo estadual de tal centro urbano em detrimento da cidade que era a sede do município produtor da riqueza;

- Quando a concentração de fluxos econômicos assumisse uma grande dimensão em relação à infraestrutura existente em um dado centro urbano, ele entraria em saturação. Tal processo foi um dos vetores responsáveis pela desconcentração espacial de muitas atividades econômicas o que resultou na criação de novos subcentros;
- O que explicaria o processo de formação de bipolos urbanos seria a associação entre a intensidade dos fluxos econômicos regionais e os custos de circulação. Em síntese, quanto maior o porte urbano, ou seja, a infraestrutura disponível, menor seria a distância entre duas cidades;
- Afirmou-se a existência da relação entre densidade econômica e densidade da rede urbana correlata.

A quinta e última seção foi dedicada às considerações finais. Tendo em vista que as redes urbanas estaduais apresentaram-se com papel e porte bastante diferenciados no território, atribuiu-se ao processo de produção e circulação a explicação para tal quadro. Entre outras assertivas, os atores propuseram que não é a escala do mercado de consumo a responsável pela redução dos custos de circulação e, na sequência, dos preços. Mesmo relativizando a escala dos equipamentos e a do mercado, seria a presença de equipamentos de comercialização de maior porte em um dado espaço o principal fator para a redução final dos preços.

Concluíram que uma cidade que conseguisse captar mais investimentos em infraestrutura – especialmente para a comercialização de mercadorias e serviços – tornar-se-ia mais competitiva e atrairia mais unidades de produção. Com mais unidades de produção

instaladas e com uma massa salarial maior em circulação, passaria a concentrar uma parcela mais ampla de fluxos econômicos.

Com tal perspectiva, e considerando a globalização, os autores colocaram que as cidades baianas deveriam gerar novos valores para elevar seu patamar de consumo, de comercialização de mercadorias e de serviços para, conseqüentemente, captar novos fluxos econômicos externos.

Em relação ao conjunto da rede de cidades principal, apresentava maior intensidade nos setores da indústria, agroindústria e turismo, três dos segmentos nos quais os movimentos econômicos circulam em escala global, e que, por isso mesmo, demandam as melhores condições físico-locacionais. Não por acaso, Salvador absorveu e concentrou, historicamente, grande parte dos fluxos externos no estado.

A ideia que norteou essas avaliações foi a de que os centros urbanos mundiais terminam por impor uma hierarquia e controle sobre a espacialização de algumas atividades econômicas, inclusive na Bahia, haja vista que os investimentos públicos e privados costumam ser direcionados para áreas já com maior dinamismo. Esse caráter espacialmente seletivo, e por que não dizer segregador, continua influenciando diretamente os papéis das cidades baianas e, também, sua configuração interna.

Dentro do paradigma considerado para o estudo, para construir um cenário de tendências para a realidade estadual, analisou-se o conjunto de investimentos então previstos (i) para o setor industrial entre 1997 e 2004; (ii) para o setor turístico, entre 1996 e 2004; e (iii) para os setores de comércio e serviços entre 1995 e 2000.

O resultado revelou um quadro de concentração espacial que reforça o panorama anteriormente traçado: maior dinamismo no Litoral e nos extremos do estado. Ou seja,

na previsão de investimentos privilegio-se os municípios da Macrorregião de Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Barreiras e Juazeiro. Ao mesmo tempo, inexistiam previsões para as áreas consideradas mais tradicionais, localizadas, predominantemente, na denominada região do miolo.

O perfil desses investimentos apontou, ainda, para a consolidação e expansão dos setores da indústria de transformação, da agroindústria, da agricultura de porte moderno e do turismo, assim como, indicou o surgimento da indústria de bens finais para os setores automobilístico, de alimentos, de bebidas e de calçados.

Concluiu-se o estudo afirmando-se que na Bahia existia uma acentuada tendência de expansão e, ao mesmo tempo, de concentração espacial de unidades de produção de porte moderno em relação às unidades produtivas tradicionais. Observou-se que elas estão mais articuladas aos centros decisórios localizados em cidades mundializadas do que em relação à cidade – ou à rede de

cidades baianas – na qual estava inserida regionalmente.

No que pese qualquer tipo de crítica a *Cidades da Bahia*, a metodologia empregada, os dados levantados e as análises efetuadas a tornam uma obra válida e que contribui para a identificação e classificação da rede urbana baiana, dos processos econômicos que a animaram e para o estabelecimento de tendências de alteração ou permanência na configuração da rede. Acrescente-se que seu estudo ajuda enriquecer o referencial teórico sobre o tema e amplia o conhecimento sobre a Bahia, podendo inspirar a realização, ou aperfeiçoamento, de outras pesquisas com a mesma finalidade.

Acredita-se que a principal limitação do estudo foi tentar compreender a diferenciação das cidades e das redes que elas formam a partir, principalmente, da lógica produtivista. Apesar de importante, uma investigação mais ampla e profunda sobre porte, função e dinâmica das cidades deveriam incorporar variáveis e processos políticos, sociais e ambientais.

*Desenvolvimento e Território na Bahia*, publicado em 2003 pela SEI, resultou das pesquisas que o autor, Edgard Porto, desenvolveu durante o Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional da Universidade de Barcelona em convênio com a Universidade Salvador (Unifacs). Com o objetivo de contribuir para a compreensão de como as atividades econômicas reatam no território do estado da Bahia, organizou seu trabalho em quatro partes principais.

Vale registrar que a publicação não pode ser caracterizada como um livro, no qual se desenvolve o tema proposto, mas como uma coletânea de textos de um mesmo autor, elaborados em separado, que abordaram algumas das dimensões do espaço baiano.

Na primeira parte, *Rede principal de cidades da Bahia*, analisou-se o processo de formação e a evolução dessa rede, algo que o autor, junto com outros pesquisadores, já havia discutido na publicação *Cidades da Bahia* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997)<sup>22</sup>, e que costuma denominar como o chassi urbano da sociedade baiana. Na publicação acima mencionada trabalhou-se com dois objetivos específicos, tendo como pano de fundo o porte e o papel desempenhado por cada cidade: (i) identificar e classificar as principais cidades do estado com base na aplicação de um conjunto de indicadores escolhidos pela equipe; e (ii) propor uma hierarquização em rede dos 28 municípios

que concentravam os maiores fluxos econômicos na Bahia.

Já em *Desenvolvimento e Território*, em sua seção inicial, pretendeu-se formatar e apresentar um projeto pelo qual aquela rede de cidades fosse alvo de intervenções com vistas a melhorar o desempenho de suas funções específicas. Melhor dizendo, propôs investimentos a serem feitos pelo governo estadual para seus 28 municípios mais importantes, como meio de fomentar seu desenvolvimento, a partir do reconhecimento das potencialidades locais.

Nessa publicação, o autor reafirmou a idéia postas em seu trabalho anterior: as maiores perspectivas de crescimento estavam nas áreas localizadas nos extremos da Bahia. Também, reiterou que, na então dinâmica estadual, eram as cidades que davam suporte ao desenvolvimento nesses pontos do território, e que nelas tenderiam a ser concentrados os maiores fluxos sociais e econômicos da Bahia.

Seguindo o receituário proposto pelos teóricos da administração estratégica, Porto colocou que as ações dos governos deveriam incidir sobre as características locais – sempre observando as limitações e possibilidades de cada cidade –, de modo resultar em oportunidades de desenvolvimento de novas tecnologias e em mecanismos capazes de criar ambientes propícios ao fomento da produção, a circulação e a maior articulação da rede principal de cidades. Conforme essa visão, compete ao governo estadual colaborar para que cada

---

22 Ver resumo desse trabalho nesta publicação.

centro urbano da rede principal desempenhe suas funções de forma mais consistente, com vistas a viabilizar uma estratégia mais ampla de desenvolvimento.

Trabalhando com a lógica da especialização produtiva, o autor identificou cinco aglomerações urbanas que seriam estratégicas para a Bahia:

- Salvador-Metrópole: constituída de uma área urbana contínua, dentro da chamada Macrorregião de Salvador<sup>23</sup>. Seus municípios, Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz e Itaparica, apresentavam funções similares como centro de comércio, serviços e de habitação. A função estratégica dessa aglomeração seria a articulação dos principais fluxos sociais e econômicos do estado; a concentração de atividades estratégicas como escoamento da produção de grãos do oeste baiano, de automóveis produzidos na em Camaçari, e de outras produções localizadas em pontos dispersos do interior da Bahia. Além disso, funcionaria como espaço das suas principais manifestações artísticas e culturais;
- Cidades comerciais de porte interestadual: grupo formado pela interseção entre os fluxos sociais e econômicos locais com os de passagem pelo estado. Era composto por: Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itabuna e Santo Antônio de Jesus, localizados ao longo da BR-101; Vitória da Conquista, Jequié e Feira de Santana, pelos quais passa a BR-116; Barreiras, na BR-242; e Juazeiro, na BR-407. A função estratégica desse tipo de cidades relaciona-se à fixação de fluxos de passageiros e à disseminação dos seus resultados para o interior do território baiano. Por isso mesmo, os investimentos a serem feitos nela deveriam contemplar equipamentos de apoio de abrangência regional, notadamente na área de serviços, comércio, educação e saúde;

- Cidades comerciais de abrangência local: aquelas cujas áreas urbanas faziam a atração e irradiação dos fluxos comerciais formados a partir das transações entre as mercadorias produzidas em outras regiões e consumidas em tais áreas ou em localidades sob seu raio de influência. Com essas características havia: Itapetinga, Irecê, Jacobina, Serrinha, Senhor do Bonfim, Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas, Itaberaba e Itamaraju. Para otimizar sua função estratégica, a de centralização de fluxos econômicos e sociais de cidades vizinhas de menor porte, esses centros urbanos deveriam passar por uma qualificação que os permitisse oferecer equipamentos comerciais, de serviços, educacionais, de saúde e institucionais, ou políticas urbanas com raio de abrangência apenas regional;
- Cidades especiais: consolidadas com base em uma plataforma de produção específica, de um grande investimento em infraestrutura, ou de um evento institucional. Foram assim classificadas Camaçari, Alagoinhas, Santo Amaro e Paulo Afonso. Dessas, em relação às duas primeiras observou-se que a sua base de sustentação socioeconômica era de cunho eminentemente industrial. Santo Amaro foi incluída nesse conjunto, sem maiores explicações, por estar no limiar de uma região assim considerada. Paulo Afonso, integrou-o por ter sido formada e funcionar hegemonicamente como área de apoio à geração de energia elétrica para toda o Nordeste do país, tendo sido classificada como uma cidade institucional. A estratégia para essas cidades deveria estar de acordo com as demandas e as possibilidades de crescimento das atividades que lhes eram características;
- Cidades do turismo: refere-se a Porto Seguro, Valença e Ilhéus que se tornaram centro dos fluxos turísticos nacionais e internacionais e que se reordenaram para oferecer equipamentos adequados a essa função.

---

23 Ver resumo de *Cidades da Bahia*.

Pela lógica do autor, num cenário de competitividade internacional, a estratégia para as cidades do turismo deveria priorizar os investimentos em, fundamentalmente, atividades e equipamentos de apoio à esse setor.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o autor enumerou as seguintes ações estratégicas:

- Reforçar as áreas ou setores de áreas urbanas que tenham significado estratégico para o desenvolvimento estadual;
- Estimular os agentes locais a pensar e a agir estrategicamente, a fim de encontrar novos caminhos para a expansão de suas atividades econômicas, sociais e institucionais, com repercussão no desenvolvimento local e regional;
- Indicar parâmetros para que o governo estadual possa selecionar conjuntos de cidades que tenham as mesmas características e papéis, possibilitando a aplicação de instrumentos por blocos;
- Identificar quais os setores de atividades que constituem eventos estratégicos para o desenvolvimento estadual e o das cidades e regiões.

Adicionalmente, formulou cinco políticas que seriam responsáveis pelo desempenho geral do projeto:

- Priorizar investimentos que viabilizassem a estratégia de desenvolvimento estadual para, em segundo plano, privilegiar aqueles que estimulassem o melhor desempenho das cidades;
- Priorizar recursos para a rede urbana principal, definindo o percentual no orçamento estadual para investimento nas 28 cidades mais importantes da Bahia. Haveria possibilidade de recebimento de valores adicionais desde que os agentes locais mostrassem capacidade de mobilização política e de formulação de um plano de desenvolvimento;
- Atuar nas áreas de educação e de saúde como pressupostos básicos para o desenvolvimento humano;

- Dar prioridade às atividades econômicas que representassem o eixo básico de desenvolvimento macrorregional concentrado em determinadas localidades;
- Intervir em elementos de infraestrutura capazes de articular cidades com maiores fluxos intermunicipais, de caráter macrorregional.

Sempre pensando estrategicamente, o pressuposto utilizado na proposição de tais ações e políticas foi o de que se os recursos fossem direcionados para as maiores cidades baianas, haveria impactos positivos sobre os setores estruturantes da economia estadual, inclusive reforçando ou atraindo investimentos privados.

Em relação aos resultados esperados, algo que está totalmente de acordo com a necessária discussão sobre a avaliação das políticas públicas no Brasil, Porto logo argumentou sobre o problema que era, e ainda continua sendo, encontrar indicadores adequados para as avaliações quantitativas e qualitativas específicas. Pensando nessa questão, assinalou que, entre outras características, tais indicadores deveriam:

- Ter capacidade de espelhar o grau de desenvolvimento local, entendido em termos sociais e econômicos;
- Ter periodicidade compatível com o processo de monitoramento;
- Ser metodologicamente confiável;
- Apresentar estabilidade institucional para sustentar ao longo do tempo o projeto e permitir comparações em série históricas.

Dessa forma, foi sugerida, a aplicação de um conjunto de indicadores utilizados pela SEI para cada município da Bahia, a saber: o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico (IGDS), esse último calculado com base na média geométrica do IDE e do IDS. Adicionalmente, esclareceu-se que o cálculo do IDE envolve informações sobre:

(i) infraestrutura disponível aos habitantes, como telefone, estabelecimentos comerciais e de serviços, estabelecimentos bancários, e consumo de energia elétrica; (ii) da mão de obra local e da renda gerada localmente (resultado da distribuição do PIB baiano pelo número total de municípios). Já o IDS considera dados sobre: (i) os níveis de saúde dos habitantes: doenças de notificação compulsória redutíveis por saneamento básico e por imunização, participação relativa dos óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidas no número total de óbitos; (ii) educação: relação total de matrículas pelo total da população; (iii) serviços básicos: consumo de energia elétrica e de água; e (iv) renda média dos chefes de família.

Além de tais indicadores — IDS, IDE e IGDS —, indicou-se a necessidade de utilizar o PIB municipal. A este se atribuiu a responsabilidade de expressar o desempenho da produção local e permitir o reconhecimento do processo de desenvolvimento provocado pelas intervenções públicas e investimentos privados.

No entanto, há de se registrar que incremento do PIB municipal não pode ser confundido com maior desenvolvimento. No entanto, observou que o crescimento do PIB deve ser considerado como um parâmetro para análises econômicas e conjunturais. A discussão sobre e avaliação do desenvolvimento é uma questão muito mais complexa, mensurá-la demanda a análise de indicadores multisetoriais.

Para finalizar essa primeira parte, Porto estabeleceu metas, avaliadas de acordo com os indicadores relacionados, a serem alcançadas até 2007:

- Todos os 28 municípios do projeto deveriam estar, à luz dos indicadores acima, entre os primeiros do estado da Bahia;
- Todos os 28 municípios deveriam apresentar um equilíbrio no desempenho do IDS, IDE e PIB;

- Os municípios objeto do projeto deveriam ocupar os primeiros 28 lugares na classificação geral dos indicadores sociais – IDS.

Na segunda parte da publicação, *Do Nordeste aos caminhos do Sudeste Brasileiro*, apresentaram-se comentários críticos a respeito das estratégias nacionais de desenvolvimento, como as propostas pela Sudene e no documento Eixos de Desenvolvimento contidos no Programa Brasil em Ação do governo federal. Fazendo uma avaliação mais ampla desses trabalhos, o autor afirmou que esses planos continham indicações que resultariam na concentração de investimentos em determinados e poucos espaços do Nordeste, em geral, e da Bahia, em particular.

Para aprofundar sua crítica, elaborou-se uma análise da história recente do Nordeste considerando três curtos períodos: da década de 1970 até 1985, entre 1985 e o início da década de 1990 e da última década até o ano em que *Desenvolvimento e Território* foi escrito.

No primeiro desses períodos, o Estado caracterizava-se por ser forte, por promover a descentralização subsidiada de capitais dentro do país e por investir em infraestrutura concentrada. Nessa época, a Sudene foi responsável pela descentralização da indústria, trazendo unidades do Sudeste e Sul para o Nordeste. Já no segundo, a marca foi o descarte daquele modelo, no qual a industrialização era subsidiada pelo Estado. Tal fato gerou um processo de reconcentração de estruturas produtivas no Sudeste e de estagnação da descentralização de capitais.

No terceiro período, ou seja, a partir dos anos de 1990, a globalização dos fluxos econômicos e sociais assumiu uma dimensão tal que alterou a dinâmica de ocupação das cidades. Se antes seu relacionamento era mais significativo com as regiões imediatas e isso se refletia com força na sua configuração territorial, com a globalização, sobretudo no Nordeste, os núcleos urbanos começaram a

experimentar uma influência indireta, oriunda de localidades situadas em múltiplas escalas: da sua região, de outros estados brasileiros, e, o que é mais complexo, de cidades e regiões localizadas em outros países.

No que pese os distintos movimentos desses dois períodos, de indução estatal para a industrialização e da competição globalizada, na publicação chamou-se a atenção para os poucos avanços no que diz respeito à formação de uma rede de cidades de grande porte no Nordeste – conclusão extraída da avaliação da distribuição do PIB dos municípios nordestinos para os anos de 1970, 1985 e 1996 e dos dados populacionais de 1991 e 2000. Uma avaliação dos efeitos espaciais verificados nesse intervalo de tempo indica que as políticas de desenvolvimento implicaram alterações muito pontuais, restritas, sobretudo, a algumas capitais e cidades litorâneas.

No caso da Bahia, foi destacado o adensamento populacional e econômico dos municípios de Salvador e dos próximos a ele; de Ilhéus e Itabuna; de Vitória da Conquista; de Jequié; de Juazeiro; e Barreiras. De modo geral, concluiu o autor, o processo de industrialização nesse estado foi localizado predominantemente no litoral, ao passo que a expansão da agricultura moderna foi direcionada ao oeste e norte do seu território.

Acrescentou que, não por acaso, as manchas de produção e de população estariam associadas diretamente aos principais elementos de infraestrutura rodoviária e à rede principal de cidades, situação já mencionada na pesquisa de 1997. E que a análise dos investimentos industriais realizados no estado até 2003 apontava para a persistência dessa tendência. De fato, a observação do panorama atual, revela que essas manchas permanecem na região litorânea e nos extremos da Bahia.

Ao longo do texto, encontraram-se várias reflexões acerca de como a globalização

constituiu-se num grande agente modificador do porte e da função das cidades, inclusive das baianas, o que foi entendido como consequência das alterações nos fluxos internacionais de mercadorias, capitais e pessoas. Tal fenômeno, para Porto, refletiu-se em demandas por mais e melhores equipamentos de comercialização, de serviços e infraestruturas. Determinou, assim, um ordenamento territorial muito diferenciado, mas, também marcado pela concentração e pelo contraste entre territórios ou equipamentos com alto grau de escala de realização e competitivos, devido aos seus baixos custos operacionais, com outros onde prevaleciam estruturas obsoletas, tendentes à desqualificação.

Os processos de mundialização, portanto, teriam contribuído para que permanecesse a tendência geral de concentração de produção e de circulação de mercadorias, pessoas e capitais. Novamente, o caso do território baiano é emblemático desse processo.

Ainda para avaliar os eventos associados à globalização, Porto levantou uma discussão sobre o papel do Estado nesse contexto, haja vista que ele passou da condição de indutor à de regulador do desenvolvimento.

Considerando os resultados efetivamente obtidos pelas políticas públicas direcionadas ao Nordeste, o autor afirmou que não seria mais viável o Estado tratá-lo como uma economia regional institucionalizada. Defendeu ações estatais pontuais e estratégicas, que, assim sendo, mais facilmente acompanhariam a nova configuração territorial, resultante da atual tendência das mercadorias e pessoas circularem por caminhos estratégicos. Isso conduziu à criação de redes articulada por pontos que em nada lembrava figuras geométricas regulares como normalmente o Estado estava acostumado a agir sobre o território.

Na terceira parte de *Desenvolvimento e Território*, intitulada *Bahia: meio ambiente*

e *desenvolvimento*, há uma reflexão sobre condicionantes históricos e ambientais relacionados a atividades humanas praticadas no território baiano. Para realizá-la, apresentaram-se dados e informações que problematizaram o grau de comprometimento ambiental determinado pelas atividades sociais e econômicas, especialmente as produtivas.

Para o autor, a intensidade do desenvolvimento humano poderia ser reconhecida por aspectos como a extensão territorial da ocupação, os tipos do uso do solo e a capacidade das atividades instaladas para gerar riqueza. Com essa perspectiva, pareceu reduzir a questão do desenvolvimento a apenas uma preocupação de elaborar uma relação de custo-benefício entre o que ele mesmo denominou de comprometimento territorial com as atividades econômicas e o PIB alcançado em um dado município, região ou unidade federativa.

Ainda que a abordagem escolhida tenha sido rotulada pelo próprio autor como genérica, visto que não foi possível chegar a indicadores capazes de quantificar o grau de sensibilidade dos ecossistemas da Bahia e o de agressões sofridas, Porto produziu interessantes resultados.

O ponto de partida para sua investigação foi a análise da diminuição da cobertura vegetal do estado *versus* o avanço cumulativo da ação antrópica ao longo dos diversos ciclos econômicos da Bahia – pau-brasil, cana-de-açúcar, tabaco, expansão das áreas de pastagens e a pecuária extensiva, cacau, sisal, café e o algodão, num primeiro momento; a mineração, num segundo momento; e a atividade industrial mais recentemente. Para identificar o comprometimento territorial de cada tipo de atividade humana e avaliar seus possíveis impactos ambientais, adotou-se a seguinte classificação utilizada pelo IBGE: (i) Agropecuária: lavouras, extração vegetal, silvicultura e produção animal; (ii) Indústria:

extração mineral, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública; (iii) Comércio/Serviços: transporte, comunicação, instituições financeiras etc.

Considerando o ano de 1996, calculou que cerca de 53% do território baiano estaria comprometido com atividades humanas. Nessa operação, entrou o quantitativo referente às áreas urbanas e industriais presentes no estado. Do percentual acima mencionado, a agropecuária representava 99,3%, enquanto as áreas urbanas e industriais significavam 0,7%. Observando cada segmento integrante da atividade agropecuária, teve-se que a pecuária estava em cerca de 30% do estado; a lavoura temporária, em pouco mais de 9%; a produção mista, em 6%; e a lavoura permanente em pouco mais de 5%. Já as cidades e áreas industriais apresentaram uma ocupação de 0,36% do total.

Com base nesses dados, o autor apontou para a relatividade do comprometimento dos recursos naturais baianos, que foi crescente ao longo do tempo e mais acentuado a partir da segunda metade do século XX, frente aos resultados econômicos efetivamente obtidos. Avaliando a produção pelo PIB, verificou que, em 1996, a Bahia detinha apenas 4,1% do PIB brasileiro, contra 3,8%, em 1970.

Segundo a premissa de que os lugares que concentram diferentes níveis de fluxos econômicos apresentam distintos graus de comprometimento territorial em função dos tipos de atividades instaladas, Porto fez os mesmos cálculos para o conjunto dos 32 municípios que mais participavam da geração de riqueza no estado, os mesmos identificados na publicação *Cidades de Bahia*, de 1997.

Os resultados apresentados para esses municípios mostraram que, não obstante eles significarem 10,2% dos do estado, concentravam mais de 43% da população e eram responsáveis por 72% da riqueza produzida. No entanto, suas atividades se distribuíam por

apenas 5,6% do território baiano. Tal quadro decorria de suas especificidades. Neles, as cidades representavam 3,2% do comprometimento territorial, enquanto a pecuária tinha uma presença relativamente pequena. Essa proporção, observe-se, era quase dez vezes maior que a registrada para a Bahia como um todo.

Isto posto, apresentaram-se algumas especulações:

- Quanto mais elevada fosse a produção municipal, maior seria a concentração populacional, mais intenso o papel das cidades e relativamente menor seria o uso territorial das atividades humanas. Ou seja, as cidades seriam espaços mais eficientes do ponto de vista da produção de riqueza;
- Em tese, as atividades mais extensivas territorialmente – como a agropecuária – seriam potencialmente mais prejudiciais à biodiversidade, visto os desmatamentos por elas ocasionados. Além disso, teriam um desempenho econômico relativamente baixo se comparado com as atividades urbanas;
- Haja vista que a maior parte da Bahia era ocupada por atividades e empreendimentos com baixa intensidade em capitais e que demandavam vastas áreas, haveria uma tendência de que a grande maioria do seu território ficasse comprometida com atividades humanas com alto grau de degradação ambiental.

Ainda que se identifique o pragmatismo econômico das análises, o autor acertou ao formular essas especulações. Se as cidades, inclusive suas periferias industriais, podem ser consideradas espaços mais eficientes, nelas há um alto grau de possibilidade de degradação ambiental devido à intensa concentração de variados agentes poluidores. Por outro lado, ressaltou que as atividades agropecuárias, responsáveis por 44% dos empregos na Bahia o que lhe conferia alta relevância social, poderiam provocar perda de cober-

tura vegetal, eliminação gradativa da biodiversidade, degradação dos solos, processos erosivos, alteração no regime hídrico, envenenamento de rios e lagoas, entre outros efeitos nocivos.

Essa parte da publicação foi encerrada com a proposição de uma discussão baseada em uma série de questionamentos: seria melhor para o meio ambiente da Bahia que a ocupação do território e a produção econômica fossem fomentadas de forma espacialmente concentradas? Seria possível alterar o perfil das atividades humanas já instaladas ou utilizar outras tecnologias menos impactantes ambientalmente? Se isso fosse verdade, como esta estratégia garantiria uma melhor distribuição da riqueza social e espacialmente falando?

Na quarta e última parte da publicação, *Região de Salvador: uma visão estratégica*, construiu-se uma abordagem crítica e alinhavam-se proposições de políticas, projetos e ações para essa região, em torno de temas estratégicos, que pudessem ser pensadas e implementadas de forma articulada.

Para isso, inicialmente, Salvador foi analisada tendo em vista suas principais experiências de planejamento territorial e urbano. Além do próprio Regimento vindo da Coroa Portuguesa, responsável pela instalação e fundação da capital baiana em 1549, o autor elegeu como marcos do planejamento territorial de Salvador mais seis momentos:

- Elaboração do Plano de Fortificação da Capital do Brasil, em 1710, pelo especialista em arquitetura militar, Jean Massé;
- Elaboração, nos anos de 1780, de um plano dedicado à pavimentação de ruas, adequação de alinhamentos, recuos, jardins e a retirada das rótulas pelo engenheiro Manuel Teixeira;
- Os planos da segunda metade do século XIX e início do século XX, provocados pela demanda de uma nova infraestrutura urbana para a cidade;

- A Semana de Urbanismo, ocorrida nos anos de 1930, na qual se ressaltava a importância da implantação de modelos de infraestrutura viária como os das grandes cidades europeias e americanas em Salvador;
- O Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador (EPUCS), criado nos anos de 1940, com a perspectiva de elaborar um plano de desenvolvimento urbano para a cidade. Esse plano foi considerado por Porto, e por muitos outros especialistas, como a maior experiência de planejamento para Salvador;
- O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Plandurb), que foi lançado em 1976, como reflexo do processo de industrialização ocorrido entre os anos de 1960 e 1970.

Após essa revisão histórica do planejamento de viés territorial, promovido pelo Estado e marcado por todo um ordenamento jurídico, do qual a cidade de Salvador e sua região não são casos isolados, discorreu-se sobre como o processo de globalização demandou novos formatos de planejamento. Por conta disso, defende-se, como prática dos governos, o planejamento estratégico de cidades como o modelo mais adequado para o atual contexto. Implementado inicialmente, em São Francisco, nos Estados Unidos, em 1981, esse método de planejamento logo foi aplicado a diversas cidades em quase todo o mundo.

Segundo o autor, um plano de caráter estratégico tem como vantagens:

- Maior capacidade de assimilação de nuances da realidade caracterizada pela globalização;
- Maior flexibilidade temporal nas definições e possibilidade de uma abordagem integral dos problemas;
- Elevada eficácia na identificação das ações mais necessárias e rapidez na realização dessas ações;

- Ser essencialmente voltado para buscar a convergência dos interesses dos agentes públicos e privados de com uma dada territorialidade (cidade, região, estado);
- Apresentar possibilidade de absorver contradições de diversos atores sociais, suas proposições capacidade política;
- Os objetivos das ações não “engessam” a realidade com normas ou legislações;
- Possuir custos passíveis de serem diluídos pela quantidade de entidades envolvidas no processo de elaboração.

Além disso, relacionou diversos motivos pelos quais deveriam ter sido elaboradas ações de cunho estratégico para Salvador e região. Elas foram agrupadas em seis categorias:

- Desarticulação das ações: desde 1983 não teriam sido produzidos planos ou políticas consistentes e articulados para que a região de Salvador se tornasse competitiva no plano nacional e internacional. Os últimos esforços realizados foram os Planos Metropolitanos de Desenvolvimento no início da década de 1980.

Nesse momento, o Estado tinha sinais de arrefecimento na política de implantação de polos e distritos industriais, sobretudo pela falta de recursos financeiros. Então, tendo em vista os reflexos desse evento para a região de Salvador, criticou-se a inexistência de ações para o reconhecimento ou acompanhamento dos fatos que se sucediam e apontavam para a mundialização dos fluxos sociais e econômicos.

Para Porto, seguindo a linha de pensamento estratégico, existiam subespaços nessa região que demandavam políticas próprias de desenvolvimento devido às suas características especiais, tais como: homogeneidade de funções, tipo de produção e intensidade de uso e da ocupação do solo, disponibilidade de infraestrutura e áreas em conurbação. Esses subespaços, se analisados num plano estratégico, teriam suas funções

identificadas, discutidas e potencializadas, de forma que essa abordagem os levasse a desempenhar um papel estruturante para a região;

- Convergência de fluxos: destacou-se que a região de Salvador possuía uma densidade de infraestrutura que dava suporte a todo o estado e, inclusive, a alguns com os quais tem limites. Contava com equipamentos como portos, aeroportos, agências do sistema financeiro, instalações industriais e de serviços, *shoppings centers* etc. Também possuía equipamentos de suporte para atividades socio-culturais a exemplo de sistemas de rádio, televisão, jornais, escolas qualificadas de curso superior, hospitais para procedimentos de alta complexidade, teatros, cinemas etc.

Nesse sentido, essa região funcionava como polo de atração para fluxos econômicos oriundos do escoamento da produção agrícola do oeste baiano e de Juazeiro/Petrolina. Por sua vez, essas áreas recebiam produtos fabricados nos polos industriais, o que resultava em trocas comerciais e potencializava a instalação e uso dos equipamentos portuários e de transportes.

O autor destacou que, por falta de estudos ou projetos mais amplos, não se tinha uma compreensão mais apurada dos impactos da crescente convergência da produção sobre a área urbana de Salvador. Da mesma forma, não havia clareza com relação às consequências das migrações de atividades no que se refere à pressão na infraestrutura disponível;

- Baixa integração produtiva: considerando os principais setores econômicos, na região de Salvador predominavam atividades vinculadas à indústria de transformação, ao turismo e existia uma tendência de desenvolvimento de projetos de equipamentos de abrangência internacional (nos moldes de outras cidades que implementaram o planejamento estratégico). No entanto, além de apresentar, em relação a tais setores,

atividades pouco diversificadas, elas eram, conforme Porto, limitadas.

Destacou-se que, desde o projeto dos polos industriais dos anos de 1960 e 1970, todos os documentos governamentais realçaram a necessidade de diversificar o setor industrial voltado à produção de bens finais. Esse objetivo começou a ser concretizado com a atração de fábricas de calçados e a da Ford, a partir de meados dos anos de 1990. No entanto, a despeito dos grandes investimentos realizados pelo governo estadual em infraestrutura e a política de incentivos/renúncia fiscal, entendeu-se que a produção desse tipo de bens ainda não avançou o suficiente.

Em relação ao setor turístico, mesmo com o enorme potencial da região, verificava problemas em relação à demanda e ao seu atendimento. Além da desvantagem da localização geográfica (afastada dos grandes centros emissores de turistas), Porto apontou a falta de infraestrutura adequada em termos de serviços, a insegurança, e a carência de investimentos direcionados a alguns vetores do *trade*. Além disso, tendo em conta uma perspectiva estratégica macrorregional, identificou uma desarticulação das ações;

- Baixa competitividade internacional: no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, a competitividade entre empresas ficou bastante acirrada. Por isso, as unidades de produção industrial migraram para municípios e regiões (mesmo periféricas) onde pudessem operar a custos mais baixos, desde que nelas existissem algumas vantagens locais, tais como ambiente político-social estável, quantidade e qualidade de força de trabalho disponível e logística de transporte.

Nessa perspectiva, considerou-se que a Bahia possuía uma baixa competitividade internacional devido à grande distância entre seus principais espaços de produção e os grandes mercados consumidores. Esse problema era potencializado pela falta de uma política de

logística de transportes que privilegiasse o modelo multimodal, haja vista o encarecimento da produção baiana escoada pelo transporte rodoviário.

Não por acaso, dados da evolução do PIB por estado da Federação apontaram que, entre 1985 e 1996, cresceu a participação das Regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto caiu a dos estados nordestinos. Já no Sul e Sudeste, o PIB não variou significativamente;

- Segregação e formação de pessoal: a segregação socioespacial na região de Salvador podia ser identificada pelas manchas distintas de tipos de habitações e de atividades econômicas, bem como no que se refere à existência e qualidade dos equipamentos de infraestrutura.

A existência dessas diferenças espaciais relacionava-se ao fato de que, mesmo que os municípios da região de Salvador apresentassem altas taxas de produção de riqueza econômica, registravam baixos resultados no que se refere a indicadores sociais. Esse desempenho socioeconômico foi entendido como causa e consequência de uma baixa qualificação da mão de obra local. Tal quadro manifestava-se pela existência de um grande contingente de desempregados ou subempregados, assim como pela falta de oportunidades de trabalho. Identificou-se, portanto, a tendência ao crescimento da marginalização, um problema grave a ser abordado por um planejamento estratégico;

- Desqualificação de infraestrutura: chamou-se a atenção para o fato de que a região de Salvador apresentava baixa oferta de infraestrutura de habitabilidade para a maioria de seus municípios. Tal situação prejudicaria o desempenho econômico regional, afetando negativamente tanto a produção de bens e serviços, como a promoção de saúde e o bem-estar da população.

No bojo desses problemas estava uma fragmentação da governabilidade, de respon-

sabilidades e de planejamento e controle das ações entre as prefeituras que integravam a região. Por isso, Porto lançou a proposta de uma ação consorciada, pública e privada, que convergisse em torno da implantação e da qualificação dos sistemas de transportes, de energia elétrica e de água, entre outros, para área em estudo.

Note-se que o processo de privatização dos serviços públicos de telefonia, energia, gás e transportes, a partir dos anos de 1990, contribuiu para a fragmentação institucional e técnica das ações dos governos locais na gestão desses serviços, haja vista que, efetivamente, essa gestão passou para empresas privadas.

Com base em todas as vantagens e limitações do planejamento estratégico – verificadas em diversas experiências nacionais e internacionais – e em todos os condicionantes do desempenho econômico e social, o autor apresentou as linhas mestras da sua proposta estratégica para a região de Salvador. Foram elas:

- Trabalhar com métodos que permitissem identificar os fluxos sociais e econômicos numa escala global e seus resultados sobre a realidade;
- Discutir e procurar convergir nos aspectos possíveis trabalhando sempre numa escala internacional, de modo a possibilitar o alcance estágios superiores de desenvolvimento;
- Definir a instituição capaz de assumir o papel de indutor inicial do processo, os subespaços objeto das iniciativas, as possíveis entidades participantes e os passos mais importantes a serem dados. Porto indicou a então Seplantec, hoje Secretaria do Planejamento (Seplan), para capitanear essa proposta;
- Consultar as instituições mais importantes para construir uma pauta comum antes de apresentar um plano mais elaborado ao público em geral;

- Criar uma Comissão Executiva capaz de organizar e conduzir o processo de discussão. Tal comissão seria formada por um conjunto de entidades e dividida em câmaras temáticas que teria como função discutir os pontos críticos, articulando-os em torno de questões intersetoriais e espaciais correlatas. Para cada comissão haveria um grupo de suporte técnico;
- O final do processo de planejamento resultaria num conjunto de projetos estratégicos abrangendo justificativas, conteúdo básico, os meios de consecução e os custos necessários à sua realização. No entanto, o autor posicionou-se favorável apenas à apresentação dos projetos para os quais tivesse sido possível obter uma convergência regional.

Nessa última parte da publicação, percebeu-se que houve uma preocupação em oferecer um grande nível de detalhes sobre sua proposta, algo que também aconteceu no primeiro capítulo, quando foi apresentado um projeto de especialização urbana para os 28 municípios economicamente mais importantes da Bahia.

Mais do que conceber uma visão estratégica para a região de Salvador, essa publicação apresentou, efetivamente, elementos para construção de um planejamento estratégico para que, a posteriori, tal fosse formulado. Acrescente-se que mesmo contando com dois capítulos de cunho mais aplicado – o segundo e o terceiro –, em *Desenvolvimento e Território* questões como planejamento, políticas públicas e o papel do Estado apareceram com muita ênfase. Além disso,

notou-se que os dois projetos definidos e apresentados pelo autor parecem ter sido especialmente elaborados tendo como foco a administração pública estadual.

Entretanto, ao incorporar a metodologia do planejamento estratégico, desenvolvida em grande medida pela *Harvard Business School*, às suas análises e proposições, Porto potencializou aquilo que lhe é característico: uma visão do espaço geográfico muito direcionada para e com base na lógica empresarial. Somente sob essa perspectiva consegue-se entender a concepção de um projeto de desenvolvimento estadual que tem como objeto apenas 28 municípios – marcadamente suas cidades – em detrimento de análises e propostas mais aprofundadas e articuladas aos outros demais 389.

Entende-se que esses últimos podem até apresentar uma dinâmica econômica similar. Entretanto, não devem ser colocados a reboque daqueles considerados como as mais importantes do estado. Cada uma das municipalidades baianas possui características – históricas, sociais, culturais, políticas, ambientais – que as singularizam e fazem demandar políticas públicas diferenciadas.

No que pese tais considerações, *Desenvolvimento e Território* constitui uma obra válida por ter apresentado caminhos metodológicos para tratar a questão da rede principal de cidades da Bahia. Não somente do ponto de vista da identificação dessas cidades, mas também por avançar ao propor ações focadas no seu desenvolvimento e na avaliação desse processo.

O estudo em referência foi resultado da tese de doutorado do autor, defendida na Universidade de Barcelona, em 2000, que teve o objetivo de “[...] analisar o impacto da política de localização industrial no desenvolvimento regional e urbano do estado da Bahia” (p. 15). Com esse propósito, examinou os programas de fomento à industrialização baiana, entre 1967 e 1999, que deram origem aos distritos industriais da RMS e a outros localizados no interior: Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié. Esses municípios, em 1971, respondiam por 71,1% do PIB e 30,0% da população baiana.

Organizou-se a publicação em duas grandes partes. A primeira, subdividida em quatro capítulos, foi dedicada aos aspectos teóricos do planejamento e ao estudo da industrialização na Bahia. Para empreendê-lo, Spinola baseou-se numa visão histórica e espacial, e deu atenção para a evolução do planejamento nesse estado e no país. A segunda parte conta com cinco capítulos, nos quais analisa-se a política baiana de localização industrial. Nesse apresentaram-se as características de cada um dos distritos e a realizou-se uma avaliação econômica de sua localização.

Ao analisar a evolução do processo de planejamento no Brasil, o autor verificou que seu propósito principal foi reduzir os desequilíbrios regionais, reconhecidamente causados pela excessiva concentração das estruturas produtivas na Região Sudeste, especialmente em São Paulo. Tratando desse contexto, verificou que planejamento na Bahia foi imple-

mentado como uma tentativa de superar o chamado “enigma baiano”. Ou seja, visava-se identificar as causas, e trabalhar sobre as mesmas, de modo a diminuir o grande atraso econômico do estado no contexto nacional, sobretudo no campo industrial.

Partindo da reflexão sobre esse tema, indagou: por que a política de industrialização baiana, executada no período de 1967 a 1999, não atingiu os seus objetivos?

Para responder a tal questão, o autor consultou, principalmente, estudos realizados por órgãos federais, tais como os do IBGE, IPEA, Sudene, e do Ministério do Planejamento. Desse conjunto, se deu destaque para o I e II PNDs (1972-1974; 1975-1979), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1967), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), os Planos de Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965; 1966-1968; 1969-1973); e as Proposições de Políticas Sociais para o Nordeste. Utilizou-se ainda uma ampla bibliografia extraída de instituições públicas baianas, a exemplo das produzidas pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC); pela SEI; e pela Assembléia Legislativa da Bahia.

Entre as contribuições mais significativas do trabalho, destaca-se:

- Uma parte das transformações observadas na Bahia, nos últimos cinquenta anos, pode ser creditada à adoção do planejamento governamental. Tal planejamento, orientado por uma concepção desenvolvimentista, conferiu prioridade à descoberta das vocações produ-

tivas regionais e ao dimensionamento de complexos industriais, com a expectativa de formação de um mercado de âmbito nacional e de condições competitivas;

- O planejamento industrial da Bahia, pós-1964, executou gradativamente as diretrizes emanadas do Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb) e reproduziu as linhas propostas no planejamento do governo federal à época. Essas se desdobraram em programas de fomento à industrialização do interior e de implantação de polos de desenvolvimento especializados em produtos intermediários da metalurgia, petroquímica e minerais não ferrosos;
- Um aspecto fundamental da industrialização baiana, que influenciou de forma marcante seu desenvolvimento a partir da década de 1960, constitui-se na sua limitada participação no processo de substituição de importações, política implementada pelo governo brasileiro desde os anos 1930;
- Para implementação dos programas de desenvolvimento da Bahia, os principais instrumentos adotados foram as políticas de incentivos fiscais e a construção dos distritos industriais. Esses foram distribuídos considerando-se a teoria dos polos de crescimento de François Perroux. Teoricamente, no plano da política de interiorização do desenvolvimento e considerando a estratégia nacional de desconcentração industrial, o distrito industrial assumiria as características de um parcelamento do solo com as devidas infra-estruturas, de cuja criação valer-se-ia o poder público como elemento adicional para atrair indústrias;
- As consequências espaciais da aplicação do modelo acima referido manifestaram-se, em escala nacional, na concentração da produção

em uns poucos pontos do território – as metrópoles –, fazendo com que as antigas capitais regionais perdessem o domínio sobre suas respectivas áreas de influência. Analisando essa realidade, constatou-se que a definição macrolocacional dos distritos industriais baseou-se muito mais na hierarquia da rede urbana do que propriamente na ocorrência de efetivas possibilidades econômicas e de industrialização;

- A avaliação dos resultados de tais políticas na Bahia revelou que, em 1967-1999, houve crescimento significativo em termos econômicos, o que não ocorreu, na mesma proporção, no âmbito social, fato que contrariou as expectativas dos planejadores do governo. A respeito do progresso material e dos avanços tecnológicos alcançados nesses anos, Spinola afirmou que “[...] o conjunto dos benefícios gerados não estão disponíveis para milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual, ou seja, somos um Estado rico, mas, ainda, extremamente desigual” (p. 311).

Por fim, o autor acrescentou que a rede urbana da Bahia permanecia marcada pela macrocefalia da RMS, seja em termos socioeconômicos seja pelo tamanho de sua população. O volume demográfico, a quantidade e qualidade dos equipamentos urbanos e o nível de renda predominante nas cidades médias não se revelaram capazes de viabilizar os resultados da implementação dos distritos industriais tal como previsto. Com isso, indicou a necessidade de rigorosos critérios para definição de prioridades, mas, além disso, de um esforço concentrado no que se refere à construção das políticas e das estratégias que possibilitem implementá-las de modo a atingir os objetivos propostos.





## 2

## Relação de estudos

Apresentam-se, nesta parte, comentários sobre alguns dos textos selecionados, mas que não constavam daqueles considerados como os mais relevantes para os propósitos dessa etapa da pesquisa. Segue-se uma relação com referências, necessárias à compreensão dos processos de concentração populacional, de desenvolvimento social e econômico do estado e, conseqüentemente, de sua dinâmica urbana. Todavia, entendeu-se que o estudo desses trabalhos seria mais pertinente numa etapa posterior da aludida pesquisa e, por esse motivo, não foram objeto de uma análise mais aprofundada neste primeiro relatório.

Segue-se uma relação com referências, necessárias à compreensão dos processos de concentração populacional, de desenvolvimento social e econômico do estado e, conseqüentemente, de sua dinâmica urbana. Todavia, entendeu-se que o estudo desses trabalhos seria mais pertinente numa etapa posterior da aludida pesquisa e, por esse motivo, não foram objeto de uma análise mais aprofundada neste primeiro relatório.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento regional para o oeste da Bahia*. Salvador, 1993. (Cadernos CAR, 1).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia*. Salvador, 1994. (Cadernos CAR, 3).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento sustentável para o nordeste semiárido*. Salvador, 1994.

Os trabalhos em pauta apresentam diagnósticos para as referidas regiões, pautados, por sua vez, em dados secundários, levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo; bem assim, analisam o processo de adensamento e desenvolvimento econômico das regiões em foco, indicando, inclusive, os investimentos previstos e necessários para as mesmas. Tratam do perfil dos municípios, porém a escala de análise predominante é regional, embora não abordando com profundidade

a relação de cada região com o conjunto estadual. Acrescente-se que em tais trabalhos foram realizadas proposições de redes urbanas para cada uma dessas regiões, incluindo uma hierarquia das cidades.

Considerou-se que, embora contenham informações relevantes, sobretudo no que se refere às proposições de estratégias de desenvolvimento, esses estudos têm validade maior para análises que pretendam abordar questões de desenvolvimento regional.

SANTOS, Fabiana Karine Pacheco dos. Uma análise da política de atração de investimentos na Bahia na década de 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 16, n. 4, p. 635-643, jan./mar. 2007.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 18, n. 2, p. 211-222, jul./set. 2008

Esses dois textos voltam-se à discussão das tendências de alocação setorial e espacial da economia baiana. No primeiro, a autora objetivou, principalmente, analisar as políticas de atração de investimentos adotadas pelo governo da Bahia nos anos de 1990, bem como o impacto de tais políticas no parque industrial do estado. Para tanto, debruçou-se sobre os investimentos realizados em 1999-2006, e os previstos para 2007-2011. Abordou também a história da industrialização baiana e sua relação com políticas públicas de isenção fiscal.

No segundo, o intuito do autor foi o de contribuir para o debate sobre a questão das desigualdades regionais na Bahia, estado que apresenta um histórico de acentuada concentração econômica. Tal situação foi discutida por meio de levantamento teórico e avaliação de dados empíricos, como o do PIB, por

exemplo. Teceu considerações sobre fatores que influenciaram o desenvolvimento regional, a evolução recente da economia baiana e o cenário de excessiva concentração econômica na época em que foi escrito.

Não obstante a importância da leitura desses textos na etapa de levantamento bibliográfico, os mesmos não foram selecionados para compor o Relatório 1 por acreditar-se que o conteúdo deste último deve privilegiar trabalhos que façam uma abordagem mais voltada à rede e à dinâmica urbana do estado da Bahia, bem como que disponham conteúdos teóricos e metodológicos que ajudem a compreendê-la e explicá-la. Pensou-se, alternativamente, em aproveitar os citados trabalhos para compor o Relatório 2, quando serão tratados os diversos fatores condicionantes, marcadamente os econômicos, do fenômeno urbano no território baiano.

- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Extremo Sul*. Salvador, 1991. v. 1.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Oeste*. Salvador, 1992. v. 2.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Baixo Médio São Francisco*. Salvador, 1993. v. 3.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Médio São Francisco*. Salvador, 1993. v. 4.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Litoral Sul*. Salvador, 1993. v. 5. t. 2.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Litoral Norte*. Salvador, 1994. v. 6.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, 1994. v. 7.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Irecê*. Salvador, 1994. v. 9.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Serra Geral*. Salvador, 1994. v. 10.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste*. Salvador, 1994. v. 11. t. 1.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Piemonte da Diamantina*. Salvador, 1994. v. 12.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Chapada da Diamantina*. Salvador, 1994. v. 13.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Paraguaçu*. Salvador, 1994. v. 14.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos: Região Sudoeste*. Salvador, 1994. v. 15.

As publicações *Informações básicas dos municípios baianos* sintetizaram, para cada uma das 15 regiões econômicas da Bahia – então as unidades de planejamento do governo estadual – e seus municípios integrantes, um conjunto de informações cartográficas, ambientais, sociais, econômicas, de equipamentos e infraestrutura, que visavam contribuir para conhecer, analisar e propor políticas para as unidades municipais baianas. Tais informações foram levantadas em diferentes fontes, a exemplo de censos demográficos, prefeituras, entidades públicas e privadas, e secretarias de governo.

Ainda que essas publicações sejam importantes para caracterizar os municípios, não

foi considerado pertinente trabalhá-las nesse momento da pesquisa por dois motivos principais. Em primeiro lugar devido ao fato de que, a partir de 2007, o governo estadual deixou de utilizar a divisão oficial baseada nas *regiões econômicas*, adotando como unidade espacial de planejamento os chamados *territórios de identidade*, num total de 26. Em segundo lugar, julgou-se que dados sistematizados entre os anos de 1991 e 1994 não seriam significativos para a análise da rede e dinâmica urbana recente do estado da Bahia, podendo servir, notadamente, para a verificação de mudanças estruturais no perfil dos municípios.

## Referências adicionais

ANDRADE, Thompson de Almeida; LODDER, Celsius A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0554.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2002.

ANDRADE, Thompson de Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 16, n. 1-2, p. 12-49, jan./dez. 1999.

BAHIA. Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. *Mapeamento da pobreza em áreas urbanas do estado da Bahia*. Salvador: SEI, 2005. 1 CD-ROM.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA); BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA. *Programa de desenvolvimento urbano regional do estado da Bahia*. Salvador: CAR, 1992.

CARVALHO, Ana Lúcia Borges de; FREITAS, Mário André Soares de; CAMPANÁRIO, Paulo. Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua região metropolitana na segunda metade do século XX. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 35-48, jul./set. 2000.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Coord.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2004.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.

FRANCO, Angela. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 79-86, out./dez. 1993.

SOARES, Warley Rogério Fulgêncio. Desigualdade de renda nas microrregiões baianas: uma análise a partir do emprego formal. *Revista Desenbahia*, Salvador, v. 4, n. 7, p. 207-226, set. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. Salvador, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 76).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Recentes transformações no rural baiano*. Salvador, 2003a. (Série Estudos e Pesquisas, 68).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Descaminhos no mercado de trabalho: transições ocupacionais e mobilidade social*. Salvador, 2003b. (Série Estudos e Pesquisas, 66).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama Social da Bahia nos anos 1990*. Salvador, 2003c. (Série Estudos e Pesquisas, 59).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador, 2002. (Série Estudos e Pesquisas, 57).